SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
CDH

Brasília – 2007
Edição resumida

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA – CDH
2007

PRESIDENTE: PAULO PAIM
VICE-PRESIDENTE: CÍCERO LUCENA

Siglas

ABRA – Associação Brasileira de Radiodifusores
ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
ANJ – Associação Nacional de Jornais
ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC – Confederação Nacional do Comércio
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COPINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação
CONTAC – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação Cutista

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FENACON – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
FTIA – RS – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação
FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MJ – Ministério da Justiça
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPT – Ministério Público do Trabalho
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
PDH – Petição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
PIS – Programa de Integração Social
PL – Projeto de Lei
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PLS – Projeto de Lei do Senado Federal
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania
SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGT – União Geral dos Trabalhadores

Sumário

Pág.

Apresentação 9
Direitos humanos: debate permanente..... 11
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – História, Competências e Procedimentos..... 15
Capítulo I – reuniões deliberativas..... 19
Capítulo II – audiências públicas..... 91
Capítulo III – reuniões das subcomissões 245
Capítulo IV – considerações finais 267

Apresentação

É com muita satisfação que apresento o Balanço de 2007 da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, presidida, neste ano de 2007, pelo Senador Paulo Paim, tendo como Vice-Presidente o Senador Cícero Lucena.

Mais do que apenas cumprir com um dever inerente a qualquer agente público, isto é, o dever de prestar contas do uso conferido ao poder de que foi investido pela vontade popular, esse balanço retrata uma parcela importante das discussões e dos encaminhamentos ocorridos no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional.

A história da Comissão representa um exemplo do contínuo aperfeiçoamento institucional a que se submetem o Senado e o Congresso, em resposta às crescentes demandas sociais. Criada originalmente em 2002, como Comissão de Legislação Participativa, a CDH ampliou as suas prerrogativas em 2005. Voltada precipuamente para o processo legislativo, hoje, cabe à CDH repercutir e opinar sobre as proposições que concernem à garantia e à promoção dos direitos humanos, das mulheres e das minorias em geral, inclusive mediante a fiscalização e a conversão das sugestões legislativas em proposições.

O amplo espectro de assuntos sujeitos à apreciação da CDH transparece também nos temas das suas três subcomissões permanentes em funcionamento: crianças e adolescentes, mulheres e idosos. Elas evidenciam a transversalidade dos assuntos debatidos, sobre os quais a Comissão emite os seus pareceres. Em 2007, tais assuntos foram do Plano Bresser à CPMF, da criação do Programa Empresa Cidadã à oferta de procedimentos terapêuticos e à dispensa de medicamentos pelo SUS.

O excelente trabalho desenvolvido pelos seus membros tem ampliado a visibilidade da – CDH perante a cidadania. Esse trabalho conta com o apoio e a parceria de outros órgãos da Casa, a exemplo das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais da Presidência do Senado Federal que conduz os primeiros passos da aproximação entre setores organizados da sociedade e o Senado para, se for o caso, conduzir as respectivas demandas à Comissão.

Por tudo isso, congratulo-me com os membros da CDH, especialmente com o seu Presidente, pelo brilhante trabalho desenvolvido em 2007, que, tenho certeza, continuará produzindo excelentes frutos nos anos vindouros.

Senador *Garibaldi Alves*

Presidente do Senado Federal

Esta obra contém a síntese dos trabalhos realizados na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal no ano de 2007, como forma de prestar contas à sociedade, conferir maior transparência ao processo de gestão das questões públicas e lembrar a todos e a cada um (especialmente às autoridades constituídas) sua parcela de responsabilidade com a defesa permanente dos direitos humanos.

Mas, afinal, que direitos são esses? Quando e como eles nascem? Quem os garante? Quais são as pessoas alcançadas por eles? O que o Brasil tem feito em relação ao tema? Qual o papel do Poder Legislativo nessa área? Por que existe uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Senado Federal? O que ela faz?

Sem a pretensão de esgotar a matéria, podemos dizer que esses direitos são universais: alcançam todos os seres humanos e não se sujeitam a circunstância ou condicionamento de qualquer tipo. Eles nascem com a pessoa, a qual tem dignidade em vez de preço, como resultado dos atributos específicos da espécie humana: a liberdade como fonte da vida ética, a autoconsciência de sua existência e de sua finitude, a sociabilidade, a historicidade e a unicidade existencial. Esses direitos apresentam um leque mais e mais incrementado à medida que o homem se depara com novas realidades, reportem-se elas ao plano civil, político, social, econômico, cultural, ambiental ou tecnológico.

Embora independam de concessão, os direitos humanos carecem de reconhecimento político para serem respeitados e protegidos. Problema que demanda a participação direta e ativa do Estado, por meio de cada um de seus Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Conscientes dessa tarefa e de sua relevância para o bem-estar de todos os brasileiros, ambas as Casas do Congresso Nacional criaram, dentro de suas respectivas estruturas, um órgão específico para cuidar do tema. No Senado Federal, esse órgão é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a qual temos a honra de presidir desde fevereiro de 2007.

210,20 mm
189,98 mm

Composto por 19 senadores, esse colegiado tem a incumbência de examinar as matérias em tramitação relativas a direitos humanos, aos direitos da mulher, das minorias sociais ou étnicas, dos estrangeiros e das pessoas com deficiência, assim como as que tratam da proteção à família, à infância, à juventude e aos idosos. Cabe-lhe, ainda, opinar sobre a fiscalização, o acompanhamento, a avaliação e o controle das políticas governamentais pertinentes, além de apreciar as sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Trata-se, em suma, de lutar de forma permanente e diária contra as desigualdades, injustiças e violações de direitos.

Presidir a CDH constitui, pois, um enorme desafio e uma imensa responsabilidade, o que tentamos condizer com muito trabalho e afinco. Trabalho para o qual concorreram os senhores membros da Comissão e outros parlamentares que sempre encontraram tempo em sua agenda lotada para prestigiar o nosso colegiado, participando ativamente das reuniões; os especialistas, as autoridades e as pessoas convidadas para as audiências públicas as quais iluminaram as questões debatidas com o seu relato, seu saber e sua experiência; os funcionários da Secretaria, dos gabinetes, da Consultoria Legislativa e da Comunicação Social que sempre se dedicaram ao seu papel maior de servir ao público; e a sociedade civil, que acompanhou com interesse as atividades da CDH, estando presente durante as reuniões, assistindo aos debates pela TV ou enviando sugestões e comentários.

O resultado desse trabalho é agora apresentado neste volume: 60 reuniões realizadas, 38 das quais sob a forma de audiência pública; 132 proposições examinadas; quatro subcomissões em funcionamento, sendo três permanentes (a da Criança, Adolescente e Juventude; a dos Direitos das Mulheres e a do Idoso) e uma temporária (a do Trabalho Escravo).

O primeiro capítulo dedica-se a expor o resultado das deliberações adotadas no âmbito da CDH, a começar pela eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado para o biênio 2007-2008. Traz uma listagem com as informações necessárias à pronta identificação pelo público das matérias examinadas nas 22 sessões deliberativas, incluindo as que foram dedicadas a apreciar o Orçamento.

O segundo capítulo apresenta o resumo de cada uma das audiências públicas realizadas ao longo do ano. O texto busca contemplar os temas discutidos em todas as reuniões, confirmando o tratamento privilegiado que demos às audiências públicas como espaço permanente e democrático de debate e construção do consenso.

O terceiro e último capítulo dá notícia do resultado das atividades desenvolvidas na esfera das subcomissões. A esse respeito, julgamos oportuno ressaltar que a falta de registro dos trabalhos de uma ou outra subcomissão não significa inoperância de seus membros. Representa, ao contrário, o entendimento de que os problemas trazidos ao colegiado devem ser enfrentados – de forma geral – por todos os integrantes da CDH. Ao fim, temos o texto de conclusão.

Esperamos que este balanço esteja apenas inaugurando, no âmbito da CDH, uma prática salutar de prestação de contas, a ser replicada todos os anos, com os aperfeiçoamentos que a experiência indicar necessários.

Brasília, dezembro de 2007

Senador *Paulo Paim*

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
História, Competências e Procedimentos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa originou-se da alteração do Regimento Interno do Senado Federal de 2005, que agregou a questão dos Direitos Humanos ao rol de matérias de competências da Comissão de Legislação Participativa.

A criação de uma Comissão que possibilitasse a análise de sugestões de projetos de lei advindas da sociedade civil organizada foi proposta, em 2001, pelo Projeto de Resolução do Senado nº 57, de autoria da Senadora Marina Silva. Esse projeto originou a Resolução nº 64, de 2002, que criou a Comissão de Legislação Participativa e estabeleceu suas competências. Posteriormente, com aprovação da Resolução nº 1, de 2005, essas competências foram ampliadas e o órgão passou a denominar-se Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Originalmente, conforme já observado, a CDH antes denominada CLP foi criada com o intuito de possibilitar ao Senado Federal receber da sociedade organizada sugestões de projetos e ampliar a participação popular prevista na Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. De fato, à Comissão cabe, entre outras competências, analisar sugestões de leis e transformá-las em propostas de sua autoria, diferentemente das propostas de iniciativa popular recebidas pela Câmara dos Deputados que mantêm a autoria popular durante sua tramitação no Congresso.

Em 2005, também conforme mencionado anteriormente, alterou-se novamente o RISF, por meio da Resolução nº 1, para dar nova denominação e novas competências à Comissão, que passou a ser chamada de Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de acordo com o texto dos arts.72 e 102-E do RISF abaixo transcritos:

Art. 72. As comissões permanentes, além da Comissão Diretora, são as seguintes:

I – Comissão de Assuntos Econômicos (CAE);

II – Comissão de Assuntos Sociais (CAS);

III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ);

IV – Comissão de Educação (CE);

V – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA);

VI – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); (grifo nosso)

VII – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE);

VIII – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI);

IX – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR);

X – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). (NR)

.....

Art. 102-E. À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, compete opinar sobre:

I – sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional;

II – pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas no inciso I.

III – garantia e promoção dos direitos humanos;

IV – direitos da mulher;

V – proteção à família;

VI – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e de proteção à infância, à juventude e aos idosos;

VII – fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, aos direitos da mulher, aos direitos das minorias sociais ou étnicas, aos direitos dos estrangeiros, à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência e à proteção à infância, à juventude e aos idosos.

Parágrafo único. No exercício da competência prevista nos incisos I e II do *caput* deste artigo, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa observará:

I – as sugestões legislativas que receberem parecer favorável da Comissão serão transformadas em proposição legislativa de sua autoria e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame do mérito;

II – as sugestões que receberem parecer contrário serão encaminhadas ao Arquivo;

III – aplicam-se às proposições decorrentes de sugestões legislativas, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas comissões, ressalvado o disposto no inciso I, *in fine*, deste parágrafo único.

Assim, de acordo com essa norma, a apreciação de sugestões é uma das competências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. As outras são cuidar das matérias de Direitos Humanos submetidas à apreciação desta Casa.

A sugestão legislativa tem seu impulso processual inicial nas idéias apresentadas por entidade civil organizada. Essas idéias pretendem mostrar a conveniência da criação ou alteração das normas constitucionais e infraconstitucionais em matérias constantes do rol das competências do Senado Federal, conforme determina a Constituição e o próprio RISF. Uma vez admitida, a matéria poderá ser acatada no mérito e transformada em proposta legislativa, cuja autoria será da CDH.

Após receber um documento de uma pessoa jurídica legitimada a sugerir projeto de lei, a CDH realiza um juízo de admissibilidade, observando os requisitos formais. Segundo o RISF, a sugestão encaminhada deverá vir por escrito, datada, assinada (art. 410) e redigida em termos respeitosos e adequados ao processo legislativo (art. 19).

Todas as sugestões, quando admissíveis, são adequadas aos termos da Lei Complementar nº 95, de 27 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 27 de abril de 2001. Estas leis dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis e estabelecem normas para a consolidação dos atos normativos.

Segundo o Regimento do Senado, podem fazer sugestões:

- pessoas Jurídicas de direito privado, assim definidas no Código Civil, Título II (as associações e as fundações);

- organizações religiosas (Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003);
- partidos políticos sem representação no Congresso Nacional (Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003);
- órgãos de classe;
- sindicatos (o ato constitutivo tem que estar aprovado pelo Estado); e
- entidades científicas.

As Sugestões devem, ainda, estar acompanhadas de comprovação do registro oficial, por meio de cópia autenticada do registro dos atos constitutivos no competente cartório de registro civil das pessoas jurídicas, com as averbações, se necessário ao seu funcionamento, ou da inscrição junto ao Estado.

Além de requisitos formais para admissibilidade, a sugestão deve manter a pertinência temática, assim definida como a relação coerente entre o interesse específico da entidade civil e a matéria contida no documento encaminhado. Há, contudo, duas exceções: propostas encaminhadas por partido político sem representação no Congresso Nacional e sugestões apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pois estes têm legitimação ativa universal em virtude de sua atuação.

A maioria das sugestões tem sido encaminhada por organizações não-governamentais (ONG), que são entidades formadas por pessoas da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, que desenvolvem trabalho de interesse público, com ou sem a parceria do Estado.

As ONG estrangeiras podem propor sugestões desde que seus atos constitutivos tenham sido aprovados pelo Governo brasileiro, e as organizações estejam sujeitas às leis brasileiras.

As outras competências da Comissão dizem respeito à análise e deliberação de matérias de Direitos Humanos submetidas à apreciação desta Casa. Nesse sentido, os Senhores Senadores recebem denúncias e sobre elas deliberam; tratam de políticas relativas a crianças e adolescentes, idosos, mulheres, afrodescendentes, indígenas e de pessoas com deficiência; debatem sobre matérias de interesse nacional que digam respeito aos direitos humanos; realizam reuniões e audiências públicas para debater com a sociedade civil temas atuais de seu interesse.

Capítulo I

Reuniões Deliberativas

Na abertura dos trabalhos de 2007, os Senadores Paulo Paim (PT) e Cícero Lucena (PSDB) foram eleitos, respectivamente, para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, colegiado formado por 19 senadores e igual número de suplentes.

Senador Paulo Paim abre os trabahos da Comissão de Direitos humanos – CDH

No biênio 2007-2008, integraram a CDH os seguintes senadores:

Titulares	**Suplentes**
Flávio Arns (PT-PR)	Serys Slhessarenko (PT-MT)
Fátima Cleide (PT-RO)	Eduardo Suplicy (PT-SP)
Paulo Paim (PT-RS)	Sérgio Zambiasi (PTB-RS)
Patrícia Saboya (PDT-CE)	Sibá Machado (PT-AC)
Inácio Arruda (PC do B-CE)	Ideli Salvatti (PT-SC)
José Nery (PSOL-PA)	Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	Mão Santa (PMDB-PI)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	Romero Jucá (PMDB-RR)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	Edison Lobão (PMDB-MA)
Wellington Salgado (PMDB-MG)	Valter Pereira (PMDB-MS)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
César Borges (PR-PA)	(VAGO)
Eliseu Resende (DEM-MG)	Heráclito Fortes (DEM-PI)
Romeu Tuma (PTB-SP)	Jayme Campos (DEM-MT)
Jonas Pinheiro (DEM-MT)	Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Arthur Virgílio (PSDB-AM)	Mário Couto (PSDB-PA)
Cícero Lucena (PSDB-PB)	Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Magno Malta (PR-ES)	Papaléo Paes (PSDB-AP)
Cristovam Buarque (PDT-DF)	(VAGO)

Na reunião deliberativa do dia 8 de fevereiro, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Jonas Pinheiro, Papaléo Paes, Jayme Campos e Cristovam Buarque, a CDH aprovou as seguintes matérias:

Senador paulo Paim em reunião deliberativa da CDH que debateu a prorrogação da licença-maternidade

- Ato nº 1, de 2007, da CDH, que cria a galeria dos ex-presidentes da Comissão;
- Requerimento nº 1, de 2007, da CDH, voltado à realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, e com a Comissão de Educação – CE, para instruir o PLS nº 281, de 2005, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.

CDH tem ciclo de debates e audiências pública para discutir os Direitos Humanos

Nesta reunião do dia 15 de fevereiro, estiveram presentes os Senhores Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Patrícia Saboya, Lúcia Vânia, Eliseu Resende, Flávio Arns, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Demóstenes Torres, Mão Santa, Jonas Pinheiro, Sérgio Zambiasi, Leomar Quintanilha, José Nery, Jayme Campos, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante e Augusto Botelho.

Tendo em vista que a Comissão havia decidido promover um ciclo de debates e audiências públicas para discutir os Direitos Humanos foram aprovadas as seguintes matérias:

- Requerimento nº 2, de 2007–CDH, para realização de Audiência Pública conjunta com a CAS e a CAE, com vistas a tratar das questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e ao papel do Parlamento, de autoria do Senador Paulo Paim.

- Requerimento nº 3, de 2007–CDH, para realização de Audiência Pública com vistas a tratar da violência urbana, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Geraldo Mesquita.

- Requerimento nº 4, de 2007–CDH, para realização de um ciclo de audiências públicas em conjunto com as Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, com vistas a tratar da origem e evolução da violência social sob a ótica dos Direitos Humanos, de autoria dos Senadores Cícero Lucena, Paulo Paim e José Nery.

- Requerimento nº 5, de 2007–CDH, para a criação da Subcomissão Permanente da Criança, Adolescente e Juventude, no âmbito da CDH, para tratar da proteção à infância e à juventude, da fiscalização, do acompanhamento, da avaliação e do controle das políticas governamentais, relativas a esse assunto, de autoria do Senador Flávio Arns. Foi eleita para presidir a referida subcomissão a Senadora Patrícia Saboya.

As demais proposições foram:

- Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 207, de 2006 – proíbe a concessão de crédito e a contratação por licitação a pessoas físicas ou jurídicas que tenham incorrido em ato que configure a submissão de alguém à condição degradante de trabalho ou que importe grave restrição à sua liberdade individual. Projeto de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa. Após a aprovação pela CDH, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- PLS nº 246, de 2004, que dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a pessoa que cuida de portador de deficiência ou de doença incapacitante no Programa Bolsa Família, do Senador Augusto Botelho. O benefício variável do Programa Bolsa Família já é recebido por famílias, em situação de pobreza, nas quais haja pessoa de zero a 15 anos, gestantes ou nutrizes. O projeto pretende garantir que esse benefício também

Senadora Patrícia Saboya foi eleita para presidir a Subcomissão Permanente da Criança, Adolescente e Juventude

seja recebido por aquelas famílias nas quais haja alguém que cuide de pessoas com deficiência ou doença incapacitante.

- PLS nº 118, de 2003, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar a pena de quem utiliza, induz ou auxilia criança ou adolescente a praticar crime, de autoria do Senador Aloizio Mercadante.

- PLS nº 163, de 2003, que dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar da localidade, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. O projeto, que pretende fortalecer o combate aos maus-tratos contra crianças e adolescentes, especialmente os praticados dentro de casa, foi encaminhado à Câmara dos Deputados, para revisão.

O Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, conduz a votação das matérias

Na reunião do dia 1º de março, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Flávio Arns, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Papaléo Paes, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho e Valter Pereira, foram deliberadas as seguintes proposições:

- PLS nº 27, de 2004, que cria o Cadastro Nacional de Adoções, de autoria do Senador Sérgio Cabral. O projeto foi relatado pelo Senador Arthur Virgilio, foi aprovado terminativamente pela CDH, sob a forma de substitutivo e encaminhado para análise da Câmara dos Deputados.

- PLS nº 209, de 2004, que torna obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no País, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. O projeto, relatado pelo Senador Paulo Paim, foi aprovado em 1º turno, sob a forma de substitutivo.

- PLS nº 295, de 2004, que estabelece reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional, financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, de autoria do Senador Aloízio Mercadante. O projeto, relatado pelo Senador Flávio Arns, foi aprovado em 1º turno, sob a forma de substitutivo.

- PLS nº 298, de 2003, que dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até os seis anos de idade.

- Requerimento nº 6, de 2007–CDH, da autoria do Senador Paulo Paim. Objetivou a criação da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com cinco titulares e cinco suplentes. Seu prazo era de um ano, com o intuito de fiscalizar, acompanhar, avaliar e controlar as políticas governamentais relativas à erradicação do trabalho escravo e propor soluções. A referida subcomissão foi instalada no dia 22 de março e seu Presidente, o Senador José Nery, encaminhou no dia 19 de dezembro de 2007 o relatório de visita aos Estados do Pará e do Maranhão, para apreciação do colegiado.

- Requerimento nº 7, de 2007– CDH, de autoria do Senador Flávio Arns, para realização de Audiência Pública, em conjunto com a CAS, no dia 21 de março, por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down.

- Requerimento nº 8, de 2007– CDH, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita e Paulo Paim, (em aditamento ao RQS nº 4, de 2007– CDH), para indicar os temas que serão objeto do ciclo de debates sobre violência urbana: meio ambiente, vida e Direitos Humanos; violência e direitos alternativos; violência, Direitos Humanos e trabalho escravo; violência, Direitos Humanos e educação; violência, Direitos Humanos e setores discricionados; violência e drogas; violência e profissionais da Segurança Pública; violência e profissionais da Imprensa Brasileira; experiência internacional dos Di-

reitos Humanos; violência sob a ótica da Sociedade de Amigos e Vítimas da Violência.

- Requerimento nº 9, de 2007– CDH, de autoria do Senador José Nery, para a realização de audiências públicas que debatam a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes na região Metropolitana de Belém, na região de Marajó, na região Bragantina e no Município de Altamira, Estado do Pará.

Houve adiamento da apreciação das seguintes proposições:

- PLS nº 490, de 2003, que trata da difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes, de autoria da Senadora Patrícia Saboya.

- PLS nº 196, de 2006, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braile de faturas dos serviços públicos, de autoria do Senador Valdir Raupp.

- PLS nº 178, de 2003, que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente, de autoria do Senador Paulo Paim.

- PLS nº 382, de 2003, que dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho.

Após cerimônias que contaram com a presença da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva e da Ministra Matilde Ribeiro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa deliberou sobre as seguintes matérias:

- Requerimento nº 10, de 2007–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, cria a Comissão Temporária que irá debater as questões atinentes aos 120 Anos da Abolição não Concluída. O requerimento foi aprovado no âmbito da CDH. Posteriormente foi encaminhado o requerimento aprovado à Secretária-Geral da Mesa.

- Requerimento nº 11, de 2007–CDH. Requer a realização de uma série de Audiências Públicas com o objetivo de contribuir de forma consistente para o debate sobre a violência e a busca de soluções para enfrentá-la. E assim oferecer proposta concreta ao grupo de trabalho criado pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, do Senado para elaboração de um pacote de medidas na área de segurança pública. O requerimento aprovado é de autoria dos Senadores Paulo Paim e Patrícia Saboya.

- Requerimento nº 12, de 2007– CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, solicita a realização de Audiência Pública, podendo ser conjunta com as Comissões que se manifestarem favoravelmente, para tratar da "Superação do Racismo, da Violência e Preconceito", a ser realizada em 22 de março de 2007, às 9 horas, com a presença da Ministra Matilde Ribeiro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O requerimento foi aprovado.

Essa reunião deliberativa do dia 8 de março de 2007 contou com a presença das Senadoras Fátima Cleide e Lúcia Vânia, e dos Senadores José Nery, Inácio Arruda, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Valter Pereira, Gilvam Borges, Leomar Quintanilha, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior e Papaléo Paes.

Senadores Cicero Lucena e Paulo Paim colocam em votação projetos importantes sobre direitos fundamentais

Na reunião do dia 15 de março, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Fátima Cleide, Patrícia Saboya, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, José Nery, Sérgio Zambiasi, Valter Pereira, Marcelo Crivela e Heráclito Fortes, a CDH aprovou as seguintes proposições:

- PLS nº 122, de 2006 – define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação. O projeto é de autoria da Deputada Iara Bernardi e relatoria da Senadora Fátima Cleide. O projeto foi adiado para reexame da matéria, pela própria relatora.

- PLS nº 164, de 2006 – Para excluir de sanção a pessoa portadora de I deficiência que deixar de cumprir obrigações eleitorais. O projeto é de au-

toria do Senador Luiz Otávio e relatoria do Senador Gilvam Borges. Foi aprovado o relatório pela rejeição do projeto.

- Substitutivo ao PLS nº 209, de 2004 – que torna obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no País. O projeto tem autoria do Senador Sérgio Zambiasi e relatoria do Senador Paulo Paim. Foi aprovado o substitutivo na íntegra.

- Substitutivo ao PLS nº 295, de 2004 – que estabelece reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O projeto é de autoria do Senador Aloizio Mercadante relatoria do Senador Flávio Arns. Foi aprovado o substitutivo do projeto.

- PLS nº 90, de 2003 – Dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas com deficiência visual. O projeto tem como autor o Senador Paulo Octávio e relatora a Senadora Fátima Cleide. Aprovado o substitutivo.

- PLS nº 490, de 2003 – Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. A autora é a Senadora Patrícia Saboya e a relatora, a Senadora Fátima Cleide. O Projeto foi aprovado.

Foi adiada a votação das seguintes matérias:

- PLS nº 178, de 2003 – dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto tem como autor, o Senador Paulo Paim e relatora, a Senadora Lúcia Vânia.

- PLS nº 382, de 2003 – dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal. A proposta é de autoria do Senador Rodolpho Tourinho e relatoria do Senador Flávio Arns.

- PLS nº 196, de 2006 – obriga a emissão em braile de faturas dos serviços públicos. Autor da proposta é o Senador Valdir Raupp e o relator, o Senador Paulo Paim.

CDH aprova substitutivo de projeto que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

A reunião do dia 29 de março de 2007 teve a presença dos Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Patrícia Saboya, Serys Slhessarenko, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Flávio Arns, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Gilvam Borges, César Borges, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Romero Jucá, Heráclito Fortes, Paulo Duque e Aloizio Mercadante. Foram deliberadas as seguintes proposições:

- PLS nº 156, de 2006 – Prevê a concessão de indenização por dano moral aos portadores de deficiência física conhecida "Síndrome de Talidomida". O autor da proposta é o Senador Tião Viana e a relatora é a Senadora Fátima Cleide com relatoria *ad hoc* do Senador Cícero Lucena. Foi aprovado o substitutivo.

- PLS nº 196, de 2006, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braile de faturas dos serviços públicos, de autoria do Senador Valdir Raupp.

- PLS nº 34, de 2005, que altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, relativa ao Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, e a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, referente ao planejamento familiar, a fim de garantir efetividade no combate ao câncer de próstata, incluindo-o no rol das atividades básicas do programa de atenção integral à saúde.

- PLS nº 178, de 2003 – Modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto é de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria da Senadora Lúcia Vânia, e relatoria *ad hoc* da Senadora Patrícia Saboya. Foi aprovado o substitutivo.

- Substitutivo ao PLS nº 90, de 2003 – Dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas com deficiência visual. O autor é o Senador Paulo Octávio e a relatora, a Senadora Fátima Cleide. A apreciação do projeto foi adiada.

- PLS nº 382, de 2003 – Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com necessidades especiais e os critérios de sua admissão. O autor do projeto é o Senador Rodolpho Tourinho e o relator é o Senador Flávio Arns. O projeto foi retirado de pauta para reexame pelo relator.

- PLS nº 118, de 2003 – Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. O autor é o Senador Aloizio Mercadante e a relatora, a Senadora Lúcia Vânia, com relatoria *ad hoc* pelo Senador César Borges. O projeto foi aprovado.

- Requerimento nº 14, de 2007–CDH, para a realização de Audiência Pública em conjunto com a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da CAS, para tratar das melhorias nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos trabalhadores das indústrias produtivas de álcool, enfocando a questão do acidente de trabalho, do Senador Paulo Paim.

CDH avalia petição que denuncia atos contra os direitos humanos

Na reunião do dia 26 de abril de 2007, estiveram presentes os Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Fátima Cleide e Patrícia Saboya, Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Wilson Matos, Cristovam Buarque, José Nery, Paulo Duque e Marcelo Crivela. Na ocasião, foram deliberadas as seguintes proposições:

- Requerimento nº 20 – CDH, de 2007, para a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes ao "Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso", com desdobramentos na sua qualidade de vida e dignidade de sobrevivência, do Senador Paulo Paim.

- Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoas com deficiência visual", de autoria do Senador Paulo Octávio. O texto final aprovado determina que no prazo de dez anos todas as cédulas de papel moeda em circulação no País deverão conter sinal que possibilite sua identificação por pessoa com deficiência visual.

- Petição da CDH nº 2, de 2007, que informa à CDH denúncia de Direitos Humanos denominada: Denúncia de Extermínio – Homicídio Coletivo Autorizado, encaminhado por entidades representantes de pessoas portadoras de doenças crônicas, usuários de medicamentos de caráter continuado permanente, assinado por Fernando Antônio P. Gomide, em nome de Sérgio Henrique Sampaio da ABRAM, que se insurge contra a Suspensão de Tutela Antecipada para o Estado de Alagoas, nos autos do Processo nº 91/AL.

- Requerimento nº 21, de 2007, para realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de concluir a fase de debates com a sociedade e instruir o PLC nº 122, de 2006, que "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências". Requerimento de autoria da Senadora Fátima Cleide.

Senador Paulo Paim discute alterações no Estatuto do Idoso

A reunião do dia 10 de maio de 2007 contou com a presença dos Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Gilvam Borges e César Borges. Na ocasião, foram deliberadas as seguintes proposições:

- Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, que altera o Estatuto do Idoso, é de autoria do Senador Paulo Paim. O projeto aguarda análise pelo Plenário do Senado Federal.

- Sugestão nº 9, de 2007, que regulamenta a possibilidade de perda de bem móvel por abandono ou ausência de função social. A sugestão é de autoria do Conselho de Defesa social de Estrela do Sul (CONDESESUL) e de relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

- Requerimento nº 22, de 2007, para a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Educação do Senado Federal e a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas a tratar da atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, do Senador Paulo Paim.

- Requerimento nº 23, de 2007, para a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, com vistas a discutir o ensino profissionalizante à luz do PLS nº 274/2003 e a PEC nº 24/2005, com reflexos nos programas do MEC nesta área do Senador Paulo Paim.

- Requerimento nº 24, de 2007, para a indicação do Presidente desta Comissão para representá-la na Audiência Pública a realizar-se no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – com vistas a tratar dos problemas enfrentados pela Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, do Senador Paulo Paim.

- Requerimento nº 25, de 2007, para a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes à diminuição da maioridade penal, com desdobramento nas causas do aumento da violência. Para tanto, é proposto que sejam convidadas entidades e pessoas compromissadas com a causa, a serem, oportunamente, encaminhadas à Secretaria desta Comissão, do Senador Paulo Paim.

- Requerimento nº 27, de 2007–CDH, para que, em aditamento ao Requerimento nº 19/2007–CDH, aprovado no dia 12 de abril, seja convidado a participar da audiência pública já designada para o próximo dia 17, o Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Senhor Carlos Eduardo Trindade, da Senadora Ideli Salvatti.

- Requerimento CDH nº 28, de 2007, para que, em aditamento aos Requerimentos – CDH, nº 18 e nº 19, que também sejam convidados a participarem das audiências públicas as seguintes pessoas relacionadas em anexo, de autoria do Senador Paulo Paim.

As Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, em reunião conjunta do dia 15 de maio de 2007, contaram com a presença dos Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Wilson Matos, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi, Valter Pereira, Jayme Campos e o Senador Augusto Botelho. Na ocasião, foi aprovado o seguinte:

CDH requer audiência pública conjunta com a CAS para debater Emenda nº 3

Requerimento nº 29, de 2007–CDH, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com a CAS com o escopo de discutir a Emenda nº 3, apresentada ao PLC nº 20, de 2006, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal. Tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro Guido Mantega. O requerimento tem como autores o Senador Paulo Paim, Wilsom Matos, Leomar Quintanilha e Geraldo Mesquita Júnior.

Parlamentares apreciam requerimento que define crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor

A reunião do dia 24 de maio de 2007 contou com a presença das Senadoras Patrícia Saboya, Serys Slhessarenko e Lúcia Vânia, e dos Senadores Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Gilvam Borges, César Borges, Romeu Tuma, Wilson Matos, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Augusto Botelho. Na ocasião, foram deliberadas as seguintes proposições:

- Sugestões nº 9, de 2007 (que Regulamenta a possibilidade de perda de bem móvel por abandono ou ausência de função social, do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL). Arquivada.

- Sugestões nº 7, de 2007 (que Cria requisito para o precatório, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa). Arquivada.

- Requerimento nº 30 – CDH, de 2007, que requer a presença do Senhor Otávio Brito Lopes, Vice-Procurador Geral do Trabalho e responsável pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho (COORDIGUALDADE), para instruir Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências", dos Senadores Eduardo Suplicy e Flávio Arns.

- Requerimento nº 31 – CDH, de 2007, para que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Sociais, realizem Audiências Públicas para abordar projetos em tramitação no Senado que tratem de Políticas Públicas de atenção à saúde, como o PLS nº 219 de 2007, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de autoria do Senador Tião Viana e que está sendo relatado na CAS pelo Senador Paulo Paim, dos Senadores Flávio Arns e César Borges.

Senadores paulo Paim e Arthur virgílio discutem, na CDH, audiência pública para debater redução da maioridade penal

A reunião do dia 5 de junho de 2007 contou com a presença dos Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Maria do Carmo, Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado, Gilvam Borges, César Borges, Eliseu Resende, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Wilson Matos, Cristovam Buarque, José Nery, Sérgio Zambiasi, Heráclito Fortes, Marcelo Crivella e Edison Lobão. Na ocasião, foram deliberadas as seguintes proposições:

- Requerimento nº 32, de 2007, para a realização de audiência pública com vistas a discutir a redução da maioridade penal, como desdobramento da audiência ocorrida em 30 de maio de 2007, do Senador Paulo Paim.

- Requerimento nº 33, de 2007, para a realização de audiência pública para apresentação do resultado do Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais 2005-2007, do Senador José Nery.

- Sugestão nº 4, de 2006, para permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita. A sugestão é de autoria da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA) e relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. Foi aprovado o Parecer pelo sobrestamento da sugestão na forma do Requerimento que apresenta.

- Sugestões nº 2, de 2007 (que Fixa a obrigação dos municípios em colaborar com as medidas de segurança pública, do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL). Arquivada.

- Sugestão nº 3, de 2007 (que Amplia as hipóteses de cabimento de ação declaratória, também do CONDESESUL). Arquivada.

- Sugestão nº 3, de 2007, que amplia as hipóteses de cabimento de ação declaratória, tem como autoria o Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (CONDESESUL) e relatoria, o Senador Wellington Salgado. Arquivada.

- Requerimento nº 34, de 2007 – CDH, para a realização de audiência pública a fim de debater a Portaria nº 264, de 9 de fevereiro de 2007, do Ministério da Justiça, que trata sobre o processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres, dos Senadores César Borges e Arthur Virgílio.

- Requerimento nº 35, de 2007 – CDH, para a realização de audiência pública, com vistas a discutir o tema: "Direitos Humanos e Meio Ambiente", de autoria dos Senadores Paulo Paim e outros.

- Requerimento nº 36, de 2007 – CDH, para a realização de audiência pública, com vistas a discutir a situação dos poupadores de caderneta de poupança em face do Plano Bresser, Plano Collor I e II e Plano Verão, sob a ótica dos Direitos Humanos, do Senador Paulo Paim.

Senadores paulo Paim e Patrícia Saboya debatem projeto que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente

A reunião do dia 16 de agosto de 2007 contou com a presença dos Senadores Paulo Paim, Patrícia Saboya, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, César Borges, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Heráclito Fortes, Augusto Botelho e do Deputado Federal Cláudio Dias, do Rio Grande do Sul. Na ocasião, foram deliberadas as seguintes proposições:

- Sugestão nº 1, de 2007, que altera a Lei nº 9.342, de 1997, com vistas à ampliação do prazo de Isenção do Adicional ao Frete para renovação

da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino sejam as regiões Norte e Nordeste. A sugestão é de autoria da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) e relatoria do Senador Sibá Machado. Na reunião houve pedido de vista pela Senadora Fátima Cleide.

Senador Paulo Paim é favorável que o trabalhador idoso tenha direito de sacar o PIS/Pasep

• Sugestão nº 5, de 2007, dispondo sobre a emissão de certidão de óbito, do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (CONDESESUL). Arquivada.

• Sugestão nº 11, de 2007 que cria normas gerais para os plantões no sistema jurídico. A sugestão é de autoria do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (CONDESESUL). A relatoria é do Senador Paulo Duque, *ad hoc* pelo Senador Flávio Arns. Houve retirada de pauta a pedido do relator *ad hoc*.

• Ofício "S" nº 8, de 2006 (Ofício Exteno nº 133, de 19-6-2006, na origem). Assunto: "Encaminha delibe-

rações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, no período de 23 a 26 de maio de 2006". Autoria: Sr. Perly Cipriano. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha, *ad hoc* Senador Geraldo Mesquita. Parecer: Para conhecimento da CDH, do Ofício "S" nº 8, de 2006, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e por sua remessa ao arquivo. Houve retirada de pauta para reexame, o relator manifestou a importância de os Senhores Senadores estudarem o documento para remeter a proposta à subcomissão da pessoa idosa para análise e providências que aquela subcomissão entender necessárias.

- PLS nº 490, de 2003, dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. O projeto tem como autora, a Senadora Patrícia Saboya Gomes e relatora, a Senadora Fátima Cleide. A apreciação do projeto foi adiada.

- O PLS nº 50, de 2005 que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, possui como autor, o Senador Cristovam Buarque e relatora, a Senadora Patrícia Saboya. O projeto foi retirado de pauta a pedido da Senadora Patrícia Saboya.

- PLS nº 163, de 2003, dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar da localidade, nos termos do artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente. E autora do projeto a Senadora Lúcia Vânia e relator o Senador Eduardo Suplicy, *ad hoc* pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. O projeto foi retirado de pauta.

- PLS nº 216, de 2007, que "Permite que trabalhador com mais de sessenta anos de idade saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/Pasep", de autoria do Senador Paulo Paim. O projeto foi aprovado e agora aguarda análise pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

- PDL (SF) nº 1.494, de 2004, convoca plebiscito a respeito dos temas especificados, a se realizar no primeiro domingo do mês de outubro de 2005. Autoria: Senador Gerson Camata e Outros. Relatoria: Senador Paulo Duque. A apreciação do projeto foi adiada.

CDH aprecia prazo de isenção do Adicional ao frete para Renovação da Marinha Mercadante – AFRMM

A reunião do dia 6 de setembro de 2007 contou com a presença dos Senadores Paulo Paim, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado, Romeu Tuma, José Nery, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Cristovam Buarque. Na ocasião, foram apreciadas as seguintes proposições:

- Requerimento nº 49, de 2007, para que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa se manifeste junto ao Governo do Estado da Bahia para que o mesmo tome as providências cabíveis visando a apuração do assassinato da líder comunitária Aurina Rodrigues Santa-

na, 44, do seu companheiro Rodson da Silva Rodrigues, 29, e do seu filho Paulo Rodrigo Rodrigues Santana Braga, 19 anos. A família foi vítima de uma chacina na Comunidade do Calabetão, cidade de Salvador, Estado da Bahia no último dia 14 de agosto. A principal suspeita de autoria do assassinato recai sobre policiais militares que estavam sendo investigados devido a prática de tortura contra o jovem Paulo Rodrigo e sua irmã de 13 anos ocorrida no dia 21 de maio de 2007", do Senador José Nery. Aprovado.

- Requerimento nº 50, de 2007, para a retificação do nome da Subcomissão a fim de que passe a se chamar Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo. Autoria do Senador José Nery. O requerimento foi aprovado.

- Requerimento nº 51, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko para realização de audiência pública perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação a fim de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação às Consolidações das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de autoria da ex-Deputada Iara Bernardi. O requerimento foi aprovado.

- Sugestão nº 1, de 2007, com vistas à ampliação do prazo de isenção do Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante (AFRMM), sobre as mercadorias cuja origem ou destino sejam as regiões Norte e Nordeste. A sugestão de autoria da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE, e relatoria do Senador Sibá Machado. A apreciação da matéria foi adiada.

- Sugestão nº 11, de 2007 que cria normas gerais para os plantões no sistema jurídico. A sugestão é de autoria do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (CONDESESUL) e relatoria do Senador Paulo Duque, relatoria: *ad hoc* Senador Flávio Arns. A apreciação da sugestão foi adiada.

- Ofício "S" nº 8, de 2006, Ofício Externo nº 133, de 19-6-2006, na origem, que encaminha as deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília no período de 23 a 26 de maio de 2006, o ofício é de autoria: Senhor Perly Cipriano e relatoria do Senador Leomar Quintanilha. Relatoria: *ad hoc* Senador Geraldo Mesquita Júnior. Foi aprovado o parecer reformulado com o voto pelo encaminhamento do processado, para análise da Subcomissão Permanente do Idoso, no âmbito desta Comissão.

- PLS nº 490, de 2003 – Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. O projeto é de autoria da Senadora Patrícia Saboya e relatoria da Senadora Fátima Cleide. A apreciação do projeto foi adiada.

- PLS nº 50, de 2005 – que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. O PLS é de autoria do Senador Cristovam Buarque e relatoria da Senadora Patrícia Saboya. A apreciação do projeto foi adiada.

- PLS nº 163, de 2003 – Dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar da localidade, nos termos do art. 13, do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Projeto é de autoria da Senadora Lúcia Vânia e relatoria do Senador Eduardo Suplicy e relatoria *ad hoc* do Senador Geraldo Mesquita Júnior. A apreciação do projeto foi adiada.

- Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 1.494, de 2004, que convoca plebiscito a respeito dos temas especificados, a se realizar no primeiro domingo do mês de outubro de 2005, o projeto é de autoria do Senador Gerson Camata e outros e a relatoria do Senador Paulo Duque. A apreciação do projeto foi adiada.

- Requerimento nº 52, de 2007, para a realização de audiência pública para discutir a proteção do trabalho do idoso. À luz do Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2007, que apontam para as medidas a serem adotadas com relação às dificuldades suportadas pelos idosos no mercado de trabalho, bem como os temas: saúde, segurança, igualdade de tratamento e de não discriminação, do Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

- Requerimento nº 53, de 2007, para a realização de audiência pública com vistas a discutir a violência contra a criança, adolescente e juventude, do Senador Paulo Paim e outros. Aprovado.

- Requerimento nº 54, de 2007, para a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com vistas a discutir a importância das relações do Estado brasileiro com as representações dos povos africanos, na ótica dos Direitos Humanos, do Senador Paulo Paim e outros.

Senadores Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita e Flávio Arns debatem requerimenro sobre o voto aberto do Senador Paulo Paim

A reunião do dia 13 de setembro de 2007 contou com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Maria do Carmo Alves, Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvan Borges, Romeu Tuma Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Edison Lobão e Jayme Campos. Na ocasião, foram apreciadas as seguintes proposições:

- Sugestão nº 01, de 2007 (que sugeria alterar a Lei nº 9.342, de 1997, com vistas à ampliação do prazo de isenção do Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja ori-

gem ou destino sejam as Regiões Norte e Nordeste, de autoria da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE. Arquivada.

- Emendas nº 1 – CCJ e nº 2 – CCJ, ao PLS nº 490, de 2003 – que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. De autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e relatoria da Senadora Fátima Cleide. Adiado.

- Requerimento nº 55 DE 2007, para a realização de audiência pública, com vistas a tratar das questões atinentes aos anistiados, do Senador Paulo Paim. Aprovado.

- Requerimento nº 56, de 2007, para a realização de audiência pública, com vistas a discutir sobre o voto aberto no caso previsto do art. 55 da Constituição Federal e demais casos que exige votação secreta, do Senador Paulo Paim. Aprovado.

CDH marca audiência pública no âmbito da legislação participativa

A reunião do dia 20 de setembro de 2007 contou com a presença dos Senadores Paulo Paim, Patrícia Saboya, Maria do Carmo Alves, Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado, Elizeu Resende, César Borges, José Nery, Eduardo Suplicy, Edison Lobão, Jayme Campos, Cristovam Buarque e Augusto Botelho. Na reunião foram apreciadas as seguintes proposições:

- Requerimento nº 57, de 2007 – CDH, para a realização de um ciclo de audiências públicas, uma a cada mês, preferencialmente na última quinta-feira do mês, com vistas a tratar das questões atinentes à construção da cidadania à luz da legislação participativa conforme temas

relacionados a seguir: Crianças; Emendas Orçamentárias de Comissão; Preconceitos; Dia da Juventude; Movimento Sindical; Meio Ambiente; Idoso; Código de Defesa do Consumidor (PROCON/Idec); Empresários; Componentes do Judiciário; Pessoa com Deficiência; Mulheres; Desemprego; Movimento Sem Terra; Prefeitos. O requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, foi aprovado.

- Sugestão nº 11, de 2007 que tratava de normas gerais para os plantões no sistema jurídico, de autoria do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul/MG (CONDESESUL) e relatoria do Senador Flávio Arns. Aprovada.

- Sugestão nº 12, de 2007, sugere projeto de lei para anistiar as multas por atraso de Declaração do IR das Entidades. O projeto tem autoria da Federação dos Trabalhadores Circulistas do Estado do Rio Grande do Norte e relatoria do Senador Jayme Campos. A apreciação da sugestão foi adiada.

- Emendas nº 1 – CCJ e nº 2 – CCJ ao PLS nº 490, de 2003, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. O projeto é de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e relatoria da Senadora Fátima Cleide. Foi adiada a sua apreciação.

Na reunião do dia 4 de outubro de 2007, com a presença dos Senadores, Paulo Paim, Flávio Arns, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Cristovam Buarque, José Nery, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado e Jayme Campos, foram apreciadas as seguintes proposições:

CDH prova audiência pública sobre precatórios para índios

- Requerimento, nº 59, de 2007– CDH, para a realização de Audiência Pública com vistas a tratar do pagamento de precatórios e seus impactos na vida do idoso. De autoria do Senador Paulo Paim O requerimento foi aprovado.
- Sugestão nº 12, de 2007, que solicita anistia das multas por atraso de Declaração do IR das Entidades de autoria da Federação dos Trabalha-

dores Circulistas do Estado do RN. A sugestão teve como relator o Senador Jayme Campos. Foi aprovada.

- Petição PDH nº 3, de 2007, que Informa e pede providências acerca de suposta fraude de venda de laudo pericial de identificação de paternidade (laudo de DNA – cível ou criminal), com o uso do nome da Universidade Federal de Viçosa e realizado por pessoa imperita e que teria atingido centenas de pessoas em todo o Brasil. A petição teve como autoria a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal e relatoria, o Senador Wellington Salgado. Foi decidido seu arquivamento.

Senadores Flávio Arns e Paulo Paim aprovam realização de audiência Pública para reajuste do salário mímimo

- Emendas nº 1 – CCI e nº 2 – CCI, ao PLS nº 490, de 2003, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. A emenda

teve como autora a Senadora Patrícia Saboya Gomes e relatora, a Senadora Fátima Cleide. A apreciação das emendas foi adiada.

- O PLS nº 317, de 2007, que altera os planos e seguros privados de assistência à saúde, para permitir a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso, regulamentando o art. 16 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), de autoria da Senadora Lúcia Vânia e relatoria do Senador Leomar Quintanilha. O projeto foi aprovado.

- Requerimento nº 60, de 2007 – CDH, para a realização de Audiência Pública conjunta com a CAS e CCJ, para debater o PLS nº 84, de 2007 (Regulamentação do Direito de Greve de Servidores Públicos). O requerimento de autoria do Senador Paulo Paim e outros. Aprovado.

- Requerimento nº 61, de 2007 – CDH, para a realização de Audiência Pública para debater o Estatuto do Esporte, em tramitação neste Legislativo, de autoria do Senador Paulo Paim.

- Requerimento, nº 61, de 2007, requer a realização de Audiência Pública com vistas debater as políticas permanentes para o reajuste anual do salário mínimo, em tramitação nesta Casa Legislativa (PLC nº 42/2007). Com os seguintes convidados: Presidentes das Centrais Sindicais, Ministros de Estados e empresários, a serem definidos posteriormente. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado.

- Requerimento nº 62, de 2007–CDH, para a realização de Audiência Pública com vistas debater as políticas permanentes para o reajuste anual do salário mínimo, em tramitação nesta Casa Legislativa (PLC nº 42/2007), de autoria do Senador Paulo Paim. Foi aprovado.

- Requerimento nº 63, de 2007–CDH, que solicita seja encaminhado expediente ao Ministro do Planejamento, solicitando que os dias descontados dos servidores do Banco Central que entraram em greve neste ano, por decorrência da campanha salarial iniciada em 2005, sejam pagos com a efetiva compensação por parte dos servidores quanto aos dias de paralisação que foram descontados é de autoria do Senador Flávio Arns. O requerimento foi aprovado.

- Requerimento nº 64, de 2007–CDH, para a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater sobre a Luta pela paz e a defesa da soberania das Nações, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros. O requerimento foi aprovado.

Na reunião do dia 18 de outubro de 2007, com a presença dos Senadores, Paulo Paim, Flávio Arns, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, César Borges, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valter Pereira e Heráclito Fortes, foram apreciadas as seguintes proposições:

Senador Paulo Paim e Senadora Patrícia Saboya discutem na CDH criação do programa Empresa Cidadã

- PLS nº 281, de 2005, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, é de autoria da Senadora Patrícia Saboya. O projeto permite, por meio de incentivo fiscal, que, nas empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, a licença-maternidade das empregadas possa ser

prorrogada por sessenta dias. Foram aprovadas as cinco emendas de relator e rejeitada a Emenda nº 1.

- Emendas nº 1–CCJ e nº 2–CCJ ao PLS nº 490, de 2003, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. A emenda é de autoria da Senadora Patrícia Saboya e relatoria da Senadora Fátima Cleide. A apreciação das emendas foi adiada.

- Requerimento nº 65, de 2007–CDH, para a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da problemática inerente à demissão arbitrária de dirigentes sindicais devendo ser convidados, os representantes da Organização Internacional do Trabalhe (OIT), da Secretaria de Recursos Humanos da Presidência da República, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). O requerimento de autoria do Senador Paulo Paim. Aprovado.

- Requerimento nº 66, de 2007–CDH, para a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento CDH, nº 30, de 2007 que solicita audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, é de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Aprovado.

- Requerimento nº 67, de 2007–CDH, para a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento CDH, nº 44, de 2007 que solicita audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, tem como autor o Senador Paulo Paim. Aprovado.

- Requerimento nº 68, de 2007–CDH, para a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento CDH, nº 51, de 2007 que solicita audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim. Aprovado.

- Requerimento nº 84, de 2007 – CDH, para que a CDH encaminhe ao Plenário do Senado Federal voto de solidariedade e congratulações pelo trabalho de alta significação nacional e internacional realizado pelo Padre Júlio Lancelotti, conhecido por sua atuação em defesa de moradores de rua e dos direitos humanos. O requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy foi aprovado.

Na manhã do dia 24 de outubro, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Saboya, José Nery, Geraldo Mesquita, Magno Malta, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Heráclito Fortes e Jayme Campos, a CDH apreciou as seguintes proposituras:

CDH aprova audiência pública sobre as centrais e impostos sindicais

- PLS nº 122, de 2006, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. O

projeto é de autoria da Deputada Iara Bernardi e relato ria da Senadora Fátima Cleide. A apreciação da proposta foi adiada.

- Requerimento nº 57, de 2007 – CDH, que requer a realização de audiência pública, para discutir item do ciclo de debates sobre as questões atinentes à construção da cidadania à luz da legislação participativa, tendo como centro a apresentação de Emendas ao Orçamento. O requerimento de autoria do Senador Paulo Paim foi aprovado.

- Requerimento nº 69 – CDH de 2007, para a realização de Audiência Pública com vistas a debater o reconhecimento das Centrais Sindicais e Imposto Sindical na forma discutido no projeto do Governo Federal (PL nº 1.990/2007 na Câmara), de autoria do Senador Paulo Paim. O requerimento foi aprovado.

Na tarde do dia 24 de outubro, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Saboya, José Nery, Geraldo Mesquita, Magno Malta, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Heráclito Fortes e Jayme Campos, a Comissão discutiu e votou as emendas ao PL nº 31/2007-CN, Plano Plurianual (PPA para o período 2008/2011).

Foram aprovadas emendas para fortalecimento dos seguintes programas: promoção de políticas afirmativas para a igualdade racial – apoio à divulgação e preservação da cultura indígena (de autoria do Senador Paulo Paim); Promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa – capacitação de cuidadores de idosos em instituições públicas de longa permanência (de autoria do Senador Paulo Paim); enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes – apoio a comitês de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes (de autoria do Senador Cristovam Buarque); programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI – apoio à criação de centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher vítima de violência doméstica (de autoria da Senadora Fátima Cleide); e gestão da política de direitos humanos – realização da conferência nacional GLB (de autoria da Senadora Fátima Cleide).

Senadores aprovam requerimento do Senador Paulo Paim que determina condições de trabalho das brigadas militares do Rio Grande do Sul

Na reunião do dia 1º de novembro de 2007, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Siba Machado, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella e Lúcia Vânia, a CDH deliberou sobre as seguintes proposições:

- Requerimento nº 70, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de audiência pública a fim de tratar das "aposentadorias especiais e cidadania".

- Requerimento nº 71, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de diligências e reuniões na cidade de Porto Alegre (RS), a fim de verificar *in loco* as condições de trabalho da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Essas diligências e reuniões ocorreram no dia 8 de novembro de 2007 e foram acompanhadas por membros da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS, por representantes classistas da Brigada Militar e por representantes do governo estadual, além de comitiva do Senado formada por membros da CDH e por servidores da Secretaria da Comissão.

- Requerimento nº 72, de 2007, para a realização de diligências e reuniões na cidade de Porto Alegre (RS), com a finalidade de verificar *in loco* as condições de vida do Povo Indígena Charrua. Essas diligências e reuniões ocorreram no dia 9 de novembro de 2007 e foram acompanhadas por membros da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara de Vereadores da Cidade Porto Alegre, além de comitiva do Senado formada por membros da CDH e por servidores da Secretaria da Comissão.

- Requerimento nº 73, de 2007, para a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das graves denuncias de adulteração do leite e seus reflexos na linha de consumo e saúde pública. Essa audiência, realizada em conjunto com a CMA e com a CRA, ocorreu no dia 7 de novembro de 2007 e contou com a presença do Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Sr. Rodrigo Sant'Anna, representante da Associação Brasileira dos Produtores de Leite; do Sr. Ricardo Morisbita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor; da Sra. Maria Cecília Martins Brito, Diretora da Anvisa; e do Sr. Nelmon Oliveira da Costa, Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA).

- PLC nº 122, de 2006, da Deputada Iara Bernardi, a pedido da relatora da matéria, Senadora Fátima Cleide, para a construção de consenso. Adiada a discussão da matéria.

Na reunião do dia 13 de novembro de 2007, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Jonas Pinheiro, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, Maria do Carmo Alves e Papaléo Paes, a CDH discutiu e votou as emendas de sua autoria ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2007, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

O colegiado aprovou, na íntegra, o relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que explicitou ter empregado – na seleção das três emendas que a CDH

Senador Paulo Paim aprecia Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

pode apresentar ao orçamento anual – o critério de maior incidência de indicações parlamentares, além da necessidade de prestigiar a atuação de importantes secretarias da Presidência da República. Nesse contexto, entre as 59 emendas propostas, a CDH assumiu a autoria de três emendas que destinam trezentos milhões de reais para cada uma das seguintes ações:

- apoio a iniciativas para a promoção da igualdade racial, sob responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

- apoio à implantação de conselhos de direitos das pessoas com deficiência em estados e municípios, sob responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;

- apoio a iniciativas de referência nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, sob responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Os valores solicitados, entretanto, não foram acatados no todo pelo relator setorial do orçamento. Em seu relatório, ele votou pela destinação de apenas quatro milhões para cada uma das ações indicadas.

Na reunião do dia 22 de novembro de 2007, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, Patrícia Saboya, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Jayme Campos e Maria do Carmo Alves, a CDH discutiu e votou um requerimento:

- Requerimento nº 74, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, foi aprovado. O requerimento prevê a realização da Audiência Pública, com vistas a tratar da grave denúncia ocorrida segunda-feira (19) no interior do Pará, onde se constatou que uma adolescente de 16 anos estava presa há cerca de um mês em uma cela da carceragem da Polícia Civil com 20 homens.

Na reunião do dia 5 de dezembro de 2007, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, Geraldo Mesquita Júnior, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Heráclito Fortes, Pedro Simon e Antonio Carlos Valadares, a CDH discutiu e aprovou um requerimento:

Senador Pauo Paim quer audiência para debater CPMF

- Requerimento nº 78, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senadora Ideli Salvatti, para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que prorroga os prazos previstos no *caput* dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).

Na reunião do dia 6 de dezembro de 2007, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella e Jaime Campos, a CDH deliberou sobre as seguintes proposições:

Comissão aprova requerimento do Senador Paulo Paim que prevê debate sobre acessibilidade urbana

- Requerimento nº 75, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, para a extinção da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, criada no âmbito da CDH. O requerimento materializou o consenso de que o tema objeto da Subcomissão interessa a todos os membros da CDH e, por isso, deve voltar ao colegiado pleno. Sua aprovação abriu espaço para a imediata criação de uma nova subcomissão voltada à defesa das mulheres.

- Requerimento nº 76, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, para a criação de Subcomissão Permanente destinada a discutir e submeter à votação proposições que tratam dos direitos da mulher. A Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres (CDHSPDM) – suscitada pelo caso da violência contra a adolescente do Pará, que foi encarcerada junto com dezenas de homens – contará com 5 membros titulares e outros cinco suplentes e deverá iniciar os seus trabalhos no início de 2008.

- Requerimento nº 77, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de Audiência Pública para debater o tema da acessibilidade urbana, por ocasião da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, com ênfase na temática da violência no trânsito como a principal causa de deficiência entre os cidadãos brasileiros. A apresentação do requerimento suscitou amplo debate sobre o entendimento do Ministério da Educação de efetuar a inclusão "compulsória" das pessoas com deficiência nas classes comuns. Os senadores, em conjunto, posicionaram-se contra esse entendimento e a favor de uma saída negociada para que escolas especiais e comuns possam conviver e oferecer o atendimento mais adequado à pessoa com deficiência.

- PLS nº 546, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "Institui o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições federais de educação profissional e tecnológica". De acordo com o projeto, metade das vagas disponíveis nos processos seletivos para as instituições federais de educação profissional e tecnológica serão destinadas àqueles que freqüentaram o ensino público, observada a sub-reserva de vagas para afrodescendentes e indígenas proporcional ao percentual das respectivas populações em cada estado.

Senador Paulo Paim votou pela aprovação de projeto que institui o sistema de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas

O relator da matéria, Senador Paulo Paim, votou pela aprovação do PLS nº 546, de 2007, com duas emendas: a primeira elimina inconstitucionalidade da proposta original (atribuição de competência a órgão do Executivo) e a segunda permite que as pessoas com deficiência tenham acesso às vagas reservadas, mesmo sem terem cursado a educação básica em escola pública. O parecer foi acatado pela CDH, e o projeto foi encaminhado para o exame terminativo da Comissão de Educação.

- Emendas nº 1 e nº 2 da CCJ ao PLS nº 490, de 2003, que "Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes".

O projeto, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, foi aprovado em março de 2007 pela CDH, que não se pronunciou sobre as emendas propostas pela CCJ naquela oportunidade. Por isso, a relatora da matéria, Senadora Fátima Cleide, complementou seu relatório acatando as emendas, que subordinam a difusão referida no projeto aos critérios de conveniência e oportunidade da administração pública, além de corrigir um

problema de técnica legislativa. Com essas alterações, o projeto foi definitivamente aprovado pelo Senado e encaminhado ao exame da Câmara dos Deputados.

- Indicação nº 2, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Subcomissão de Trabalho Escravo da CDH analisar todas as matérias em tramitação no Senado que tratam do tema. A CDH seguiu o voto do relator *ad hoc*, Senador Flávio Arns, de acordo com o qual o estudo conjunto das proposições em andamento poderá apontar formas de agilizar mudanças urgentes na legislação para o combate ao trabalho escravo.

- Requerimento nº 79, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de Audiência Pública voltada à apresentação do Programa de Aceleração da Saúde lançado pelo Governo Federal, que prevê investimentos de R$ 89 bilhões no setor até 2011.

- Requerimento nº 80, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, para a realização de Audiência Pública conjunta com a CAS destinada a debater os fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva e outras casas geriátricas do Rio de Janeiro. A audiência, motivada pelo recebimento do relatório final do TCU sobre o caso da Clínica Santa Genoveva, deverá ser realizada no início de 2008.

- Petição nº 7, de 2007, de autoria da CDH, que pede providências do Governo Federal para a situação desumana e de abandono da comunidade dos remanescentes do Quilombo São Roque, na localidade de Pedra Branca, Município de Praia Grande (SC). Arquivada.

- Aviso nº 88, de 2007, da Ministra Matilde Ribeiro, que encaminha o Relatório de Gestão 2003-2006 relativo à promoção de políticas de promoção da igualdade racial, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República. Arquivada.

- Sugestão nº 6, de 2007, de autoria da CDH, para criar a Ouvidoria para assuntos judiciais. Arquivada.

- Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 1.494, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, que convoca plebiscito a respeito de temas variados. Adiada a votação.

- PLS nº 522, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, que modifica a CLT a fim de conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência. Adiada a discussão.

- PLS nº 303, de 2006, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que estabelece a reserva mínima de 5% do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência. De acordo com o relator da matéria, Senador Flávio Arns, conforme já deliberado pela CAS, a obrigatoriedade da reserva reduziria as possibilidades de eleição das pessoas com deficiência, em vez de aumentar sua participação nas casas legislativas, pois esfacelaria a canalização de votos para as lideranças da área. Por isso, seria preferível levar o debate do tema para os conselhos municipais, conselhos estaduais e fóruns, dos quais emergiriam alguns poucos – mas legítimos – representantes da área, pessoas que seriam naturalmente acolhidas pelos partidos políticos por terem boas chances de se eleger. De todo modo, para sensibilizar os partidos, sugeriu que se lhes encaminhasse cópia do projeto e do parecer emitido no âmbito da CDH, a exemplo do que já ocorrera na CAS. A matéria foi rejeitada.

18
12
07

A reunião do dia 18 de dezembro de 2007 contou com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Saboya, José Nery, Jonas Pinheiro, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti. Contou, ainda, com a presença dos Deputados Federais Neucimar Ferreira Fraga e Maria Aparecida Diogo Braga (presidente da CPI, na Câmara dos Deputados, do Sistema Carcerário brasileiro e membro, respectivamente).

Nessa ocasião, Presidente da CDH Senador Paulo Paim submeteu ao Plenário a deliberação de um encaminhamento, em que ficou entendido que a primeira Audiência Pública do ano de 2008 se destinaria a tratar do tema de prisões de mulheres e homens na mesma cela, e de meninos e meninas com adultos em celas comuns. A solicitação foi aprovada pelo colegiado.

Na reunião do dia 20 de dezembro de 2007, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, José Nery, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti e Herác1ito Fortes, a CDH deliberou sobre as seguintes proposições:

Senador Paulo Paim pede atenção para a questão das aposentadorias de servidores públicos

- Requerimento nº 85, de 2007 (em aditamento ao Requerimento nº 83, de 2007), de autoria do Senador Paulo Paim, para a retomada – na primeira reunião da CDH em fevereiro de 2008 – das discussões iniciadas no dia 18 de dezembro sobre a prisão de mulheres com homens e de meninos e meninas com adultos em celas comuns. Trata-se da materialização do compromisso da CDH de dar continuidade ao debate sobre

a matéria logo no início de 2008, agora enfocando o problema da superlotação nos presídios e o da prisão de mulheres estrangeiras no Brasil.

- Requerimento nº 86, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de Audiência Pública destinada a tratar da mudança do procedimento administrativo para titulação dos territórios quilombolas.

- Requerimento nº 87, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de Audiência Pública voltada a discutir a questão da concessão de aposentadorias a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

- Requerimento nº 88, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, para que a CDH encaminhe expediente à Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do STF, argumentando a possibilidade de urgência na decisão da ação que versa sobre defasagem tarifária, movida pela VARIG S.A. contra a União Federal (Ação Ordinária nº 93.00.02252-0). Esse requerimento buscou amparo no Estatuto do Idoso para pleitear decisão mais célere do caso, da qual depende o sustento de mais de oito mil famílias de aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Previdência Social.

- PLC nº 54, de 2007, de autoria do Deputado Pompeu de Mattos, que altera o Estatuto do Idoso, dispondo sobre o atendimento prioritário na rede de serviços de saúde. Adiada a votação.

- PLS nº 417, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos em crianças e adolescentes. Adiada a votação.

- Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 1.494, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, que convoca plebiscito a respeito de temas variados.

Ainda na reunião do dia 20 de dezembro, o Presidente da CDH comunicou que a Secretaria da Comissão recebera – em resposta ao Requerimento nº 49, de 2007 – o Ofício nº 4.074, do Governo do Estado da Bahia, informando sobre a abertura do Inquérito

Policial nº 91, de 2007, que tramita no grupo especial de repressão aos crimes de extermínio, para apurar os assassinatos da líder comunitária Aurina Rodrigues Santana, de seu companheiro Robson da Silva Rodrigues e de seu filho Paulo Rodrigo Rodrigues Santana Braga, ocorridos no dia 14 de agosto, em Salvador.

Foi feito, ainda, um breve balanço das atividades do colegiado em 2007, tendo o Presidente Paulo Paim sido saudado por todos os presentes pela firmeza na condução dos trabalhos durante o ano.

Também, o Senador José Nery apresentou um rápido balanço das atividades desenvolvidas pela Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. Indicou alguns dos desafios a serem superados no campo dos direitos humanos e agradeceu o apoio de diversas pessoas, sobretudo dos servidores da Comissão, no que foi secundado por outros senadores.

Capítulo II

Audiências Públicas

Realizada, em 22 de fevereiro de 2007, a reunião foi convocada a requerimento do Senador Paulo Paim como a primeira de um ciclo de debates sobre violência e direitos humanos.

Paulo Paim ao seu lado esquerdo o subsecretário de promoção e defesa dos D.H. da presidência da república, Perly Cipriano e o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Nicolao Dino de Castro

Esta audiência atendeu ao Requerimento nº 02, de 2007 – CDH, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita e Paulo Paim.

Teve início com a indagação dos palestrantes acerca das ações do Estado – se ele e a sociedade estariam cumprindo os papéis que lhes foram atribuídos. Foi

lembrado, então, ser "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Além de colocá-los salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Falou-se, também, não ser necessária qualquer reforma da legislação, mas simplesmente que ela seja cumprida, de modo que toda a sociedade possa ver no homem e na mulher um ser humano com direito a ser tratado com dignidade no caso de infringir a lei penal.

Apresentou-se, aos presentes, um panorama do sistema sócio-educativo no Brasil; condenou-se a redução da maioridade penal e do endurecimento da legislação penal como solução para o problema da violência; e discordou-se daqueles que argumentam que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é muito brando.

De pé o Presidente ????, Carlos Moura, discursa para o plenário lotado

O presidente da ANPR, Nicolao Dino e o repórter Vinícius Dônola, debatem o tema

Segundo os palestrantes, estudos realizados na Europa indicariam que a prisão de adolescentes favorece a sua carreira criminosa e aumenta a velocidade da reincidência delitiva e que não há comprovação de que o rebaixamento da idade penal seja capaz de reduzir os índices de criminalidade juvenil. Assim, o ingresso antecipado no falido sistema penal brasileiro iria expor os adolescentes a mecanismos reprodutores da violência como o aumento da chance de reincidência, uma vez que as taxas de reincidência nas penitenciárias são quase três vezes maiores do que as do sistema socioeducativo.

Nessa ocasião, observou-se que alguns dos problemas históricos do País, como a não-realização da reforma agrária e a desigualdade racial, contribuem para o crescimento da violência. Para alguns dos presentes, os meios de comunicação e a escola seriam os responsáveis pela produção de boa parte da violência existente no País, pelo alheamento no tocante à formação da cultura brasileira.

Lamentou-se, ainda, que a sociedade civil e o governo não discutam formas mais eficazes de implementação dos direitos fundamentais assegurados na legislação, para prevenir a violência. Há, de acordo com especialistas, a necessidade de um choque ético a fim de evitar que as crianças continuem desassistidas e sem acesso à educação de qualidade. Ademais, foi proposto a instituição de um programa de incremento da cidadania e reiterado que o papel dos operadores do direito é, também, criar espaços para que os excluídos pudessem ser ouvidos, imprimindo assim efetividade à Constituição.

Por fim, foi feita referência à longa história de violência institucional no Brasil e indagando-se o que cada ente federativo e cada Poder da República tinham feito para prevenir a violência, estavam fazendo para proteger o cidadão e fariam para reparar os danos. Enfatizou-se, ao final, a necessidade de trabalhar na desmontagem de mitos, como o que atribui à pobreza a responsabilidade pela violência.

Comparecem os seguintes convidados:

- **Vinícius Dônola** – Repórter da Central Globo de Jornalismo;
- **Carlos Moura** – Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CNBB;
- **Jomar Alves Moreno** – Conselheiro da OAB/DF e Coordenador da CDH da OAB/DF;
- **Carmem Oliveira** – Presidenta do CONANDA, representando o Senhor Perly Cipriano – Secretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
- **Nicolao Dino de Castro e Costa Neto** – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR;
- **Ivônio Barros** – Coordenador Nacional do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH);
- **Benedito Cintra** – Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- **Joelson Dias** – Conselheiro no CONANDA e representante da OAB;
- **Soraia da Rosa Mendes** – Assessora do Senador Paulo Paim, Advogada especialista em direitos humanos.

Realizada, em 27 de fevereiro de 2007, a reunião foi convocada para atender ao Requerimento nº 1, de 2007 – CAS, e Requerimento nº 02, de 2007 da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ambos de autoria do Senador Paulo Paim.

Audiência Pública Conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O presidente da CDH, vai ao plenário discursar sobre o Fórum Nacional da Previdência e o Papel do parlamento

A reunião conjunta destinou-se à Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Nelson Machado, Ministro da Previdência, com vistas a tratar das questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o papel do Parlamento.

O Ministro da Previdência, Nelson Machado, iniciou sua explanação com informações sobre a gestão da Previdência Social, dando ênfase à meta do Ministério de garantir o acesso ao direito previdenciário a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Apresentou gráficos que indicavam melhoria no atendimento da população, mediante a ampliação dos horários de atendimento, a contratação de novos servidores, a possibilidade de acesso aos serviços por meio eletrônico, além de maior atenção no combate às fraudes e os desperdícios.

O Ministro abordou o problema do auxílio-doença, tratou da questão dos benefícios garantidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), embora eles não componham as contas da Previdência. Salientou, ainda, a tendência do crescimento desses benefícios causada pelo envelhecimento da população, não obstante a melhoria na sua gestão.

Relativamente às contas da Previdência, o Ministro enfatizou a necessidade de separar o beneficio previdenciário do beneficio assistencial e a previdência no setor urbano da previdência do setor rural. Afirmou que a maneira tradicional de apresentar essas contas contrapõe simplesmente a receita exclusiva e arrecadada aos benefícios, sem considerar as renúncias previdenciárias, como as das empresas participantes do Simples e das entidades filantrópicas, entre outras.

Relatou que até mesmo aspectos contábeis mascaram as contas da Previdência, a exemplo da transferência determinada em lei dos recursos da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF) pelo Tesouro, que aparecem como necessidade de financiamento e, conseqüentemente, como déficit nas contas públicas.

Destacou que a previdência rural apresenta um déficit bastante superior ao observado no setor urbano contributivo, visto que a arrecadação é feita sobre a produção agrícola. Lembrou, entretanto, que a previdência rural é deficitária em todo o mundo. Caberia ao Brasil, portanto, identificar as razões desse déficit e como ele influencia o chamado déficit geral do sistema previdenciário.

Por fim, declarou não existir necessidade urgente de realizar reformas, pois as medidas de gestão e as propostas legais de correção dos problemas no curto prazo já foram tomadas.

Antes de encerrar a Audiência Pública, o Senador Paulo Paim reafirmou sua crença no princípio da previdência universal e solidária. Sugeriu, ademais, a realização de debate futuro acerca da contribuição dos empregadores, que deveria ser efetuada sobre o faturamento das empresas, para ampliar a inclusão da população no regime previdenciário, não sobre a folha de pagamento, como se faz atualmente.

Estiveram presentes à Audiência os Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, José Nery, Serys Slhessarenko e Jayme Campos.

Reunião, realizada em 8 de março de 2007, para atender ao Requerimento nº 8 – CDH, de 2007, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Paim e outros, com o objetivo de tratar do tema: "Meio Ambiente, Vida e Direitos Humanos".

A primeira parte da reunião compreendeu Cerimônia de inauguração da galeria de ex-presidentes da Comissão, com a homenagem e o descerramento das fotos dos ex-presidentes, Senadores Magno Malta, Juvêncio da Fonseca e Cristovam Buarque.

Na segunda parte, foi igualmente homenageada a Ministra Marina Silva, com a entrega de uma placa personalizada e, na sua pessoa, todas as mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

A terceira parte compreendeu a exposição da Ministra Marina Silva, que iniciou sua fala afirmando estarmos iniciando uma era em que haverá imprevisi-

bilidade em relação aos fenômenos naturais. Acrescentou que acabou o tempo em que havia previsibilidade climática e ambiental e que as próximas gerações, nossos filhos e netos, terão que aprender a lidar com esses processos.

Segundo a Ministra, essas mudanças estão ligadas, segundo ela, à atuação do homem relativa aos gases ligados ao efeito estufa e que podem afetar o PIB GLOBAL em 20%. Esse fenômeno de alteração climática pode representar um aquecimento na Amazônia de 8ºC, o que faria com que virasse uma savana. A Ministra apontou que nós já estamos sendo afetados pelas alterações climáticas decorrentes do aquecimento global, sendo que as populações brasileiras mais afetadas são as do semi-árido.

Salientou ainda que o Brasil já contribui com a redução em 52% da emissão de CO2 e que temos evitado, com as medidas que vêm sendo tomadas, a perda de milhões de árvores e milhares de primatas.

Afirmou que o esforço da atuação de seu Ministério é acabar com a clandestinidade na Amazônia. É preciso encontrar alternativas viáveis, não concentradas unicamente na repressão que, sozinha, não resolve. O esforço, continuou a Ministra, é que a sociedade ajude o governo a fiscalizar.

Disse, ainda, que a natureza não sabe se defender, mas sabe se vingar e sua vingança é avassaladora. Marina Silva afirmou que devemos ter um foco na produção tanto da soja transgênica quanto da convencional. Ressaltou, também, que podemos usar nossa biodiversidade sem destruí-la, fazendo de nossos biocombustíveis uma realidade sustentável do ponto de vista de preservação ambiental.

Estiveram presentes as Senadoras Fátima Cleide e Lúcia Vânia e os Senhores Senadores José Nery, Inácio Arruda, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, Eduardo Suplicy, Siba Machado, Valter Pereira, Gilvam Borges, Leomar Quintanilha, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior e Papaleo Paes.

Reunião, realizada em 21 de março de 2007, convocada nos termos do Requerimento CDH nº 01/2007, de autoria da nobre Senadora Patrícia Saboya, para instruir o PLS nº 281/2005, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da Licença Maternidade, mediante concessão de incentivo fiscal.

A audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação (CE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Essa reunião, realizada às 10h, foi presidida pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, presidente da CAS e autora do projeto de lei mencionado na ementa.

Ao iniciar os trabalhos, a senadora lembrou que o projeto foi apresentado com o apoio da Sociedade Brasileira de Pediatria e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). E enfatizou a importância, em termos de saúde física e desenvolvimento emocional, da presença da mãe nos seis primeiros meses de vida de uma criança. Informou, também, que o projeto não pretendia onerar a Previdência Social, pois os dois meses a mais na licença-maternidade seriam oriundos de renúncia fiscal, pois as empresas passariam a deduzir integralmente o valor desse período no Imposto de Renda.

O projeto foi declarado que o projeto de interesse para o Brasil, pois crianças bem atendidas pela mãe, bem alimentadas, terão melhor saúde, melhor desempenho escolar e, conseqüentemente, vão reduzir os custos do atendimento médico, da repetência escolar.

Falou-se do projeto sob o ponto de vista das relações de trabalho e destacou-se a característica positiva da adesão voluntária por parte das empresas. Levantaram-se, contudo, questões de ordem operacional, como, por exemplo: se a empresa poderia desistir após ter aderido ao projeto, se os encargos previdenciários sobre os dois meses de acréscimo também seriam incluídos na isenção prevista no Imposto de Renda; se haveria o ressarcimento das despesas de substituição temporária das trabalhadoras.

Foi lembrado, nessa ocasião, que, embora as condições de vida e de equidade tenham melhorado, as mulheres ainda sofrem com a discriminação, tendo sido citado como exemplo o fato de que as mulheres, embora mais educadas, com participação crescente no mercado de trabalho e na chefia das famílias, ganham, em média, 30% a menos que os homens.

Falou-se, também, da importância da presença da mãe nos primeiros meses de vida, não apenas para a amamentação, mas também para o desenvolvimento neurológico e emocional das crianças. Ademais, lembrou-se que o conhecimento científico, hoje disponível, identificou a necessidade do vínculo afetivo nos primeiros meses de vida como requisito para o desenvolvimento normal da criança e considerou que os benefícios, em termos de saúde física e mental dos bebês, superam os custos de implementação da proposta em análise.

Nesse debate, ponderou-se que a licença-maternidade de seis meses só seria viável para funcionárias de nível hierárquico mais baixo, pois várias empresárias e executivas entrevistadas não conseguiriam se afastar de suas responsabilidades por tanto tempo. Mesmo para funcionárias de nível hierárquico mais baixo o afastamento prolongado pode significar que não são necessárias à empresa. Propõe, para garantir a competitividade das mulheres no mercado de trabalho, que seja concedida uma licença-maternidade de três meses e uma licença-paternidade também de três meses, ao invés dos sete dias atuais.

Por fim, foi lembrado o projeto que beneficiaria não apenas as mulheres e crianças, mas toda a sociedade.

Estiveram presentes as Senadoras Patrícia Saboya, Serys Slhessarenko, Rosalba Ciarlini e Fátima Cleide e os Senadores Cristovam Buarque, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Kátia Abreu, Inácio Arruda, Cícero Lucena e Eduardo Suplicy, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessanrenko, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Mão Santa e Lúcia Vânia.

Participaram do debate os seguintes convidados:

- **Dr. Deoclécio** – Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria;
- **José Pastore** – Consultor da CNI, e Professor da Universidade de São Paulo, representando aqui o Sr. Armando Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria;
- **Cláudia Skaf** – Diretora do Comitê de Responsabilidade Social, representando nesta Sessão o Sr. Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
- **Eugênio Pereira da Cunha Garcia** – Assessor da Divisão Sindical da CNC, representando aqui o Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional de Comércio;
- **Michael Haradon** – Presidente da FERSOL;
- **Carlos Faccina** – Diretor da Nestlé, representando o Sr. Ivan Zurita, Presidente da Nestlé.

A audiência, realizada em 21 de março de 2007, teve por objetivo tratar das questões atinentes ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais

Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Patrícia Saboya debatem licença-maternidade

A Audiência, realizada às 14h, atendeu aos Requerimentos nº 7 de 2007 – CDH, de autoria do Senador Flávio Arns e do Requerimento nº 7 de 2007 – CAS,

de autoria do Senador Eduardo Azeredo e destinou-se a tratar das questões atinentes ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

A reunião teve seu início com a observação de que o preconceito e a discriminação começam dentro da própria casa do portador de deficiência. Assim, só uma "informação humanizada" pode combater a discriminação e o preconceito e garantir a inclusão das pessoas com deficiência.

Observou-se, nessa oportunidade, que estão faltando, no Brasil, informações adequadas para que a sociedade acolha as pessoas com deficiência.

Durante a reunião, portadores da Síndrome de Down relataram suas experiências bem-sucedidas de inserção social. Maria Carolina Ballesteros falou sobre livro de memórias de sua autoria e Tathiana Piancastelli Heiderich relatou as dificuldades que enfrentou para aprender a ler e a escrever.

Parlamentares presentes no plenário da CDH falam sobre a importância da presença da mãe no período de gestação

Embora tenham sido louváveis as discussões trazidas à tona pelo evento, afirmou-se que ainda é necessária a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2003). Segundo senadores presentes, no entanto, o Congresso Nacional está comprometido com a luta contra qualquer tipo de preconceito, observando, no entanto, que, no caso dos portadores de deficiência, ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

Por fim, foi enfatizado que as escolas que atendem pessoas com deficiência devem ser contempladas prioritariamente com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

Participaram da audiência os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, José Nery e Serys Slhessanrenko.

A reunião contou com os seguintes convidados:

- **Marcos Caruso** – Ator da Rede Globo de Televisão;
- **Evaldo Mocarzel** – cineasta;
- **Joana Mocarzel** – atriz;
- **Dennis Alexander Burns** – Médico Pediatra, Presidente da Sociedade Brasiliense de Pediatria;
- **Tatiana Heiderich** – massagista;
- **Rodrigo Marinho** – Assessor do Deputado Eduardo Barbosa;
- **Helena Werneck** – Coordenadora Geral do Instituto Meta Social.

A reunião, realizada em 3 de abril de 2007, atende ao Requerimento nº 12-CDH de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, para tratar da Superação do Racismo, da Violência e do Preconceito. Com foco no atentado aos estudantes africanos da Universidade de Brasília.

Alunos africanos comparecem à DDH para relatar atentado ocorrido na UNB

Convocada a requerimento do Senador Paulo Paim e centrada no atentado sofrido por estudantes africanos na Universidade de Brasília (UnB) no dia 28 de março de 2007, a Audiência começou com a execução dos Hinos Nacionais de Guiné-Bissau e do Brasil, na versão do Grupo Olodum, e com o pedido de

desculpas às vítimas feito pelo Presidente da Comissão, em nome do Senado e do povo brasileiro.

Reitor ressalta a importância do Programa de Estudante Convênio e defendeu ambiente democrático

O Reitor Timothy Martin Mulholland – em nome da UnB – apresentou pedido de desculpas aos estudantes africanos, relatou a ferida que o atentado provocara na instituição, há muito comprometida com a defesa da igualdade e dos direitos humanos e com a criação de um ambiente social mais democrático, aberto e tolerante.

Foi ressaltada, nessa ocasião, a importância do Programa de Estudante Convênio, por meio do qual a universidade acolhe estudantes de várias partes do mundo, sobretudo dos países de língua portuguesa da África e dos países da América do Sul.

Estudantes vítimas do atentado, mostraram-se surpresos com a cobertura jornalística do caso, lamentaram o ocorrido e, agradecendo tanto à UnB e ao povo brasileiro pela acolhida no País, pediram proteção para estrangeiros e brasileiros contra atos semelhantes.

Foi feita denúncia relativa à omissão dos dirigentes da Casa do Estudante da UnB em agressão anterior e a falta de informação sobre o programa de convênios, origem do ingresso de cerca de 400 dos mais de 25 mil alunos da UnB, entre os quais apenas 100 são africanos. Por último, sugeriu-se que a universidade crie uma política de promoção das relações culturais entre estrangeiros e brasileiros, para fazer valer a natureza intrínseca desses convênios.

Estudantes estrangeiros presentes cobraram mais informação sobre a vinda dos africanos para a UnB, bem como punição para os criminosos e segurança para todos; ressaltaram a dupla gravidade do ato, perpetrado contra a vida humana e contra pessoas estrangeiras e responsabilizaram a universidade por esconder da comunidade acadêmica o importante trabalho que desenvolve.

Personalidades presentes repudiaram o atentado e comentaram o modo como ele afetava os objetivos do programa brasileiro de cooperação com países em desenvolvimento, voltado a formar quadros para os países desprovidos de sistema universitário organizado e a fazer aliados permanentes. Enfatizaram, ainda, a importância simbólica da punição dos culpados para que os alunos de outros países tenham a esperança de boas-vindas no Brasil.

Nessa reunião, foi reiteradamente mencionado o apelo de punição exemplar para os criminosos e lamentou-se a histórica desigualdade nacional no trato de distribuição da justiça. Reportou-se à permanência do racismo no País, que teria a conivência de parte significativa da sociedade e se manifestaria de modo veemente nas universidades públicas, onde se discute a adoção de cotas.

Falou-se, também, da tentativa da mídia de desqualificar tal ação e repudiaram-se as severas críticas feitas à direção da UnB por conta do seu programa de cotas, que seria um dos melhores do País.

Foi lembrado, nessa audiência, que ordenamento jurídico brasileiro garante aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à segurança, além de considerar o racismo um crime inafiançável e imprescritível, punível com pena de 1 a 3 anos de reclusão.

Destacaram-se, nessa hora, a tentativa do governo de construir uma relação positiva com a África, o orgulho dos brasileiros na busca do saber empreendida pelos estudantes africanos e a defesa de uma universidade igualitária por parte da UnB. Combateu-se, ainda, a tese de que a luta dos negros veiculasse o desejo de dividir o Brasil relembrando nomes e eventos da história de paciência e tolerância dessa luta rumo à construção de um país diverso, democrático e plural.

Os presentes celebraram, ainda, os novos ares da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que julgam ter-se tornado viva e participativa em 2007, conclamando a todos a se mobilizarem pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

A Audiência contou com a presença das Senadoras Fátima Cleide e Serys Slhessanrenko, e dos Senadores Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, César Borges, Cícero Lucena.

Participaram, como palestrantes, os seguintes convidados:

- **Paulo César Meira de Vasconcellos** – Embaixador e Diretor do Departamento Cultural do Itamaraty;
- **Ana Lucy Gentil Cabral** – Ministra e Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;
- **Alexandre Prestes Silveira,** representando Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação;
- **Antônio da Silva Pinto,** representando Matilde Ribeiro – Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- **Ivair Augusto Alves dos Santos,** representando Paulo de Tarso Vannuchi – Secretário Especial da Secretaria Especial de Direitos Humanos;
- **Bairon Prestes Costa**, representando Tarso Genro – Ministro de Estado da Justiça;

- **Timothy Martin Mulholland** – Reitor da Universidade de Brasília;
- **Zulú Araújo** – Presidente da Fundação Cultural Palmares;
- **Valquíria Souza Teixeira de Andrade** – Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal;
- Estudantes africanos da Universidade de Brasília: Nivaldo Domingos Gomes (Guiné-Bissau), Lenine da Silva (Guiné-Bissau), Helmer Dinis Sequeira (Guiné-Bissau); Mbalia Mafory Queta (Guiné-Bissau); Kassoum Dieme (Senegal).

Reunião, realizada em 4 de abril de 2007, para atender ao Requerimento CDH/CAS nº 13, de 2007, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, que trata da "Compra do Grupo Ipiranga pela Petrobrás, Grupo Ultra e Braskem".

A reunião consistiu em exposição e debate sobre a operação de compra das ações pertencentes ao bloco de controle do Grupo Ipiranga pelas empresas Petrobras, Braskem e Ultrapar.

Segundo as exposições, o Grupo Ipiranga atua em três mercados: distribuição de combustíveis, no atacado e varejo, cuja rede compõe-se de 4.240 postos, to-

talizando 20% de participação nesse mercado, com atuação em todo o Brasil, à exceção de Roraima e Amapá; refino de petróleo, com capacidade de refino de 17 mil barris de petróleo por dia; e petroquímico.

Pela operação, a Ultrapar iria adquirir todas as ações do bloco de controle da Refinaria de Petróleo Ipiranga (RIPI), da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga (DPPI) e da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (CBPI); anunciar oferta pública de aquisição das ações ordinárias, listadas em Bolsa de Valores, da RIPI, DPPI e CBPI, bem como incorporar ações preferenciais dessas companhias, que serão permutadas por ações preferenciais da Ultrapar; e anunciar oferta pública de aquisição de ações para fechamento de capital da Copesul. Ao final, iria alienar parte dos ativos do Grupo Ipiranga à Petrobras e à Braskem.

A conclusão da operação estava programada, segundo os expositores, para o quarto trimestre de 2007 e o valor total da operação seria de US$ 4 bilhões (US$ 1,3 bilhão para a Petrobras, US$ 1,1 bilhão para a Braskem e US$ 1,6 bilhão para a Ultrapar).

De acordo com os palestrantes, a operação produziria concentração horizontal nos mercados de refino de petróleo; petroquímico; distribuição de combustíveis, no atacado e no varejo. E como tais mercados estão integrados, resulta concluir que a operação ampliaria o grau de concentração econômica vertical entre os mercados de refino, de um lado, e petroquímico e de distribuição de combustíveis, de outro.

Falou-se, nessa audiência, sobre os desdobramentos jurídicos do ato de concentração econômica, relembrando aos presentes as competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Caberia ao Conselho aprovar, totalmente ou em parte, ou mesmo rejeitar o ato de concentração Grupo Ipiranga & Braskem/Petrobrás/Grupo Ultra.

Estiveram presentes na reunião os Senhores Senadores Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Serys Slhessanrenko e Sérgio Zambiasi.

Participaram dos debates os seguintes convidados:

- **Carlos Heitor Rodrigues** – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas de Triunfo/RS – SINDIPOLO;

- **Pedro Wongtschowski** – Diretor Presidente da Ultrapar Participações S.A, Controladora das Empresas Oxitno, Ultragás e Ultracargo;

- **João Pedro Gouveia Vieira Filho** – Presidente Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga;

- **Frederico Antunes** – Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;

- **Carlos Alberto Figueiredo** – Gerente do Gabinete da Presidência da Petrobrás BSB;

- **José Carlos Grubisch** – Presidente da Petroquímica Brasileira de Classe Mundial – Braskem;

- **Angelo Martins** – Presidente Sindicato dos Trabalhadores em Comércio de Minério e Derivados de Petróleo – SITRAMICO;

- **José Marcos Olioni** – Presidente Sindicato dos Trabalhadores na Industria da Destilação e Refinação de Petróleo de Rio Grande/RS – SINPETRO;

- **José Sérgio Gabrielli** – Presidente da Petrobras.

Reunião, realizada em 19 de abril de 2007, atendeu aos Requerimentos nº 04 e 08, de 2007 – CDH, do Senador Geraldo Mesquita, para tratar dos **"Direitos dos Povos Indígenas".**

Líderes e crianças indígenas reivindicam respeito nas demarcações de terras e cobram vida digna

Foi afirmado, ao início da Audiência, que a Constituinte de 1988 assegurou aos índios direitos que não estão sendo respeitados. Comentou-se, também, sobre a referência expressa às determinações concernentes à demarcação das terras indígenas até hoje não cumpridas e aos problemas existentes nas áreas de

meio ambiente, saúde e educação. Ao se recordar o Estatuto das Sociedades Indígenas, proposto pelo Projeto de Lei nº 2.057, de 1991, lembrou-se que este permanece adormecido nas gavetas da Câmara dos Deputados.

Os representantes indígenas presentes afirmaram não terem vindo ao Congresso Nacional "ouvir discursos bonitos e novas promessas" e protestaram contra o fato de o Poder Legislativo tentar usurpar os direitos dos povos indígenas mediante proposições em tramitação. Indagaram, ainda, por que até aquela data "não tinham sido demarcadas as terras dos índios, enquanto deputados e senadores tentavam modificar as disposições do art. 231 da Constituição Federal, para subtrair os direitos sagrados dos povos indígenas a suas terras".

Criticaram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a transposição do rio São Francisco que, segundo eles, punham em risco a existência de muitas terras indígenas e complementaram: "Os índios não se opõem ao desenvolvimento, mas são contra o desenvolvimento injusto. Pedimos a abertura do diálogo para a discussão dos direitos dos índios", defendeu Cabral.

Solicitou-se, nessa audiência, que fosse realizada auditoria ou comissão parlamentar de inquérito para tratar da situação da saúde indígena, uma vez que "não se pode aceitar o contínuo desvio de verbas, enquanto os índios doentes não são atendidos e não há disponibilidade de remédio." Foi lembrado que os povos do vale do Javari há anos morrem de hepatite e que as crianças Guarani-Kaiowá continuam a morrer sem atendimento médico adequado.

Segundo os palestrantes, um dos principais problemas dos povos indígenas é a criminalização de suas ações. De acordo com suas informações, metade dos Cinta-Larga respondem a processo criminal. Foi citado o caso do índio José de Santa, de Caruaru, Pernambuco, que teve pedido de prisão requerido por sete procuradores, mas obteve habeas corpus junto ao Supremo Tribunal Federal, que considerou sem fundamento sua prisão. Informou, ainda, que em Amambaí, Mato Grosso do Sul, de 145 pessoas presas, 38 são índios.

No que se refere à educação, observou-se que crianças indígenas são impedidas de falar em sua língua em virtude de não haver escola em sua aldeia. Segundo os represen-

tantes índios presentes, "está mais do que na hora de o Congresso Nacional priorizar a discussão do Estatuto das Sociedades Indígenas, mas com a participação dos índios. Afinal, o Estatuto não pode ser elaborado apenas com a participação dos madeireiros e mineradores".

Foi observado, nessa reunião, ainda com relação à saúde, que os índios têm sistematicamente denunciado a Funasa pela municipalização da saúde indígena. Nesse contexto, denunciou-se que as coordenações regionais da mencionada fundação são preenchidas mediante indicações políticas, fato que tem comprometido o funcionamento desses órgãos.

Nessa oportunidade, foi feito um apanhado do processo de ocupação das terras indígenas por invasores desde a época das sesmarias e capitanias hereditárias até o advento das plantações de soja. Palestrantes teceram, ainda, considerações sobre as perspectivas do aumento de invasões com a produção de etanol.

Com relação ao Meio Ambiente, foi observado que as políticas ambientais deveriam ser implementadas em conjunto com a política indigenista. A esse respeito, lembrou-se que as conferências de meio ambiente têm contado com a expressiva presença de índios e que os conselhos existentes no Ministério do Meio Ambiente possuem representantes dos povos indígenas brasileiros.

Quanto à educação, foi informado que o Ministério da Educação possui uma divisão encarregada de gerir a educação dos índios, denominada Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena.

De acordo com informações de setores do governo representados na reunião, os direitos dos povos indígenas têm sido freqüentemente violados. Assim, os presentes solicitaram que a Comissão de Direitos Humanos fizesse "diligências nos territórios indígenas, com a finalidade de conhecer a situação em que vivem os índios".

Por fim, foi proposto que a sociedade refletisse a respeito de que país deseja para o futuro, concluindo que era preciso convencer o brasileiro a tratar todos com igualdade, se quisermos ter um país desenvolvido com justiça social.

Deputado Luiz Couto fez um apanhado do processo de ocupação das terras indígenas por invasores

Estiveram na reunião e fizeram uso da palavra os Senhores Senadores, Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Saboya Gomes, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Wilson Matos, Serys Slhessanrenko, Eduardo Suplicy, José Nery e Sibá Machado.

Participaram da Audiência os seguintes convidados:

- **Jecinaldo Barbosa Cabral** (Saterê-Mawé) – Coordenador Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab);
- **Romancil Gentil Cretã** (Kaingang) – Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpin-Sul);
- **Manoel Uilton dos Santos** (Tuxá) – Coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme);

- **Débora Tan Huare Bakairí** – Representante do Departamento de Mulheres da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab);

- **Aluízio Ladeira Azanha** – Centro de Trabalho Indigenista (CTI);

- **Saulo Ferreira Feitosa** – Conselho Indigenista Missionário (CIMI);

- **Léia Aquino** (Guarani Kaioiwá) – Representante dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul;

- **Márcio Augusto Freitas de Meira** – Fundação Nacional do Índio (FUNAI);

- **Déborah Duprat** – Subprocuradora Geral da República – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Procuradoria Geral da República;

- **Francisco Danilo Bastos Forte** – Presidente da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;

- **Tarso Genro** – Ministro de Estado da Justiça;

- **Fernando Haddad** – Ministro de Estado da Educação;

- **Marina Silva** – Ministra de Estado do Meio Ambiente;

- **Silas Rondeau** – Ministro de Estado de Minas e Energia;

- **Paulo Vannuchi** – Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;

- **Deputada Federal Vanessa Grazziotin** (PCdoB–AM) – Presidente da Comissão da Amazônia, de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;

- **Deputada Federal Perpétua Almeida** (PCdoB–AC) – Membro da Comissão da Amazônia, de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Reunião, realizada em 25 de abril de 2007, atendeu ao Requerimento nº 17, de 2007 – CDH, com vistas a tratar da **Emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil.**

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais

Essa reunião teve como objetivo o debate entre Senadores da Comissão de Direitos Humanos e o Ministro Carlos Roberto Lupi do Ministro do Trabalho e Emprego sobre a Emenda e o veto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sobre a Emenda nº 3, o Ministro Lupi manifestou enorme preocupação com a derrubada do veto, pois todos os pareceres jurídicos, inclusive da Assessoria Jurídica do Ministério do Trabalho e da Consultoria Jurídica, haviam atestado a inconstitucionalidade da Emenda.

Um dos aspectos apontados nos pareceres é o fim da função fiscalizadora do Ministério do Trabalho. Isso seria muito grave, tendo em vista que a principal tarefa do Ministério é, justamente, fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista.

Ainda fazendo referência ao tema, o Ministro endossou, como titular da pasta, o posicionamento da Consultoria Jurídica do Ministério em favor do veto à Emenda nº 3. A manutenção, segundo o Ministro, poderia estimular o trabalho escravo no Brasil, uma vez que a fiscalização deveria ser precedida de decisão judicial.

Segundo observou-se na reunião, a Emenda nº 3 pretendia legalizar o trabalho informal. O Ministério do Trabalho, a Previdência e a Receita não poderiam fiscalizar. Dessa

forma, o trabalhador que tivesse no mercado informal, oficializado pela Emenda nº 3, que quisesse protestar teria que entrar com uma ação na justiça. E se entrasse com uma ação na justiça, correria riscos de demissão.

O Ministro Carlos Lupi considerou que o diálogo com a oposição ou com os Senadores e Deputados que têm divergência com as idéias e teses defendidas pelo Ministério é saudável para a democracia. Contudo, o Ministério tem posição própria. Para ele, manter o veto era fundamental.

O Ministro sugeriu aos Senadores que investigassem junto aos auditores-fiscais as coações e ameaças sobre sua integridade física. Segundo ele, vários auditores-fiscais necessitam da garantia da Polícia Federal devido a ameaças de morte permanentes.

Por fim, o Ministro do Trabalho afirmou que tínhamos, àquela data, o melhor índice de emprego da história do Brasil. A única região do Brasil com o aumento do desemprego era o Nordeste, por causa da questão sazonal do álcool e do açúcar no período da seca. Ainda segundo o Ministro, várias são as matérias na mídia que constatam que a maioria da população está no mercado informal, tornando urgentes os esforços para incluir essa parcela na formalidade. Concluindo, afirmou que, do trabalhador no Brasil, hoje, não tem mais o que ser retirado.

Estiveram presentes à audiência pública os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Inácio Arruda, Patrícia Saboya, Geraldo Mesquita, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Paulo Duque e Ideli Salvatti.

*Reunião, realizada em 3 de maio de 2007, em atendimento aos Requerimentos nº 6 e 16, ambos de 2007 – CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a tratar de assuntos pertinentes às "***demissões arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros da CIPA***".*

Reunião Conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Subcomissão de Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais

O início da reunião foi marcado pela afirmação de que não seria possível examinar a questão da proteção do dirigente sindical e do integrante da CIPA sem levar em conta que essa proteção é instrumento, é elemento essencial para o exercício de direitos fundamentais. Citou-se, então, o direito fundamental de liberdade sindical e de redução dos riscos inerentes ao exercício da atividade profissional, por meio de normas de segurança, higiene e medicina do trabalho. Falou-se da proteção dos dirigentes sindicais e analisou-se a questão da falta grave e da garantia do emprego.

Destacou-se, nessa reunião, que o Brasil é um dos poucos países em que as centrais sindicais não são legalizadas. País em que uma central sindical não pode entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) em nome dos trabalhadores; não pode fazer uma ADIN no Supremo para defender esse ou aquele direito dos trabalhadores.

Na audiência, afirmou-se, ainda, que a Constituição estabelece o direito à liberdade e autonomia sindical plena, mas isso valeria apenas até certo ponto, porque existe a unicidade sindical. Segundo o Tribunal Federal, em julgamento de uma liminar, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é guardião da unicidade sindical. Para ele, 90% dos sindicatos que se registram no MTE, buscam o imposto sindical.

Estabilidade e regulamentação das centrais sindicais foram temas discutidos

Houve debate, também, sobre algumas questões polêmicas como a taxa assistencial, a confederativa e outras taxas eventualmente criadas para manutenção da atividade sindical.

Quanto ao tema da estabilidade do dirigente sindical, segundo os palestrantes, a partir do registro de uma chapa começa a perseguição, com os empresários tentando evitar a aquisição do direito à estabilidade. Às vezes, essa perseguição parte dos próprios dirigentes sindicais que denunciam companheiros e possíveis candidatos aos patrões. Sobre o assunto, fizeram-se referências às normas atuais, registrando que há entendimento judicial no sentido de que os membros do Conselho Fiscal não possuem estabilidade – o que, para os presentes, é um absurdo.

Alguns presentes teceram reflexões propositivas sobre a superação da unicidade sindical. Falaram, por exemplo, do estabelecimento da organização no local de trabalho, da necessidade de dar mais atenção à Convenção 151 da OIT e à sua aprovação, bem como à proposta de alteração do § 3º do art. 543 da CLT, de autoria do Senador Paulo Paim.

Sobre a sustentação financeira dos sindicatos, observou-se que esta advém dos trabalhadores (contribuição sindical e assistencial) e não do orçamento da União. Defendeu-se, assim, a regulamentação da contribuição assistencial social, prevista no projeto do Senador Paulo Paim, citando a resistência dos trabalhadores no momento de contribuir, ainda que sejam beneficiários dos direitos decorrentes de convenções coletivas, obtidos pelos sindicatos.

Destacou-se, também, a necessidade de romper com a visão do sindicato apenas municipal e a importância da representação por local de trabalho, como forma de acompanhar, coibir e fiscalizar inclusive os acordos coletivos que são desrespeitados constantemente.

Ao se mencionar o livro intitulado *Doenças do trabalhador, a irresponsabilidade social do capital*, de autoria professor Paulo Albuquerque, afirmou-se que as demissões, de certa maneira, mostram a faceta de uma sociedade autoritária e de legislação omissa, que joga para baixo do tapete determinadas incompletudes e omissões. Nesse sentido, as audiências públicas contribuem para mostrar a realidade e a fragilidade do mundo do trabalho.

Para concluir, demandou-se apoio em defesa dos trabalhadores, pois, caso contrário, poderia acabar a estabilidade dos dirigentes sindicais e da arrecadação das entidades. Indagou-se, por fim, se não estamos fazendo o caminho inverso, de volta à escravidão, em vez de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

Estiveram presentes à audiência pública os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Cícero Lucena,

Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Jayme Campos e Lúcia Vânia.

Participaram como palestrantes os seguintes convidados:

- **Luiz Antônio de Medeiros Neto** – Secretário de Relações do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego;

- **Ricardo José Macedo de Brito Pereira** – Procurador Regional do Trabalho;

- **Moacyr Roberto Tesch Auersvald** – (Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores das Comunidades Brasileiras no exterior);

- **Carlos Henrique de Oliveira** – Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

- **Antônio Fernandes dos Santos Neto** – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB);

- **Prof. Paulo Albuquerque** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Darci Pires Rocha – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação – RS.

Reunião, realizada em 3 de maio de 2007, atendeu ao Requerimento nº 17, de 2007 – CDH, para tratar do tema da **Emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil.**

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais

A reunião centrou-se no debate sobre o veto presidencial referente a dispositivo da Lei nº 11.457, de 19 de março de 2007, introduzido pela chamada Emenda nº 3 no corpo do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 20, de 2006, apresentado pelo então Senador Ney Suassuna.

O dispositivo em questão alterava o § 4º do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, e dispunha que "no exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta Lei, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de decisão judicial."

A audiência ocorrida contou quase que unicamente com representantes das Centrais Sindicais dos Trabalhadores e de entidades de classe referentes a temas trabalhistas (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Associa-

ção Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT e Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho). As opiniões emitidas, portanto, se direcionaram univocamente pela rejeição da Emenda nº 3 e pela manutenção do veto, com a única exceção do tributarista Ives Gandra da Silva Martins, favorável à emenda.

Dois conjuntos de questões emergiram do texto vetado. O primeiro, referente ao direito administrativo, dizia respeito à auto-executoriedade e à presunção de veracidade que revestem o ato administrativo – notadamente no exercício de seu poder de polícia. A Emenda nº 3 introduziu verdadeira inversão nesses princípios, estabelecendo, na prática e de forma surpreendente que a declaração de vínculo laboral para imposição de penalidade administrativa seja precedida de reconhecimento judicial da relação de emprego.

Essa inversão produzia efeitos significativos, porém não diretamente no que toca à fiscalização trabalhista, vez que é possível se defender que o dispositivo somente se aplica à fiscalização tributária e previdenciária (tese do tributarista Ives Gandra). Os efeitos indiretos na seara trabalhista e previdenciária, contudo, são significativos.

Contrariamente ao que pareciam entender muitos dos participantes da Audiência, a Emenda nº 3 não representa a legalização dos contratos de prestação de serviços como sucedâneos do contrato de trabalho. A legislação nacional é taxativa: presentes os elementos caracterizadores do contrato de trabalho (subordinação, pessoalidade, onerosidade, continuidade e dependência), a relação será de emprego, independentemente da forma que o revista (princípio da primazia da realidade). Levada a questão à Justiça, não temos dúvida de que a esmagadora maioria dos casos de contratação de pessoa jurídica unipessoal será declarada de cunho laboral, condenando-se o tomador ao pagamento das verbas laborais e previdenciárias pertinentes.

A precarização das relações de trabalho decorrentes da Emenda nº 3 decorreria de ação deliberada dos contratadores, em detrimento dos trabalhadores. Em outros termos, o contratador fraudulento contrataria seus empregados como prestadores de serviço como forma de diferir o pagamento da integralidade dos pagamentos e recolhimentos trabalhistas e previdenciários para tempo posterior indefinido.

De acordo com os debatedores, com efeito, é previsível que, apenas após o término da relação de emprego, o empregado irá ingressar com reclamação trabalhista para re-

conhecimento do vínculo. Com isso, já se ganham alguns anos de pagamentos a menor, a que se somam a demora na prestação jurisdicional e o fato de que nem todos os empregados ingressam na Justiça (tome-se, por exemplo, a existência da famosa lista negra mantida pelas empresas do ramo jornalístico).

Trata-se, segundo os presentes, de um cálculo cínico cujos danos principais imediatos se farão sentir sobre o caixa da Previdência Social, mas que também gerará dano social direto ao trabalhador.

Estiveram presentes à reunião os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Paulo Paim, Arthur Virgílio, José Nery.

Participaram da audiência, como debatedores, os seguintes convidados:

- **Antônio Carlos dos Reis** – Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT (Salim);

- **Antônio Fernandes dos Santos Neto** – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;

- **José Calixto Ramos –** Presidente da Nova Central;

- **Laerte Teixeira da Costa** – Presidente da Central Autônoma de Trabalhadores – CAT;

- **Mônica P. Oliveira Lourenço Veloso** – Secretária de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical, representando Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical representado;

- **Artur Henrique da Silva Santos** – Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

- **Enilson Simões de Moura (Alemão)** – Presidente da Social Democracia Sindical – SDS;

- **Luiz Seufiteli Dutra,** representando José Carlos Terret Shulte – Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores;

- **Juiz Cláudio José Montesso** – Vice-Presidente da ANAMATRA, representando o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), José Nilton Pandelot;

- **Ives Gandra da Silva Martins** – Advogado Tributarista;

- **Roberto de Figueiredo Caldas** – Advogado Trabalhista;

- **Sebastião Vieira Caixeta** – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Reunião, realizada em 15 de maio de 2007, para atender ao Requerimento nº 17, de 2007 – CDH, com vistas a tratar do tema da **Emenda nº 3, constante do Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil.**

Alguns palestrantes, de início, observaram que a Emenda nº 3 seria simplesmente uma maneira de reiterar direitos que já estão assegurados no art. 5º e no art. 114 da Constituição Federal, no art. 50 do Código Civil e no art. 116

do Código Tributário Nacional. A sua inclusão seria, então, desnecessária. No entanto, as arbitrariedades cometidas por agentes administrativos desencadearam a luta para assegurar uma relação transparente e empresarial, líquida e certa entre contratantes e contratados. A Emenda, segundo eles, não fragilizaria a relação de emprego porque não trata da relação de emprego e não possibilita o trabalho escravo. Esse último argumento foi considerado absurdo e inaceitável. O disposto na Emenda permite, sim, a livre contratação entre as partes.

De acordo com os palestrantes, no Brasil, desde 1988, foram editados 230 mil dispositivos de natureza tributária. Apesar desse elevado número de dispositivos, não há um que limite, proíba ou restrinja a constituição de empresas que prestem serviços de caráter personalíssimo. Portanto, não há que se falar em nenhum momento, de uma situação de insegurança jurídica pela ilegalidade. Todos aqueles prestadores de serviços que legalmente se organizaram, que pagaram PIS, COFINS, ISS no nível do Município que conseguiram seu CNPJ, sua inscrição previdenciária, a sua inscrição nos órgãos de-

finidos, que prestaram serviço, se comportaram absolutamente dentro da legalidade. Fizeram isso porque o Poder Público jamais os impediu. Ademais, foi informado que foram alteradas 17 vezes as condições e alíquotas dos tributos federais e municipais em relação a essas empresas.

Na visão dos palestrantes, a Emenda é exclusivamente uma norma de contenção – visa reequilibrar a relação do contribuinte ou do indivíduo com o Estado. A ANJ, de acordo com seus representantes, é absolutamente favorável à clareza das leis, à justiça fiscal, ao combate às fraudes e simulações, mas não concorda com situações fiscais desequilibradas.

Lembrou-se, na audiência, que o mercado, ao procurar formas alternativas para a contratação de serviços especializados, nada mais está fazendo do que modernizar a relação de trabalho que há mais de 70 anos veio se firmar no País. Assim, defendeu-se a modernização da relação trabalho-capital – atribuindo ao Congresso Nacional a responsabilidade pelas leis – e propugnou-se para que não haja qualquer aumento de carga tributária, pois "o Brasil não agüenta mais pagar impostos".

Muitos dos presentes defenderam, por fim, a liberdade de contratar – para eles, não existe dúvida quanto à possibilidade jurídica desse tipo de organização. O art. 129 da Lei nº 11.196, de 2005, por exemplo, determina expressamente que sociedades prestadoras de serviço intelectual, artístico, jornalístico deverão ser tratadas "como sociedades que são", o que é uma mera reprise. Ademais, a atuação da fiscalização, desconsiderando a realidade jurídica existente, estaria atacando o empreendedorismo.

Os palestrantes reiteraram a eficiência de nosso sistema tributário, confessando-se perplexos com o veto à Emenda nº 3. Para eles, essa emenda não tem nenhum efeito sobre a fiscalização do trabalho, que pode continuar reconhecendo e coibindo práticas de trabalho escravo, trabalho infantil ou qualquer outro ilícito nessa área.

Finalmente, registrou-se que é o princípio da isonomia que garante o tratamento desigual nas situações que são desiguais. Portanto, o que se quer é assegurar; é ter-se uma legislação que pontue objetivamente essa diferenciação e limite muitas vezes uma atuação administrativa pura e simples. A desconsideração de uma pessoa jurídica nessa segunda situação considerada deve ficar a cargo do crivo de decisão judicial, justamente para impedir que haja esse tratamento desigual que desqualificaria o uso da pessoa jurídica para uma finalidade legal, lícita, ética e moral.

Estiveram presentes a esta audiência pública os Senhores Senadores Paulo Paim, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti, Flávio Arns, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Cícero Lucena, Wilson Matos, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi, Valter Pereira, Jaime Campos e Augusto Botelho.

Participaram como palestrantes os seguintes convidados:

- **Luiz Flávio Borges D'Urso** – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo;

- **Edvaldo Pereira de Brito** – Advogado Tributarista e Professor das Universidades Mackenzie da Bahia, representando Ives Gandra da Silva Martins, Advogado Tributarista;

- **Sérgio Murilo Campinho** – Advogado da Superintendência Jurídica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), representando Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da CNI;

- **Roberto Nogueira Ferreira** – Assessor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio (CNC), representando Antônio de Oliveira Santos, Presidente da CNC;

- **Clésio Andrade** – Presidente da Confederação Nacional de Transporte (CNT);

- **Daniel Pimentel** – Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT);

- **Nelson Sirotsty** – Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ);

- **Carlos José de Lima Castro** – Presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa (FENACOM).

A reunião, realizada em 17 de maio de 2007, atendeu ao Requerimento CDH nº 18, de 2007, aditado pelo Requerimento CDH nº 28, também de 2007, de autoria dos Senadores Ideli Salvatti e Paulo Paim, com vistas a **apresentar as políticas de combate ao racismo e preconceito.**

A audiência teve seu início, às 9h30, marcado pelas apresentações dos músicos Daniel Sobrinho e Zezinho Gotrip, que cantaram as canções "É", de Gonzaguinha, e "Olhos Coloridos", de Wilson Simonal.

Primeiramente, apresentou-se uma visão geral dos setores governamentais que cuidam da matéria. Explicou-se que a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, está voltada a atender povos negros, indígenas, ciganos, judeus, árabes e palestinos. Contudo, privilegia o atendimento da população negra porque esta constitui quase metade da população brasileira e porque tem uma atuação histórica na luta contra a desigualdade e na demanda por políticas públicas.

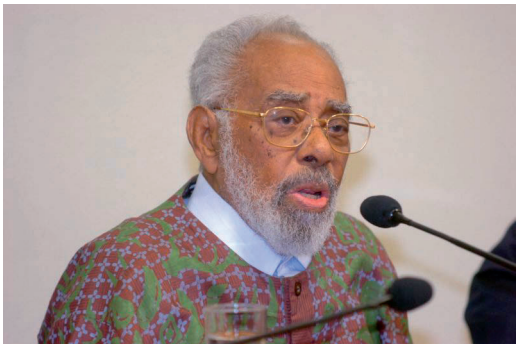
Foi anunciado que a Seppir estava finalizando a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e redigindo a proposta do Pacote Cidadania Quilombola. Noticiou-se, ainda, a celebração de convênio entre a Seppir e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para incluir os quilombos no Censo de 2010 e assim levantar o tamanho e as condições de vida de sua população.

No tocante à educação, comentou-se a implementação da Lei nº 10.639, de 2000; na esfera do trabalho, destacou-se a existência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (o ProJovem) e do Plano Trabalho Doméstico Cidadão; no campo cultural, fez-se referência ao Programa Cor da Cultura e ao trabalho de valorização da cultura negra; e, no campo internacional, informou-se que a visita a 22 países africanos onde foram firmadas parcerias em nome do Brasil.

Na reunião, foi feito protesto contra a não-inclusão das religiões afro-brasileiras na pesquisa que o IBGE tinha acabado de realizar e foi firmemente rechaçada a idéia de que o preconceito social se sobrepõe ao preconceito racial.

Fez-se, ainda, apelo aos escritores de novela para mostrarem o negro não apenas como serviçal e às redes de TV para que garantam aos negros aparecerem de forma digna nos comerciais. Denunciou-se, ainda, a prática preconceituosa da publicidade, que não mostra negros como correntistas de bancos, consumidores nem pro-

fissionais graduados, mas lembra deles quando quer veicular uma imagem negativa, como a da pessoa que não vota. Nesse sentido, reiterou-se ser preocupante essa situação, especialmente porque deixa as crianças negras sem boas referências.



Apelou-se, então, ao Presidente da República no sentido de que este determine o fim das blitz agressivas feitas pelas polícias militares contra os jovens negros que possuem carros modernos.

Para finalizar, foi assinalado que as universidades discriminam tanto os professores negros quanto os alunos negros e que o racismo também está presente na indústria e na vida social. Denunciou-se, dessa forma, a falta de estações de TV, jornais e educandários voltados a ensinar o negro a ser cidadão e reportou-se às dificuldades enfrentadas, mesmo no Senado, para tratar do racismo, pois nem a Comissão do Negro, proposta ao órgão, foi instalada, embora tenha sido aprovada.

Participaram da reunião os Senhores Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Inácio Arruda, Flávio Arns, Wilson Matos, Fátima Cleide, Cristovam Buarque, Heráclito Fortes, Gilvam Borges, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Geraldo Mesquita. Estiveram presentes também os Deputados Edmilson Valentim, Janete Pietá e Carlos Santana (Coordenador da Frente Parlamentar), além do Vereador Olívio Santana, da Bahia.

Participaram como convidados:

- **Matilde Ribeiro** – Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

- **Carlos Eduardo Trindade** – Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

- **José Cristiano Martins Nunes** – Superintendente do INCRA na Regional do Pará;

- **Maria de Oliveira** – Superintendente do INCRA na Regional de Pernambuco;

- **Marcos Helênio Leoni Pena** – Superintendente do INCRA na Regional de Minas Gerais;
- **João Paulo Lajus Strapazzon** – Superintendente do INCRA na Regional de Santa Catarina;
- **Leonel Wohlfahrt** – Superintendente do INCRA na Regional de Mato Grosso;
- **Raimundo Monteiro dos Santos** – Superintendente do INCRA na Regional do Maranhão;
- **Mozar Artur Dietrich** – Superintendente do INCRA na Regional do Rio Grande do Sul;
- **Mário Lúcio Machado Melo Júnior** – Superintendente do INCRA na Regional do Rio de Janeiro;
- **José Gerônimo Brumatti** – Superintendente do INCRA na Regional do Espírito Santo;
- **André Pimentel** – Procurador-Geral do Espírito Santo;
- **Analúcia Hartmann** – Procuradora-Geral de Santa Catarina;
- **Mário Lúcio Avelar** – Procurador-Geral do Mato Grosso;
- **Eduardo Morato Fonseca** – Procurador-Geral de Minas Gerais;
- **Daniel Sarmento** – Procurador-Geral do Rio de Janeiro;
- **Luiz Carlos Oliveira Júnior** – Procurador-Geral do Maranhão;
- **Juliano Stella Karam** – Procurador-Geral do Rio Grande do Sul;
- **Vanessa Gomes Previtera** – Procuradora-Geral de Pernambuco;
- **Felipe Fritz** – Procurador-Geral de Santarém;

- **Felício Pontes Jr.** – Procurador-Geral do Pará;
- **Julio César Ferreira Pereira** – Procurador Chefe do IBAMA;
- **Sérgio Maurício Brito Gaudenzi** – Presidente da Agência Espacial Brasileira;
- **Carlos Roberto Berteli** – Assessor Técnico da Agência Espacial Brasileira;
- **Luiz Alberto dos Santos** – Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Casa Civil;
- **Adelmar de Miranda Torres** – Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil; Hse Manager – RPM Mineradora;
- **Luiz Fernando Villares e Silva** – Procurador-Geral da FUNAI;
- **Luiz Fernando de Almeida** – Presidente do IPHAN;
- **Cláudia Marina de Macedo Vasquez** – Gerente de Registros do IPHAN;
- **Ana Maria Oliveira** – Procuradora-Geral da Fundação Cultural Palmares;
- **Márcia Regina Sartori Damo** – Secretaria de Programas Regionais Ministério da Integração Nacional;
- **Alexandra Reschke** – Secretária do Patrimônio da União- SPU;
- **Orlando Cézar da Costa Castro** – Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf;
- **Jonas Paulo** – Diretor de Revitalização da Codevasf;
- **Aderval Costa Filho** – Assessor da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome;
- **José Ribamar Lobato Santana** – Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do acesso a energia – Programa Luz para Todos do MME;

- **Francisco Danilo Bastos Forte** – Presidente da FUNASA;
- **Inês da Silva Magalhães** – Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades;
- **Heliana Kátia Tavares Campos** – Secretária de Articulação Institucional e Parcerias do MDS;
- **Marcelo Cardona Rocha** – Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- **Humberto Oliveira** – Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT MDA;
- **Renata Leite** – Assessora Especial do Ministro do MDA;
- **Maria Auxiliadora Lopes** – Coordenadora de Quilombos Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do MEC;
- **Rolf Hackbart** – Presidente do INCRA;
- **Elias de Paula Araújo** – Diretor de Programas Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente do MMA;
- **Helmut Schwarzer** – Secretário de Políticas de Previdência Social – SPPS Ministério da Previdência Social;
- **Zulú Araújo** – Presidente da Fundação Cultural Palmares Ministério da Cultura;
- **Jorge Luiz da Silva Nascimento** – Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária CGFES;
- **Maria Bernadete Lopes da Silva** – Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro – DPA, Fundação Cultural Palmares;
- **Onaur Ruan** – Secretário da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS;

- **José Sérgio Nunes de Pinho** – Coordenador do Programa de Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR, Ministério da Integração Nacional;
- **Luiz Alberto dos Santos** – Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Casa Civil;
- **Mauro Barbosa da Silva** – Diretor-Geral do DNIT;
- **Júlio César Ferreira Pereira** – Procurador Chefe do DNIT;
- **Ivair Augusto Alves dos Santos** – Assessor Especial da Secretaria de Direitos Humanos – SEDH;
- **Ricardo Henriques** – Secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do MEC;
- **Daniel Silva Balaban** – Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- **Rui Leandro da Silva Santos** – Coordenador da Coordenação Geral de Regularização de Territórios de Quilombolas do INCRA;
- **Carlos Eduardo Gabas** – Secretário Executivo da Previdência Social;
- **Camila da Costa Aguiar Agustini** – Coordenadora-Geral de Legislação Patrimonial – CGLEP;
- **Márcio Augusto Freitas de Meira** – Presidente da FUNAI;
- **Marcelo Françoso** – Direitor de Unidades de Proteção Integral do Instituto Chico Mendes;
- **Boris Alexandre César** – Coordenador-Geral de Regularização Fundiária;
- **Anael Aymore Jacob** – Coordenador de equipe Bioma-Amazônia Instituto Chico Mendes;
- **Abdias do Nascimento** – Ex-Senador.

A reunião, realizada em 17 de maio de 2007, atendeu ao Requerimento CDH nº 18, de 2007, aditado pelo Requerimento CDH nº 28, também de 2007, de autoria dos Senadores Ideli Salvatti e Paulo Paim, com vistas a **avaliar a Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas do Brasil**.

A segunda fase da reunião do dia 17 de maio, que se iniciou às 10h30, teve seu início dando-se ênfase à importância da educação para se atingir a igualdade no Brasil, afirmando-se que seria importante ver, no Brasil, "uma orientação

maior para a luta pela escola igual para todos, brancos ou negros, pobres igualmente, brancos ou negros ricos".

Foram apresentadas as bases legais que orientam o trabalho do INCRA na elaboração de relatórios técnicos relativos às comunidades quilombolas, cujo fluxograma contempla as seguintes etapas: abertura do procedimento administrativo; nomeação de um grupo técnico interdisciplinar; visita do grupo à comunidade (primeira reunião com a comunidade) para explicar as normas que regem a questão fundiária; trabalho de campo – relatório técnico de identificação e delimitação, base para a finalização do pleito do território.

Segundo os participantes, nessa matéria em particular, "temos problemas que precisam ser equacionados. Tem agricultores, pequenos agricultores, a quem deve ser dado tratamento justo, tratamento adequado, quando ficar definitivamente reconhecido o território remanescente de quilombos".

Mencionou-se, nessa ocasião, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – em como ela aborda o tema em debate. Falou-se em territorialidades; em identidades diversas, relacionadas ao modo como se estabelece o território. Falou-se, ainda, em povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, ciganos, povos de terreiro, pomeranos, caiçaras, comunidades de fundos de pasto, entre outras.

Enfatizou-se que, além de definir uma comunidade quilombola, era importante definir o que "não é uma comunidade quilombola: não são sem-terra". E afirmou-se ser esse um diferencial importante no tratamento da questão. "Quilombolas têm a terra; o que lhes falta é garantir o domínio e direito à sua posse. Por essa razão, é necessário compreender que essas comunidades estão reivindicando algo que lhes é de direito."

Foi informado que a Casa Civil concentra esforços no chamado "Pacote de Cidadania". A idéia é que, por meio de um conjunto de ações de diversos ministérios, o governo consiga levar políticas estruturantes para 3.500 comunidades até 2010.

Lembraram alguns palestrantes que a responsabilidade de trabalhar com as comunidades remanescentes de quilombo, de reforçar o direito que elas têm de se autodefinirem, o direito que elas têm de afirmar a sua identidade cultural, é de todos nós. É da Fundação Palmares, da Seppir e do Ministério Público Federal.

Relatou-se, na audiência, que havia, até 2003, uma média de três casos por semestre de conflito aberto com quilombolas. A partir do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, o número de casos passou a ser três por semana. Também, até 2003, existiam umas trinta e poucas comunidades reconhecidas como quilombo. Na ocasião da audiência, eram mais de 1.200 comunidades. Então, revelava-se, proporcionalmente, um crescimento exponencial de violência.

Apresentou-se, nessa reunião, importante relato da história do Quilombo Invernada dos Negros, desde 1877 aos dias atuais – sua inclusão em testamento, a interferência de advogados, a colaboração da Universidade Federal, entre outros fatos.

Lembrou-se que ainda temos, hoje, comunidades quilombolas vivendo em beira de estradas, sem escola, sem assistência à saúde, apesar das políticas públicas garantirem tudo isso, e que a questão da discriminação, também, ainda é uma coisa muito forte.

Concordaram os palestrantes sobre a seriedade dos conflitos com relação aos territórios quilombolas. Pediu-se que fosse colocada, nas ações finais da Comissão, essa preocupação e que esta "encaminhasse ao DNIT, ao IBAMA e ao Incra do Rio Grande do Sul pedido de providências na resolução dos problemas dos quilombos – um problema extremamente grave.

Solicitou, por fim, que as audiências públicas da Comissão fossem estendidas aos Estados.

Participaram dessa audiência os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Cícero Lucena, Wilson Matos, Cristovam Buarque, e Heráclito Fortes e as Senhoras Senadoras Fátima Cleide, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti.

Participaram como convidados:

- **Matilde Ribeiro** – Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

- **Carlos Eduardo Trindade** – Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

- **José Cristiano Martins Nunes** – Superintendente do INCRA na Regional do Pará;

- **Maria de Oliveira** – Superintendente do INCRA na Regional de Pernambuco;

- **Marcos Helênio Leoni Pena** – Superintendente do INCRA na Regional de Minas Gerais;

- **João Paulo Lajus Strapazzon** – Superintendente do INCRA na Regional de Santa Catarina;

- **Leonel Wohlfahrt** – Superintendente do INCRA na Regional de Mato Grosso;

- **Raimundo Monteiro dos Santos** – Superintendente do INCRA na Regional do Maranhão;

- **Mozar Artur Dietrich** – Superintendente do INCRA na Regional do Rio Grande do Sul;
- **Mário Lúcio Machado Melo Júnior** – Superintendente do INCRA na Regional do Rio de Janeiro;
- **José Gerônimo Brumatti** – Superintendente do INCRA na Regional do Espírito Santo;
- **André Pimentel** – Procurador-Geral do Espírito Santo;
- **Analúcia Hartmann** – Procuradora-Geral de Santa Catarina;
- **Mário Lúcio Avelar** – Procurador-Geral do Mato Grosso;
- **Eduardo Morato Fonseca** – Procurador-Geral de Minas Gerais;
- **Daniel Sarmento** – Procurador-Geral do Rio de Janeiro;
- **Luiz Carlos Oliveira Júnior** – Procurador-Geral do Maranhão;
- **Juliano Stella Karam** – Procurador-Geral do Rio Grande do Sul;
- **Vanessa Gomes Previtera** – Procuradora-Geral de Pernambuco;
- **Felipe Fritz** – Procurador-Geral de Santarém;
- **Felício Pontes Jr** – Procurador-Geral do Pará;
- **Julio César Ferreira Pereira** – Procurador Chefe do IBAMA;
- **Sérgio Maurício Brito Gaudenzi** – Presidente da Agência Espacial Brasileira;
- **Carlos Roberto Berteli** – Assessor Técnico da Agência Espacial Brasileira;
- **Luiz Alberto dos Santos** – Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Casa Civil;

- **Adelmar de Miranda Torres** – Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil; Hse Manager – RPM Mineradora;

- **Luiz Fernando Villares e Silva** – Procurador-Geral da FUNAI;

- **Luiz Fernando de Almeida** – Presidente do IPHAN;

- **Cláudia Marina de Macedo Vasquez** – Gerente de Registros do IPHAN;

- **Ana Maria Oliveira** – Procuradora-Geral da Fundação Cultural Palmares;

- **Márcia Regina Sartori Damo** – Secretaria de Programas Regionais Ministério da Integração Nacional;

- **Alexandra Reschke** – Secretária do Patrimônio da União – SPU;

- **Orlando Cézar da Costa Castro** – Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf;

- **Jonas Paulo** – Diretor de Revitalização da Codevasf;

- **Aderval Costa Filho** – Assessor da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

- **José Ribamar Lobato Santana** – Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do acesso a energia – Programa Luz para Todos do MME;

- **Francisco Danilo Bastos Forte** – Presidente da FUNASA;

- **Inês da Silva Magalhães** – Secretária Nacional de Habitação Ministério das Cidades;

- **Heliana Kátia Tavares Campos** – Secretária de Articulação Institucional e Parcerias do MDS;

- **Marcelo Cardona Rocha** – Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

- **Humberto Oliveira** – Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT MDA;
- **Renata Leite** – Assessora Especial do Ministro do MDA;
- **Maria Auxiliadora Lopes** – Coordenadora de Quilombos da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do MEC;
- **Rolf Hackbart** – Presidente do INCRA;
- **Elias de Paula Araújo** – Diretor do Programas Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente do MMA;
- **Helmut Schwarzer** – Secretário de Políticas de Previdência Social – SPPS, Ministério da Previdência Social;
- **Zulú Araújo** – Presidente da Fundação Cultural Palmares Ministério da Cultura;
- **Jorge Luiz da Silva Nascimento** – Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária CGFES;
- **Maria Bernadete Lopes da Silva** – Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro – DPA, Fundação Cultural Palmares;
- **Onaur Ruan** – Secretário da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS;
- **José Sérgio Nunes de Pinho** – Coordenador do Programa de Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR, do Ministério da Integração Nacional;
- **Luiz Alberto dos Santos** – Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil;
- **Mauro Barbosa da Silva** – Diretor-Geral do DNIT;
- **Júlio César Ferreira Pereira** – Procurador Chefe do DNIT;
- **Ivair Augusto Alves dos Santos** – Assessor Especial da Secretaria de Direitos Humanos – SEDH;

- **Ricardo Henriques** – Secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do MEC;
- **Daniel Silva Balaban** – Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- **Rui Leandro da Silva Santos** – Coordenador da Coordenação Geral de Regularização de Territórios de Quilombolas do INCRA;
- **Carlos Eduardo Gabas** – Secretário Executivo da Previdência Social;
- **Camila da Costa Aguiar Agustini** – Coordenadora Geral de Legislação Patrimonial – CGLEP;
- **Márcio Augusto Freitas de Meira** – Presidente da FUNAI;
- **Marcelo Françoso** – Diretor de Unidades de Proteção Integral Instituto Chico Mendes;
- **Boris Alexandre César** – Coordenador-Geral de Regularização Fundiária;
- **Anael Aymore Jacob** – Coordenador de equipe Bioma-Amazônia Instituto Chico Mendes;
- **Abdias do Nascimento** – Ex-Senador.

Realizada, em 23 de maio de 2007, para atender ao Requerimento CDH nº 21, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, para **instruir Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006 que "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências".**

Nessa reunião, foi, primeiramente, informado que o Ministério Público Federal formou um grupo chamado GT – Direitos Sexuais e Reprodutivos, para tra-

tar da discriminação em decorrência da orientação sexual, e encaminhou documento com várias observações de ordem técnica sobre o PLC em análise.

Sugeriu-se a criação de um rol básico de substantivos e adjetivos que possam ser sempre repetidos em todos os dispositivos a serem modificados ou criados, seja no Código Penal, seja na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou na própria Lei nº 7.716, de 1989, assim como a uniformização da nomenclatura utilizada. Também se sugeriu a substituição de palavras vagas, do ponto de vista do direito penal, como "constrangedora" ou "vexatória", para que se dê mais consistência ao texto, do ponto de vista legal.

Foi apresentado um breve histórico do projeto, que foi apresentado, em 2001, pela Deputada Iara Bernardi. Arquivado no final da legislatura, foi desarquivado e aprovado na Câmara dos Deputados, sem emendas de plenário e com votação simbólica. Lembrou-se que já foram apresentadas à relatora do projeto várias considerações, muitas

delas similares à apresentada pela representante da Procuradoria da República. Citou-se, como exemplo, a proporcionalidade das penas e a utilização de termos que trazem imprecisão ao texto legal, como por exemplo o uso da palavra "constrangedora" no art. 20 do projeto. Enfatizou-se que o uso de conceitos indeterminados, elásticos, nos textos legais ocasiona uma lei simbólica de difícil aplicabilidade. Criticou-se a inserção da orientação sexual numa lei que trata do racismo, mesmo porque já existe uma proposta específica sobre discriminação da orientação sexual tramitando na Câmara. Considera, ainda, que o projeto, na forma em que se apresenta, institui o chamado crime de opinião, pois o art. 20 engloba qualquer tipo de ação capaz de produzir algum constrangimento de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica. Disseram que o projeto poderá ferir a liberdade religiosa e que apresenta problemas de técnica legislativa, por não obedecer ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração das leis.

Foi relatada a discriminação sofrida por *gays* e lésbicas e a tolerância da sociedade para com os freqüentes atos de violência contra essas pessoas e manifestada a preocupação de que o projeto, tal como se encontra redigido, instaure o crime de responsabilidade.

Foi defendido que um Estado laico, neutro, livre de ideologias religiosas fundamentalistas, como prevê a Constituição, deve garantir os direitos de todos seus cidadãos, inclusive o de orientação sexual. Foram relatadas violências sofridas por homossexuais e afirmado que o projeto em questão, que criminaliza a homofobia, é um marco na luta pelos direitos humanos no País.

Alguns dos presentes manifestaram repúdio contra qualquer forma de violência ou discriminação, mas defendeu o direito de expressão, baseado na crença religiosa e na interpretação da Bíblia, de condenar a homossexualidade.

Foi defendida a necessidade de penas severas para aqueles que maltratam qualquer tipo de ser humano, que praticam a discriminação e pregam os crimes de ódio, pois essas pessoas precisam aprender a conviver numa sociedade que cultive a paz e a tolerância. O Estado, para estes, não pode se omitir diante das violências que são cometidas contra as crianças, os negros, os índios e os homossexuais.

Alguns dos presentes defenderam a necessidade de preservar a liberdade religiosa e julgaram as penas previstas desproporcionais, muito severas e que o projeto, na forma em que se apresenta, não deveria ser aprovado.

Argumentou-se contra esse ponto de vista, afirmando-se que a prática da discriminação e da violência contra os homossexuais em nossa sociedade só poderá ser combatida com a instituição de uma lei capaz de punir as pessoas incapazes de respeitar a orientação sexual das outras.

Estiveram presentes os Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti, Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Cícero Lucena, Wilson Matos e Heráclito Fortes.

Compareceram os seguintes convidados:

- **Lívia Nascimento Tinôco** – Procuradora da República, representando Ela Wiecko, Subprocuradora da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do MPU;

- **Jean Wyllys de Matos Santos** – Professor Universitário;

- **Paulo Fernando Melo da Costa** – Advogado;

- **Ivair Augusto dos Santos** – Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, representando Paulo de Tarso Vanucchi – Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República;

- **Paulo Leão** – Presidente da Associação Católica de Juristas do Rio de Janeiro, representando o Padre José Ernani Pinheiro, assessor para questões políticas da CNBB;

- **Reverendo Guilhermino Cunha** – Membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil;

- **Evandro Piza** – Mestre em Direito Penal.

Diminuição da maioridade penal, com desdobramento nas causas do aumento da violência

30
05
07

Realizada, em 30 de maio de 2007, para atender ao Requerimento CDH nº. 25 de 2007, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Wilson Matos e Leomar Quintanilha "com vistas a tratar das questões atinentes à diminuição da maioridade penal, com desdobramento nas causas do aumento da violência".

Como abertura da audiência, foi exibido o curta-metragem: Eu fiz Querô. O filme relata a experiência de jovens que atuaram no filme Querô, enfatizando

o desenvolvimento da auto-estima e da integração ao coletivo resultante de experiência profissional e cultural dessa natureza.

Foi apontado como equivocado o caminho que a discussão sobre o problema da violência entre os jovens tomou. Segundo os presentes, a dramatização dos atos infracionais cometidos por adolescentes pela mídia cria uma cortina de fumaça que visa simplificar a compreensão do fenômeno da criminalidade, da violência. Visa, também, situar as determinações longe dos círculos de poder e da sua responsabilização, quanto à ausência ou precariedade de políticas públicas que garantam a dignidade dos cidadãos e a possibilidade de os jovens pensarem o futuro.

Os atores do filme Querô, relataram a experiência que vivenciaram ao participar do projeto destacando ter sido uma importante experiência nas suas vidas. Relataram que os jovens da periferia sofrem com a falta de acesso à cultura e a espaços para que possam desenvolver sua criatividade. Nesse sentido, a oportunidade criada pelos produ-

tores do filme foi muito rica, resgatando crianças da periferia que estavam envolvidas com tráfico de drogas e outros delitos. Avaliam que é fundamental discutir a falta de oportunidades para o jovem.

Os convidados presentes expressaram ser de fundamental importância o fortalecimento das políticas públicas voltadas para as crianças das comunidades pobres e que sejam melhoradas as escolas. É necessário também que as políticas públicas estejam voltadas para os mais pobres, com prioridade absoluta. É importante combater a corrupção, que desvia os recursos necessários para que o Estado aplique em saúde e educação.

Foi expressa, ainda, a opinião contrária à mudança da idade-limite para a imputabilidade penal. Destacou-se que, muitas vezes, os jovens que cometem crimes hediondos são portadores de doenças que os tornam violentos. Esses precisam mesmo é de assistência psiquiátrica.

Os presentes afirmaram que as reações pessoais emocionadas são compreensíveis em situações como a que vitimou o pequeno João Hélio. É natural que haja indignação

e que surjam propostas como a de rebaixamento da idade penal. Entretanto, é preciso pensar o tema com mais profundidade e avaliar as conseqüências para a sociedade. Argumentaram, ainda, que se a idade penal for reduzida para 16 anos, logo se precisará reduzir para 14 e, em seguida, para 12, 10, 8 ou 6 anos de idade.

Apontaram que setores da mídia disseminam a informação equivocada de que o menor no Brasil pode tudo e não sofre as conseqüências dos seus atos. Trata-se, na opinião dos presentes, de uma inverdade, pois embora o Estatuto da Criança e do Adolescente seja um sistema fundamentado nos direitos humanos, também responsabiliza o menor que tenha praticado um ilícito, que atente contra os valores que a sociedade tenha materializado no corpo do nosso Código Penal. Comparando o sistema do ECA com o sistema prisional, temos que, para os adultos, os índices de reincidência são quase cinco vezes maiores do que os existentes entre os adolescentes. Não há, portanto, justificativa para incluir menores entre 16 e 18 anos em um sistema pior.

Afirmaram que nos termos em que está redigida a emenda em tramitação no Senado Federal ela apresenta erro técnico-jurídico: ao reduzir a maioridade penal, a emenda estabelece que os jovens entre 16 e 18 anos cumprirão pena em local distinto dos presos maiores de 18. Entretanto, não esclarece que novo sistema prisional é esse. Se a intenção é manter o sistema socioeducativo por que alterar a Constituição?

Apontaram que a redução da maioridade penal consiste em falta de solução do ponto de vista substantivo, e a emenda produzida é extremamente vulnerável e, do ponto de vista hermenêutico, absolutamente inviável. A sociedade brasileira, disseram, não pode perder tempo com falsos caminhos que talvez até agravem os problemas existentes.

Houve quem se manifestasse favoravelmente à redução da maioridade penal, argumentando estarem conscientes que se não for acompanhada de uma série de medidas, não surtirá o resultado esperado.

Ficaram estabelecidas naquela audiência, durante o andamento dos trabalhos, duas opiniões sobre o tema, representando dois posicionamentos da sociedade a respeito: uma que salienta a necessidade de aprofundar as medidas socioeducativas, a educação, a prevenção e a recuperação de adolescentes, e outra, que pretende aumentar as penas e insistir na punição e na repressão.

Segundo os defensores da manutenção do limite etário vigente, mesmo um país como os Estados Unidos já está revendo sua posição. Existiria, na visão destes, um con-

senso em torno da idéia de que o ingresso de um adolescente no sistema penitenciário só vai trazer para a sociedade a consolidação de um jovem no mundo do crime.

Destacaram o fato de que foram realizados diversos estudos sobre a trajetória do jovem que comete o ato infracional, e verificou-se que sua vida está baseada em uma série de omissões, da família, da escola e do Estado. Então, os instrumentos previstos na legislação brasileira podem romper esse ciclo de omissões. Ao retirar o adolescente do sistema socioeducativo e incluí-lo no sistema penal, ele seria introduzido definitivamente no mundo do crime. O Brasil está, portanto, diante de uma decisão muito importante.

Os defensores da redução da maioridade penal argumentaram que, mesmo reconhecendo a importância dos estudos existentes sobre a questão da criminalidade e o tema da redução da maioridade penal, é preconceituosa a correlação usualmente feita entre pobreza e violência. Salientaram que não se pode confundir origem pobre com propensão à violência. Afirmaram, em seguida, a importância da educação dos jovens e de uma boa política de prevenção à violência. Entretanto, declararam que, enquanto não somos capazes de implementar essas medidas, precisamos lidar com a realidade dos fatos.

Defenderam a proposta de redução da maioridade penal para 16 anos, salientando que não se deve pensar que a proposta consiste em generalizar entre os jovens, a pena de prisão. Apenas aqueles que cometerem os crimes mais graves devem receber essa pena.

Também disseram que, embora os mecanismos educacionais e de prevenção sejam os mais importantes, a sociedade não pode esperar até que sejam realmente adotados e surtam efeitos. É necessário agir de forma punitiva, avalia, para minimizar a gravidade do problema.

Estiveram presentes os Senadores Paulo Paim, Paulo Duque e Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns e Ideli Salvati.

Compareceram os seguintes convidados:

- **Maria de Lourdes Trassi Teixeira** – Conselheira Consultiva e especialista no tema. Representando Carlos Antônio Tilkian – Coordenador Geral do Comitê Gestor da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente;

- **Eduardo Bezerra da Silva** – Ator do filme Querô;

- **Nildo Ferreira da Silva** – Ator do filme Querô;

- **Zilda Arns** – Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança;

- **Paulo de Tarso Vannuchi** – Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;

- **José Gregori** – Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo/SP;

- **Mário Volpi** – Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Tito Amaral – Promotor de Justiça;

- **Elson Lopes Vieites** – pai de João Hélio Fernandes e Rosa Cristina Fernandes – mãe de João Hélio Fernandes.

Senador Paulo Paim alerta para a situação a qual estão submetidos estes trabalhadores

A reunião, realizada em 31 de maio de 2007, atendeu ao Requerimento CDH nº 14, de 2007 – CDH, subscrito pelo Senador Paulo Paim, com vistas a debater as **Melhorias nas Condições de Vida, Trabalho, Salário, Segurança e Saúde dos Trabalhadores das Indústrias Produtivas de Álcool.**

A reunião teve seu início dando-se ênfase à importância das audiências públicas que, certamente, dão visibilidade e voz a quem normalmente não tem e é uma oportunidade de tornar explicita a questão da excelência e da forma como o trabalho está organizado.

Foi divulgada pesquisa integrada da saúde do trabalhador que atua na avicultura, no Rio Grande do Sul, onde esse setor envolve aproximadamente 40 mil pessoas e responde, em termos econômicos, por 4,5% do PIB gaúcho. Essa pesquisa chegou à conclusão que as doenças do trabalhador são resultado da irresponsabilidade social do capital.

Afirmou-se que a maneira como as pessoas estão trabalhando faz as situações de trabalho tornarem-se cada vez mais graves. Por mais que se modernizem os espaços produtivos, é o corpo do trabalhador que sofre as conseqüências. A cada dia, exige-se uma atuação mais intensa, atenção mais acurada, para que se atinja a meta da excelência. Mas essa excelência compromete a saúde de dos trabalhadores.

Técnico de segurança do trabalho no Panamá Dario Theobaldo apontou necessidade de fiscalização mais rígida pelo Ministério Público

Apontou-se, ainda, a necessidade de fiscalização mais rígida pelo Ministério do Trabalho, que em suas visitas nunca questiona sobre CIPA e todos os fiscais, todos os auditores, atuam somente sobre documentos. Denunciou-se, assim, que não se tem a quem reclamar, pois o Ministério do Trabalho somente atua a partir de denúncias.

Falou-se, ainda, da existência de muitos problemas relativos Sistema Único de Saúde (SUS) no momento do atendimento a um acidentado, pois, depois que o trabalhador sai do atendimento inicial no hospital, nem o SUS, nem a empresa fornecem a medicação de que o trabalhador precisa. Assim, o próprio empregado tem que pagar do seu salário.

Observou-se, na audiência, que os ambientes de trabalho normalmente apresentam condições precárias, bem como a ocorrência de assédio moral e sexual. Segundo os palestrantes, todos esses problemas têm acarretado muitas aposentadorias precoces, o que sobrecarrega ainda mais as contas do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Sobre o setor sucroalcooleiro, esclareceu-se que, nele, atuam cerca de um milhão de trabalhadores, cuja situação é extremamente penosa, pois 80% da cana são colhidos à mão. A mecanização acontece principalmente em São Paulo, onde 25% da cana são colhidos por máquinas. Explicou que 55% da produção de cana se destinam à produção de álcool e 45% à de açúcar, sendo que de cada tonelada de cana são extraídos cerca de 70 litros de álcool.

Explicou-se que um dos fatores que provocam o esgotamento dos trabalhadores que trabalham com a cana-de-açúcar é a definição de metas individuais e coletivas vinculadas à forma de pagamento. Nos anos 1960, cada trabalhador cortava seis toneladas; no ano passado, essa produção dobrou. São 12 toneladas/dia por trabalhador. Essa métrica é estabelecida no Estado de São Paulo.

Relativamente às taxas de mortalidade no setor afirmou-se que são taxas oficiais, referentes aos acidentes registrados com trabalhadores que têm carteira profissional. Explicou-se que houve aumento significativo de mortes no setor de refino e moagem de açúcar, que são 16.25 vezes maiores do que a média dos outros setores no Brasil, nos quais está ocorrendo, inclusive, declínio. No comparativo, observou-se que, no ano de 2005, houve 2.708 mortes por acidentes de trabalho, no Brasil, das quais 84 foram registradas no setor sucroalcooleiro.

Foi defendida a posição de que não se pode culpar a cana-de-açúcar pelos problemas dos trabalhadores, mas sim o processo como está sendo conduzido. Isso porque o etanol é gerador de empregos, gerador de renda, é renovável, reduz o impacto das mudanças climáticas. O caminho, segundo alguns palestrantes, está correto, sendo necessário lapidar as dificuldades, enfrentar os problemas e seguir adiante.

Ponderou-se, por fim, ser necessário limitarem-se as jornadas de trabalho nas empresas que empregam linha de produção por ritmo. Não se deve permitir banco de horas e compensação de jornada em empresas desse tipo. E defendeu-se, também, uma proteção contra as novas tecnologias, na medida em que elas possam extinguir postos de trabalho e aumentar o desemprego. E os trabalhadores que ficam têm que trabalhar de maneira mais intensa.

Ao final das explanações, foi apresentado um filme institucional da Fundacentro sobre os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar.

Compuseram a mesa os seguintes convidados:

- **Paulo Peixoto Albuquerque** – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) – Coordenador da Pesquisa sobre Doenças do Trabalhador;

- **Dario Theobaldo Werlang** – Técnico de Segurança do Trabalho no Paraná;

- **Manoel José dos Santos** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG);

- **Artur Bueno de Camargo** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA);

- **Siderlei Silva de Oliveira** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação Cutista (CONTAC);

- **Clovis Veloso de Queiroz** – Representante de Antônio Ernesto Werna de Salvo – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

- **Alessandro Santos de Miranda** – Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente. Representante de Sandra Lia Simon – Procuradora-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho;

- **Alexandre Betinardi Strapasson** – Coordenador-Geral de cana-de-açúcar e do Álcool da Secretaria de Produção e Agroenergia. Representante do Excelentíssimo Senhor Reynhold Stephanes – Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA);

- **Rosa Maria Campos Jorge** – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) e Valdiney Antônio Arruda, Vice-Presidente da Sinait;

- **José Silvestre Prado de Oliveira** – Supervisor do Escritório Regional de São Paulo. Representante de João Vicente Silva Cayres – Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);

- **Remígio Todeschini** – Presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO);

- **Darci Pires da Rocha** – Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIARS).

A reunião, realizada em 12 de junho de 2007, teve por objetivo debater as questões atinentes ao **Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso.**

A reunião, sob a presidência do Senador Leomar Quintanilha, teve seu início com a observação de que a discussão sobre as questões do idoso no âmbito dos Direitos Humanos é sempre uma discussão da afirmação da força intrínseca à defesa da vida. Nessa linha, reafirmou-se que Direitos Humanos não é defesa de bandidos; que Direitos Humanos é defesa da vida na sua diversidade, na sua pluralidade, dos vários segmentos.

Enfatizou-se que essa não era uma questão sobre uma minoria: a audiência tratava, sim, de algo em torno de 18 milhões de brasileiros e brasileiras – um número em torno de 10% da população, e que deverá crescer ainda mais, porque é essa a tendência demográfica da pirâmide brasileira, que deixa de ser pirâmide para se aproximar historicamente de um retângulo.

Alguns palestrantes argumentaram que a questão da violência contra a pessoa idosa decorre não somente de um estigma altamente pejorativo e negativo em relação à palavra "velho", mas também da idéia que ela transmite.

Informou-se, nessa ocasião, que as pessoas idosas se ressentem muito de falta de informação, especialmente em relação aos direitos que já estão gravados não somente da Constituição, como também nas leis. E outros setores da sociedade se aproveitam desse fato justamente para atingir a dignidade das pessoas que envelhecem.

Falou-se da questão da violência contra o idoso no Brasil e observou-se a falta de aplicação da lei de acessibilidade; a necessidade de uma revolução nas universidades; a importância de se trabalhar de maneira intensa no sentido da mudança da cultura. E, segundo os presentes, isso é necessário com relação à sociedade civil e, também, ao Governo.

Fez-se, na audiência, uma reflexão sobre algumas pesquisas realizadas – pesquisas qualitativas em que são ouvidas as próprias pessoas idosas. Uma delas, em 1997, resultou na definição do que é violência para a população idosa: "Violência é a maneira como a sociedade nos trata [...], inclusive desde a falta de legislação ou desde a falta de cumprimento da legislação existente, o que faz com que o cotidiano do dia-a-dia seja impactado de violência nas ruas, no trânsito etc".

Outra pesquisa, em 2001, realizada em parceria com a Organização Mundial de Saúde em nível mundial, apresentou a mesma resposta: novamente os idosos disseram que a maior doença da sociedade ainda é o preconceito e a falta de respeito com as pessoas idosas.

Mencionou, ainda, fatos positivos que ocorrem no País – um deles, o trabalho que a Pastoral da Pessoa Idosa vem desenvolvendo por meio da Senhora Zilda Arns.

Ponderou-se, ainda, que só por meio da educação poderemos resolver esse problema, fazendo-se um apelo: se houver uma ação do Poder Legislativo e do Poder Executivo com relação à inserção do tema, no ensino fundamental e nas universidades, teremos, com certeza, um resultado fantástico, no sentido de que a violência contra a pessoa idosa seja realmente eliminada.

Mencionou-se, na reunião, a implantação da caderneta de saúde da pessoa idosa – uma caderneta extremamente simples que cabe no bolso. Informou-se que foram distribuídos cinco milhões de cadernetas, e há o compromisso com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Conselho Nacional do Direito do Idoso de implantação de 18 milhões dessas cadernetas em quatro anos.

Por último, os palestrantes chamaram a atenção dos legisladores para um dos principais gargalos do Sistema Único de Saúde – o financiamento – e solicitaram que seja efetivamente colocado em um plano.

Participaram da audiência os Senhores Senadores Leomar Quintanilha, Flávio Arns, Lúcia Vânia, Geraldo Mesquita Júnior

Compareceram à audiência os seguintes palestrantes:

- **Paulo de Tarso Vanucci**, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

- **Maria Cecília de Souza Minayo**, pesquisadora titular da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ);

- **Paulo Roberto Barbosa Ramos**, Presidente do Conselho Nacional do Idoso;

- **Perli Cipriano**, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;

- **Laura Mello Machado**, representante do Instituto Internacional de Prevenção à Violência;

- **Emídio Rebelo Filho**, representante da Federação de Associações de Aposentados do Estado do Pará;

- **Marta Maria Alves da Silva**, coordenadora da Área Técnica de Vigilância, Prevenção e Controle de Violência e Acidentes do Ministério da Saúde;

- **José Telles**, coordenador do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Saúde do Idoso do Ministério da Saúde.

Questões em face do Plano Bresser, Plano Collor I e II e Plano Verão, sob a ótica dos Direitos Humanos

14
06
07

A reunião, realizada em 14 de junho de 2007, teve por objetivo debater as questões atinentes ao **Plano Bresser, Plano Collor I e II e Plano Verão.**

O Defensor Público Federal João Paulo falou dos prejuízos que poupadores de baixa renda podem ter devido à falta de informação

A reunião, que debateu as questões relativas ao Plano Bresser, ao Plano Collor I e II e ao Plano Verão, sob a ótica dos Direitos Humanos, abordou primeiramente os Planos Econômicos que, entre 1986 e 1994, que tiveram como

objetivo reduzir a elevada inflação, normalmente congelavam preços e salários e modificavam os índices de correção monetária, de forma a reduzir a correção de aplicações financeiras, o que causava prejuízos aos poupadores e beneficiava o governo, pela correção da dívida pública abaixo da inflação, e os bancos, que passavam a corrigir os depósitos em caderneta de poupança por índices menores.

Com relação a esse ponto, segundo os palestrantes, os maiores prejudicados foram os poupadores de baixa renda, que tinham menos informações e menos recursos para recorrer ao Judiciário e lutar pela devida correção de suas aplicações em poupança.

Salientou-se, assim, a importância do projeto de lei do Senador Paulo Paim que expande o prazo de prescrição para ações de correção de aplicações financeiras. Criticou-se, ainda, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 143, de 2006, que pretende que as relações de natureza bancária não estejam sujeitas ao Código de Defesa do Consumidor. Argumentou-se que, em relação aos "expurgos inflacionários" da poupança, a diferença de correção não deveria ser paga pela União, que determinou as alterações dos índices de correção monetária, mas pelas instituições financeiras que interpretaram erroneamente a lei, de forma a reduzir a correção dos saldos de poupança.

Participaram da audiência os Senhores Senador José Nery, Wilson Matos, Patrícia Saboya, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim

A audiência pública teve a participação, como debatedores:

- **Maria Elisa César Novais**, advogada do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC);

- **João Paulo de Campos Dorini**, Defensor Público Federal;

- **Gabriel Jorge Ferreira**, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF);

- **Fabrício Missorino Lázaro**, Coordenador de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

Cristiano Paixão defende cumprimento da legislação na CDH

A reunião, realizada em 21 de junho de 2007, em atendimento ao Requerimento – CDH nº 32, de 2007, teve por objetivo debater as questões atinentes ao **Plano Bresser, Plano Collor I e II e Plano Verão.**

Primeiramente, debateu-se o assunto sob a ótica do direito constitucional, destacando-se que, sobre o tema, tramitava, no Senado Federal, Proposta de Emenda à Constituição (PEC), com relatório aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Essa PEC prevê a redução da imputabilidade penal para dezesseis anos de idade, alterando o art. 228 da Constituição da República.

Segundo palestrantes, essa proposta de emenda é inconstitucional, posto que viola preceitos da Carta Magna. Segundo os expositores, o art. 228 da CF, que afirma serem penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos a legislação especial, não pode ser interpretado isoladamente. Ao contrário, precisa ser examinado à luz de um contexto nacional e internacional de defesa da infância e da adolescência.

Nessa reunião, alguns presentes intitularam Maioridade Penal de *Redução ou Barbárie*. Afirmou-se que não se pode defender simplesmente a redução da idade penal para dezesseis anos, mas que a pena deve ser estabelecida de acordo com a gravidade do crime. Segundo eles, nessa perspectiva, "uma criança que mata aos catorze anos já deve responder como assassino".

José Maria Silva é favorável à redução da maioridade

Alguns dos presentes julgaram ser importante revisar o ECA que, segundo sua visão, "vem sendo usado sistematicamente como instrumento de proteção de criminosos em detrimento das verdadeiras crianças e adolescentes". Além disso, houve quem defendesse, na reunião, que o ECA é uma lei machista porque as meninas são tratadas como mulheres adultas tão logo descobrem o sexo.

Discorreu-se, também, sobre temas relacionados ao desenvolvimento fisiológico e moral dos jovens, questionando-se se os adolescentes já têm a noção de que é errado matar, se estão aptos a receber punição da sociedade.

Houve, contudo, quem manifestasse sua discordância em relação a qualquer projeto que vise alterar a idade para a imputabilidade penal no Brasil. Segundo palestrantes, a experiência cotidiana dos advogados demonstra que realmente a criminalidade juvenil tem aumentado. Entretanto, é necessário analisar as causas desse fenômeno e não investir em medidas apresentadas à sociedade como soluções e que são, na prática, ineficazes para enfrentar o problema. Na realidade, observaram, o problema da criminalidade juvenil decorre do histórico descumprimento da nossa Constituição, que assegura, em seu art. 227, à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, proteção integral.

Defendeu-se, num segundo momento, que o ECA é a expressão da Constituição aprovada pelos representantes do povo brasileiro. Por essa razão, não se fala mais em "menor", e, de acordo com a nossa legislação, crianças e adolescentes não cometem crimes, mas atos infracionais, que representam condutas socialmente inadequadas. Trata-se, então, de outro tipo de abordagem do problema. Faz-se necessário, segundo alguns convidados à audiência, que sejam aperfeiçoados os meios para a execução das medidas socioeducativas, para que elas não representem simplesmente punição para os jovens, mas educação e recuperação. Por isso, precisa existir uma estrutura que envolva tratamento de saúde e oferta de educação e de qualificação profissional.

Destacou-se o trabalho positivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), desenvolvido juntamente com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e diversos ministérios. Apresentou-se, nessa ocasião, dados referentes à infância e à adolescência no Brasil, afirmando-se que anualmente morrem, no Brasil, por causas externas, em torno de cinqüenta mil pessoas, principalmente devido aos homicídios. Desse total, 40% são pessoas entre quinze e dezoito anos de idade, principalmente negros e pobres. A violência no Brasil, portanto, tem como alvo preferencial os jovens. As crianças e adolescentes, na realidade, são vítimas da violência, e esse aspecto precisa ser considerado na discussão sobre a redução da maioridade penal no Brasil. Faz-se necessário levar em conta também, nessa discussão, as condições sociais do País e o fato de que crianças e adolescentes são indivíduos em desenvolvimento, que merecem atenção especial do Estado.

Acrescentou-se, ainda, que, no Brasil, de acordo com os dados do ano de 2003, apenas 4% das infrações são cometidas por adolescentes. Esse percentual encontra-se abaixo da média mundial. Perguntou-se, então: "qual é a razão de elegermos esse grupo vulnerável, qual é a razão de escolhermos justamente esse alvo para mobilizar o Parlamento

de uma Nação, para mobilizar uma emenda Constitucional, que envolve um quórum qualificado, com o único objetivo de colocar pessoas na cadeia? (...) Como se a cadeia funcionasse para alguma coisa".

Estiveram presentes os Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Magno Malta, Lúcia Vânia, Patrícia Saboya, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella, José Nery, Jayme Campos, Wilson Mattos, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi e Cícero Lucena.

Representante do Conselho Federal da OAB Herilda Balduino discorda em reduzir a idade penal

Processo de Classificação Indicativa de Obras Audiovisuais Destinadas à Televisão e Congêneres (Censura)

27/06/07

Comissão discute portaria do Ministério da Justiça que trata da classificação indicativa

Reunião, realizada em 27 de junho de 2007, para tratar da Portaria nº 264, do Ministério da Justiça, que trata do processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres (Censura).

Realizada, em 27 de junho de 2007, a 32ª Reunião Extraordinária da CDH foi convocada nos termos do Requerimento nº 34, de 2007 – CDH, de autoria dos Senadores César Borges e outros Senhores Senadores, para discutir a Portaria nº 264, de 2007, do Ministério da Justiça, que trata da classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e aos demais meios de comunicação.

Foi lembrado que a classificação indicativa é uma determinação constitucional, reforçada, posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que originou a Portaria, cuja constitucionalidade é contestada, ao invés da lei de que se originou.

Entre a publicação e a data prevista para início de vigência, foram realizadas reuniões com representantes de todos os setores interessados e com representantes do Poder Público.

Em vista da enorme polêmica gerada, o prazo de entrada em vigor da Portaria, inicialmente de 90 dias, já havia sido prorrogado por mais 45 dias, quando assumiu a pasta o Ministro Tarso Genro. Em período de interinidade como Ministro, o Secretário editou nova portaria, acrescendo mais 15 dias para nova definição sobre o assunto.

Informou-se que a ABERT é favorável à classificação indicativa, que não deve ser confundida com censura, lembrando que a televisão aberta é recebida em quase 97% dos lares, enfatizando, nesse aspecto, a importância da orientação dos pais em relação a temas específicos abordados pelos meios de comunicação. Merece cuidado, também, o horário de verão, que faz com que a programação chegue mais cedo a alguns estados, cabendo às emissoras cuidar da adequação ao público potencial.

Falou-se, em seguida, do papel desempenhado pela OAB e das discussões que tem promovido sobre a competência do Ministério da Justiça e a adequação legal e constitucional das normas emanadas sobre o assunto. Destacou-se o fato de o Brasil não ter adotado a utilização de dispositivo eletrônico nos aparelhos de televisão, por meio do qual os pais pudessem controlar o acesso dos filhos à programação.

Antonio Carlos Biscaia discorda quanto à responsabilidade do Ministério da Justiça de obrigar a instalação do dispositivo bloqueador

Com relação à atuação do Ministério Público, informou-se que esse órgão dispõe de especialistas na área de comunicação social, enfatizando o dispositivo constitucional que estabelece que a programação das emissoras de rádio e televisão atenderá ao

princípio do respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. E o ECA repete disposição constitucional de que a programação para o público infanto-juvenil terá finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

Foi informado, ainda, que existe consenso da parte de Juízes, Procuradores da República, Promotores, Comissários de Menores e Delegados que atuam com a infância e a juventude em que a transmissão em horário irregular de programas que envolvem sexualidade e violência é perniciosa.

Nesta audiência pública, fizeram uso da palavra os Senadores César Borges, Wilson Matos, Ideli Salvatti e Paulo Paim.

Participaram como expositores:

- **Antônio Carlos Biscaia** – Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça;

- **José Eduardo Elias Romão**, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça;

- **Evandro Guimarães** – representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), e Vice-Presidente de Relações Internacionais das Organizações Globo, representando Daniel Pimentel Slaviero, da ABERT;

- **Joelson Dias** – representando o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

- **Marcos Vinícius Aguiar Macedo** – Procurador da República do Estado do Acre, representando Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Subprocuradora Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal.

Audiência Pública – Assistência Terapêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)

Realizada em 03 de julho de 2007, para atender ao Requerimento nº 31-CDH, de 2007, de autoria dos Senadores Flávio Arns e César Borges,com a finalidade de promover debate sobre os Projetos de Lei do Senado (PLS) nos 219, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, e 338, de 2007, que tratam da **assistência terapêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).**

A audiência conjunta das Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

Foi traçado um breve histórico do envolvimento da CDH no tema da audiência, decorrente do recebimento, em março de 2007, do Ofício nº 12, de 2007, por meio do qual foi formalizada Denúncia de Extermínio e Homicídio Coletivo Autorizado.

O ofício foi encaminhado por entidades representantes de portadores de algumas doenças e denuncia recente decisão da Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a Suspensão de Tutela Antecipada nº 91, de 5 de março de 2007. Essa Suspensão limitou a responsabilidade do Estado de Alagoas quanto ao fornecimento de medicamentos de dispensação excepcional. A denúncia levou a CDH a promover reunião de trabalho com a participação de representantes das entidades denunciantes, do Ministério Público Federal e do Ministério da Saúde. Posteriormente, foram realizadas reuniões com o Ministro de Estado da Saúde, com alguns secretários estaduais de saúde, e com a Ministra Ellen Gracie, destinadas a tratar de aspectos relacionados com a denúncia.

Segundo alguns dos presentes, a decisão levou os gestores estaduais do SUS a limitar a dispensação desses medicamentos. Manisfestaram a insatisfação quanto às conseqüências, para a dispensação de medicamentos de alto custo, da aprovação do projeto de autoria do Senador Tião Viana.

Enfatizaram a necessidade de que a melhoria da prestação do serviço público de saúde continue sendo discutida. Comentou-se que o aumento dos gastos públicos com medicamentos ditos excepcionais não pode ser ignorado no orçamento. Entretanto, o planejamento deve considerar, também, os preceitos constitucionais relativos à universalidade e à integralidade da atenção à saúde. Quanto à judicialização da assistência farmacêutica, foi expressada a opinião do convidado é de que ela é ruim para a saúde, mas o cidadão tem o direito de se valer dela na busca da satisfação do seu direito. Comentou-se a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no tocante ao registro de medicamentos, que deve ser concedido após comprovação da eficácia do produto.

Foi ressaltada a importância dos projetos de lei de autoria dos Senadores Tião Viana e Flávio Arns, cujo objetivo é solucionar problemas enfrentados pelo SUS. Relataram-se as fases pelas quais passou a dispensação de medicamentos pelo SUS, citando o suporte ao tratamento de várias doenças; a crescente demanda de medicamentos de alto custo; a política de assistência farmacêutica; a regulação do mercado de medicamentos; a produção por laboratórios oficiais; o desinteresse da indústria farmacêutica

Senador Tião Viana enfatizou a importância das ações efetivas e preventivas na assistência à saúde

privada na produção de medicamentos indicados para o tratamento de tuberculose, malária, hanseníase e doença de Chagas; e a política de redução de preços de medicamentos adquiridos pelo setor público.

Foi ressaltada a importância do projeto de autoria do Senador Tião Viana na definição do dever do Estado em assumir um tipo de assistência farmacêutica que siga bases científicas. Afirmou-se que a garantia dos princípios da universalidade de acesso e da integralidade da assistência terapêutica exige muito cuidado e muita responsabilidade por parte do Estado e da sociedade.

O representante da Anvisa ressaltou que, na tomada de decisões, são respeitados critérios eminentemente técnicos. Especificamente em relação a medicamentos, informou a respeito dos requisitos exigidos para o registro, entre eles a exigência de comprovação da segurança, da eficácia e da qualidade do produto. Ainda em relação ao registro, informou que, no corrente ano, foi editada uma resolução, a de número 28, destinada a priorizar a análise técnica de petições com base na relevância pública do medicamento. Após comentar outros aspectos relativos ao registro e ao mercado de medicamentos, informou que outros critérios que a Anvisa leva em conta, para o registro de novos produtos, são os ganhos terapêuticos em relação a produtos já existentes e a relação custo/benefício.

Comentou-se acerca das conquistas na área da saúde pública nos últimos vinte anos, conseqüência da consolidação do SUS. Ressaltou-se a importância das estatísticas e informou-se que, em 2001, pouco mais de cem mil pacientes eram atendidos pelo programa e hoje esse número saltou para cerca de quatrocentos e cinqüenta mil. Abordaram-se aspectos relacionados com a assistência e o mercado farmacêutico no mundo e no Brasil; a sustentabilidade do SUS; e os interesses econômicos envolvidos.

Comentou-se que o Ministério da Saúde tem sido acusado de desrespeitar prescrição médica. Isso, no afã de regulamentar a dispensação de medicamentos de alto custo. Entretanto, argumentaram que quando a conta a pagar é obrigação do Estado, é necessário que a prescrição esteja de acordo com o que os bioeticistas chamam de "a melhor ciência".

Foi dito que o SUS é considerado o maior programa social do mundo, e também a assistência farmacêutica prestada a pacientes portadores de hepatites virais, especialmente no que diz respeito à aplicação de medicamentos cujo princípio ativo é o interferon.

Estiveram presentes os seguintes convidados:

- **Sérgio Henrique Sampaio** – Presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose (Fibrose Cística) – ABRAM;

- **Carlos Henrique Martins Lima** – Procurador da República no Distrito Federal;

- **Fausta Cristina Panquestor Nogueira** – Usuária de Medicamento Excepcional;

- **Luis Eduardo Garcia Próspero** – Portador de Mucopolissacaridose, Usuário de Medicamento Excepcional;

- **Dirceu Raposo de Mello** – Diretor-Presidente da ANVISA;

- **Reinaldo Guimarães –** Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde;

- **Dirceu Barbano** – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; e

- **Renê Moreira Santos** – Coordenador Técnico do Conass.

*Realizada, em 14 de agosto de 2007, com o objetivo de debater o tema "***Trabalho e Direitos Humanos"**.

Esta audiência Pública atendeu ao Requerimento – CDH nº 42, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, com a finalidade de debater o tema "Trabalho e Direitos Humanos".

Durante a audiência, falou-se da necessidade de colocar na Ordem do Dia a questão do desenvolvimento econômico, por um crescimento com inclusão social, respeito ao meio ambiente, distribuição de renda e valorização do trabalho.

Os presentes pugnaram pela aprovação, no Congresso, das Convenções nºs 151 (que cuida da negociação coletiva no setor público) e 158 (sobre dispensa arbitrária), da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Defenderam a redução da jornada de trabalho e apontaram dois momentos definitivos para a definição da jornada no Brasil: o primeiro, durante o período da escravidão, quando não havia nenhuma limitação de jornada e o segundo, que culminou nos anos 40 do século passado, quando foi definida a jornada diária de oito horas.

Defenderam a redução gradativa da jornada de trabalho, de quarenta e quatro horas para quarenta horas no primeiro ano, até, progressivamente, atingir trinta e seis horas semanais e lembraram das campanhas de valorização do salário mínimo encabeçadas pelo Senador Paulo Paim; da agenda para o desenvolvimento iniciada pelo então Presidente Itamar Franco, que resultou na ratificação da Convenção nº 158.

Foi mencionado, na audiência, que o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) apresentado pelo Governo Federal deve ser implantado no âmbito de uma

ampla valorização do trabalho. Também foi dito que o trabalho, no Brasil, está sendo acossado por vários flancos, pelo capital – que busca condições de trabalho semelhantes às da Inglaterra do Século XVIII – e pelo próprio Estado, que, por meio do INSS, por exemplo, obriga trabalhadores seqüelados a retornarem ao trabalho sem terem condições para tanto.

Estiveram presentes na Audiência os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Romeu Tuma, Marcelo Crivella, Cristovam Buarque, Inácio Arruda e Geraldo Mesquita Júnior e a Senhora Senadora Ideli Salvatti.

Participaram como palestrantes convidados:

- **Artur Henrique da Silva Ramos** – Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional;

- **Carlos Alberto Grana** – Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT;

- **Milton Viário** – Presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul(FEM/CUT).

Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, apóia prorrogação da licença-maternidade

Realizada, em 23 de agosto de 2007, para atender ao Requerimento CDH nº 38 de 2007 – CDH, subscrito pela Senadora Patrícia Saboya, com vistas a instruir o **Projeto de Lei do Senado nº 281 de 2005 que cria o programa de empresa cidadã destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.**

Os presentes apontaram a relevância do projeto afirmando que o período de seis meses para amamentação é fundamental para as mães, para as crianças e para a relação entre mãe e filhos e filhas.

Acrescentaram que, apesar de ser um projeto que se limita a algumas empresas, ele é muito importante. Já existem, no Brasil, algumas iniciativas em algumas empresas que estão, por sua própria conta, entendendo a relevância social dessa atitude.

Milena que o bom desenvolvimento do bebê está aliado à presença dos pais

Segundo os presentes o bom desenvolvimento do bebê deve estar aliado ao bom exercício da maternidade, da paternidade, além de políticas de ações empresariais que garantam suporte ao pleno exercício desse direito, tais como: creche, segurança, estabilidade no emprego.

O debate, asseveraram, deve ser articulado com as condições de trabalho das mulheres brasileiras, a garantia de equipamentos sociais, bem como com as necessidades da família, e com a divisão, entre homens e mulheres, da responsabilidade de cuidado com os filhos e filhas.

Apontaram como dever do Estado o fornecimento de equipamentos e políticas públicas que dêem o suporte necessário para que as mães e pais tenham condições de exercer a maternidade e paternidade sem riscos para a saúde, sem medo de serem demitidos e sem sobrecarga de trabalho. O tema da divisão sexual do trabalho interno ao domicílio é importantíssimo, mas não vem sendo tratado com políticas adequadas.

Foi dito da necessidade de se retirar da maternidade o verdadeiro estigma, a maldição que lhe foi imposta por uma evolução equivocada da sociedade brasileira, e transformá-la na manifestação mais genuína do sinal de vida na sociedade. A licença-maternidade é seguramente um direito fundamental da criança, do recém-nascido, do lactente e assim, é direito que precisa ser assegurado, uma vez que o seu destinatário não tem como se manifestar a fim de que, de fato, o direito seja assegurado.

Estiveram presentes à reunião os Senhores Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Flávio Arns, César Borges, Patrícia Saboya, Geraldo Mesquita Júnior e Sérgio Zambiasi.

Participaram, como debatedores, os seguintes convidados:

- **Elizabeth Saar** – Gerente de Projeto da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, representando Nilcéa Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

- **Marlene Libardone** – Diretora Executiva da Agende (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento);

- **Myllena Calazans de Matos** – Membro da equipe de Assessoria Parlamentar do CFEMEA, representando Guacira César de Oliveira, Diretora do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria);

- **Maria Ednalva Bezerra de Lima** – Secretária de Mulheres da CUT.

CDH discute situação dos anistiados no Brasil

Realizada, em 23 de agosto de 2007, para atender ao Requerimento – CDH, nº 69, de 2007, com vistas ao debate sobre o **reconhecimento das Centrais Sindicais e Imposto Sindical** *na forma do projeto encaminhado ao Congresso pelo Governo Federal (PL nº 1990/2007, na Câmara).*

Nesta audiência pública, afirmou-se que os sindicatos têm de ter força e capacidade de mobilização. Ponderou-se não ser possível aceitar que, depois de um acordo construído com as centrais, se acolhesse uma Emenda que propunha uma alteração que afetava apenas os trabalhadores e não os interesses das

entidades patronais. Caso se aceite a alteração feita na Câmara, o projeto deixará de ser uma proposta de reestruturação sindical.

Foi lembrado que as centrais já estão no Fórum Sindical Nacional, no Fórum Trabalhista, trabalhando numa proposta avançada de construção de mudanças mais profundas, inclusive no financiamento das centrais. Mas, isso não pode ser feito de forma açodada e atropelada por parte do Senado Federal. Afirmaram que os acordos devem ser cumpridos e a construção de uma solução tem de ser feita negociadamente, transparente com o debate e com o movimento sindical.

Foi dito que uma matéria dessa natureza só poderia ser modificada dentro de um quadro de uma ampla discussão. Dentro de um quadro de exame das conseqüências que, muitas vezes, à primeira vista, nem sempre aparecem, mas que podem ter efeitos extremamente negativos para os sindicatos e, conseqüentemente, para todos os trabalhadores.

Observou-se, nessa ocasião, que o Movimento Sindical, a estrutura sindical brasileira sofre críticas há muitos anos, há muitas décadas, confirmando a extrema necessidade de uma reforma sindical.

Ponderou-se que o texto, a rigor, não ataca o fim da contribuição sindical, porque a contribuição sindical está prevista na CLT, nos arts. 578, 579, que não foram objeto de alteração e são especialmente os que estabelecem a obrigatoriedade da contribuição, ou seja, a fixação da obrigação jurídica de se pagar a contribuição sindical está principalmente nesses dois dispositivos.

O art. 578 diz que "As contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias econômicas profissionais serão sobre a denominação de contribuição sindical pagas, recolhidas e aplicadas na forma deste capítulo". Aí está a fonte obrigacional da contribuição.

O projeto altera especialmente o art. 582, que determina apenas a obrigação do substituto tributário que seria a empresa de descontar em folha e recolher aos cofres do Sindicato. Portanto, ponderaram que se o projeto for aprovado dessa maneira, pode haver um conflito ao se interpretar no sentido de que foi extinta, na verdade, a obrigação da empresa recolher compulsoriamente, mas não a obrigação do empregado pagar ao Sindicato o imposto, a contribuição sindical.

Nesse cenário, continuaram, poderia ocorrer que os sindicatos mandassem a cobrança da contribuição para cada um dos trabalhadores, que, ainda assim, seriam obrigados a pagar. Dessa cobrança poderia surgir uma cobrança judicial e isso acarretaria um grande aumento de processos judiciais que podem surgir com cobrança e execução de contribuição sindical.

Foi apresentada proposta de acabar com o imposto sindical com uma transição negociada que vai de três a cinco anos, mas que outra contribuição que é a contribuição negocial ou assistencial, venha a substituí-lo. Essa contribuição seria estabelecida nas assembléias dos trabalhadores.

Lembrou-se que o Movimento Sindical tem dado grandes contribuições para o País. Apesar de tudo isso, apesar de ter sido eleito um Presidente operário, oriundo do Movimento Sindical, ainda existem falhas, uma das quais é o fato de as Centrais Sindicais, existirem de fato e não existimos de direito e que chegou o momento de mudar isso, de dar-lhes o reconhecimento devido.

Confirmaram os presentes a posição de defesa da redação original do projeto de lei que chegou à Câmara, sem as alterações que foram lá promovidas porque ela decorreu de um conjunto de acordos de negociações, inclusive, com a participação do sindicalismo patronal.

Estiveram presentes os Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Ideli Salvati, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Sibá Machado, Cristovam Buarque e Lúcia Vânia.

Compuseram a mesa os seguintes convidados:

- **Luiz Antônio Medeiros** – Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, representando Carlos Roberto Lupi – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;

- **Raimundo Nonato dos Santos** – Diretor de Representação Internacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, representando José Augusto – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;

- **Denise Motta Dau** – Secretária Nacional de Organização Sindical/CUT, representando Artur Henrique da Silva Santos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

- **Pascoal Carneiro** – Diretor do Movimento Por Uma Central Classista e Democrática, representando João Batista Lemos – Presidente do Movimento por Uma Central Classista e Democrática Corrente Sindical Classista;

- **Antônio Fernandes dos Santos Neto** – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;

- **Francisco Canindé Pegado** – Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores – UGT, representando Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT;

- **Luciano Athayde Chaves** – Vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, representando Cláudio José Montesso – Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA;

- **Lúcia Rondon** – Consultora da Confederação Nacional da Indústria – CNI, representando Armando de Queiroz Monteiro Neto – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI;

- **Roberto Nogueira Ferreira** – Consultor da Confederação Nacional do Comércio, representando Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC;

- **José Calixto Ramos** – Presidente da Nova Central;

- **Hélio Stefani Gherardi** – Consultor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP;

- **Augusto Carvalho** – Deputado Federal;

- **Paulo Pereira da Silva** – Deputado Federal.

Audiência Pública – impactos e benefícios do programa social "Desenvolvimento & Cidadania Petrobras

22
09
07

Realizada, em 22 de setembro de 2007, para atender ao Requerimento CAS/CDH nº 66/2007, subscrito pelo Senador Paulo Paim, com a finalidade de tratar dos **impactos e benefícios do programa social "Desenvolvimento & Cidadania Petrobras***".*

Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais

O programa social da Petrobras surgiu em 2003, relataram os presentes, quando a empresa lançou o Petrobras Fome Zero, que foi um primeiro esforço de organização das ações sociais da companhia em três grandes linhas: geração de trabalho e renda, educação e qualificação profissional de jovens e adultos, e garantia dos direitos da criança e do adolescente. A empresa, ainda segundo os convidados, investiu, em 40 meses, 303 milhões de reais, atendendo quatro milhões de pessoas, em cerca de 2.500 projetos.

Disseram que o aumento dos investimentos da Petrobras na área social se deve, em parte, ao fato de que, em 2003, foi projetada a aplicação de recursos no Fundo da Infância e Adolescência com base nos resultados da empresa em 2002. Como de 2003 a 2006 a Petrobras bateu sucessivos recordes de resultados, alcançando aumento expressivo da lucratividade, foi possível, com base na legislação vigente, ampliar significativamente o aporte de recursos ao fundo, chegando a 386 milhões de reais. Com esse valor, foi possível atender diretamente 2,4 milhões de pessoas, totalizando, de acordo com a metodologia de cálculo utilizada pelo IBGE, o atendimento direto e indireto a 10,7 milhões de pessoas.

Apontaram ainda que nenhum dos 2.500 projetos que fazem parte do programa foi implementado exclusivamente pela Petrobras. Todos os projetos são

implementados em colaboração com a sociedade civil. Foram constituídas 18 mil parcerias, possibilitando a atuação em 2.300 municípios, cerca de 45% do total de municípios brasileiros.

Outro aspecto importante, de acordo com os presentes, diz respeito ao novo programa social que tem o objetivo de assegurar a continuidade das ações sociais do programa anterior avaliadas como bem sucedidas ou promissoras, com capacidade de sucesso futuro. O fundamental é que o programa social esteja alinhado, como efetivamente está, ao planejamento estratégico da companhia, que hoje tem como horizonte o ano de 2020. Assim, a empresa pretende ser referência internacional em responsabilidade social na gestão dos negócios.

Foi dito que atualmente, as iniciativas no campo social são tratadas da mesma maneira que as do campo da exploração, produção, refino e comercialização. São definidos recursos e compromissos e, a cada ano, busca-se obtê-los para a concretização dos projetos. Para que se tenha a dimensão do alcance dos projetos sociais da Petrobras, estima-se que 17,6 milhões de pessoas serão beneficiadas. Se forem consideradas, também, as pessoas envolvidas nos projetos de fortalecimentos de redes e as que terão acesso a informações no trabalho de difusão de informações para cidadania, calcula-se que será possível atingir um total de 27 milhões de pessoas impactadas pelas ações da Petrobras no campo social.

Na opinião dos presentes a Petrobras dá um importante exemplo ao aplicar recursos no desenvolvimento social. Embora muitas empresas invistam recursos na área social, a Petrobras se destaca pela qualidade da gestão desses recursos, com objetivos, metas, indicadores e controles que aumentam a eficiência e a eficácia desses investimentos.

Manifestaram admiração pela Petrobras e pelo trabalho social que realiza. Afirmaram, ainda, ser necessário aprofundar a discussão sobre o emprego dos recursos oriundos dos royalties da exploração do petróleo. Trata-se de uma riqueza que precisa ser distribuída por todo o País e não deveria ficar concentrada nos municípios ou nos estados onde existe a exploração do petróleo. A utilização desses recursos em educação complementaria a responsabilidade social da Petrobras e aumentaria o alcance e a eficiência dos projetos atualmente desenvolvidos.

Estiveram presentes os senhores Senadores: Paulo Paim, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, Patrícia

Saboya, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Jaime Campos e Maria do Carmo Alves.

Estiveram presentes os seguintes convidados:

- **Luis Fernando Nery** – Gerente de Responsabilidade Social da Petrobras;
- **Lídia Colaço Pereira**, Oficiala de Alianças Corporativas, representando a Senhora Marie-Pierre Poirier – Representante do UNICEF no Brasil;
- **Roberto Laureano da Rocha** – Representante do Movimento Nacional dos Catadores;
- **Salete Valesan Camba** – Diretora de Relações Institucionais, representando o Senhor Moacir Gadotti – Diretor-Geral do Instituto Paulo Freire; e
- **Claudia Maria Jeunon Sousa** – Assessora de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan.

Audiência Pública – Anistiados trabalhistas demitidos durante o Governo Collor

27
09
07

Parlamentares e anistiados defendem direitos conquistados

Realizada, em 27 de setembro de 2007, para atender ao Requerimento nº 55, de 2007 – CDH, subscrito pelo Senador Paulo Paim para tratar da **questão dos anistiados trabalhistas que foram demitidos durante o governo Collor**.

Nessa reunião, foi dito que o atual Governo tem demonstrado boa vontade política e que vários servidores anistiados pela Lei nº 8.878, de 1994, já retornaram a seus empregos. Manifestou-se preocupação com a questão dos prazos dos requerimentos, pois a Lei nº 8.878, de 1994, estabeleceu um prazo de 30 dias, contados a partir do estabelecimento da Comissão de Anistia, e muitos trabalhadores, por desconhecerem essa data-limite, não apresentaram seus requerimentos, perderam a oportunidade de obter o benefício da anistia.

Apontou-se que os órgãos do Governo têm estabelecido fatores complicadores para o retorno dos funcionários, de maneira injustificável.

Outro ponto levantado foi o caso dos funcionários que retornaram, mas foram readmitidos no regime jurídico ao qual estavam vinculados quando do afastamento. Considera como um erro, pois caso essas pessoas tivessem permanecido no serviço, teriam sido transpostas para o regime estatutário. Nesse particular, foi relatado que o Ministério do Planejamento com respeito à reintegração dos anistiados, não cumpre decisões judiciais e mesmo decretos presidenciais.

Segundo os palestrantes, os anistiados constituíram uma Comissão, com um representante de cada órgão, tais como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Agencia Brasileira de Inteligência (ABIN), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e outros. Informou-se ainda que os trabalhadores ficaram acampados na frente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e que, até o momento da audiência, não tinham recebido resposta às suas reivindicações.

Alguns presentes condenaram as demissões de servidores e a extinção de órgãos públicos importantes no Governo Collor. Declararam que o problema não é a falta de legislação, mas sim a não execução, pelos órgãos públicos, das determinações legais para o retorno dos anistiados ao trabalho. Sugeriu, ainda, a formação de uma comissão de parlamentares para acompanhar a matéria.

Foi relatado que estaria ocorrendo discriminação contra funcionários demitidos no Governo e criticada a criação, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, de comissões para revisar as anistias concedidas anteriormente.

Criticou-se também a exclusão dos trabalhadores anistiados provenientes de empresas extintas e privatizadas da reintegração, por meio do decreto proveniente do Ministério Público, em 1995, após a promulgação da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão da anistia.

Participaram da reunião os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Cícero Lucena, José Nery, Serys Slhessarenko e Eduardo Suplicy.

Compareceram os seguintes convidados:

- **Mário Barbosa** – Assessor Especial do MTE;
- **Marcelo Lavanere Machado** – Representante jurídico dos anistiados;
- **Ulisses Borges** – Representante jurídico dos anistiados;
- **Carlos Alberto Fernandes de Alencar** – Representante do Sindsep/DF;
- **João Luiz Batista** – Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT/DF;
- **Cláudio Santana** – Secretário Sindical do PT/DF;
- **Edivaldo Pereira dos Santos** – CONAB;
- **Luiz Gonzaga Freire Carneiro** – CURD;
- **Roberto Faria de Mattos** – ABIN;
- **Wilza Maria Ferreira de Sá** – representando Paulo César dos Santos – Anistiado;
- **Jorge Muni**z – BNCC;
- **Augusto César** – representando Ricardo José S. N. Silva, CAEEB;
- **José Augusto** – Prólogo.

*Realizada, em 27 de setembro de 2007, para atender ao Requerimento nº 4, de 2007- CDH, subscrito pelo Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, com a finalidade de dar seqüência ao "***ciclo de debates sobre violência urbana, tendo como centro a violência, direitos humanos e setores discriminados***".*

Representantes de várias entidades do movimento negro solicitan rápida aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

Durante a audiência foi enfatizada a importância da defesa do Estatuto da Igualdade Racial e da legislação que garante a preservação da terra dos quilombolas, como formas de reparação das injustiças sofridas pelos afro-descendentes no Brasil. Também foi lembrada a militância dos movimentos sociais pela igualdade racial no Rio Grande do Sul e destacou o significado histórico da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Foi dito do longo caminho na luta pela igualdade racial, considerando as vitórias obtidas e o compromisso de continuar com a luta, na busca de uma sociedade mais igualitária. Foi destacado que apenas 4% dos jovens negros estão na universidade, sendo que os negros e pardos representam mais de 50% da população brasileira.

Senador Paulo Paim, Deputada Janete Pietá e representantes do movimento negro debatem políticas afirmativas

Lembrou-se que as mulheres têm um papel muito importante na luta contra a discriminação e a favor do Estatuto da Igualdade Racial, devendo elas lutar pelo seu espaço, pois são poucas as que atuam nessa Casa e também as que abraçam a causa da igualdade racial. Foi mencionado que as mulheres negras são mal atendidas no sistema de saúde, discriminadas no trabalho e que a inclusão da história da África nos currículos escolares vai ajudar a reconhecer a verdadeira dimensão do papel da mulher negra na sociedade e na família, bem como aumentar a conscientização de sua importância para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Foi informado que a OAB criou uma Comissão específica para a questão da promoção da igualdade racial e que esse órgão estará presente aos debates, na busca da inclusão social para afastar do nosso meio a discriminação racial, o preconceito e toda forma de exclusão.

Divulgou-se resultado de pesquisa realizada na área do comércio, anos atrás, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), segundo o qual foi apurado que o trabalhador negro recebe 54,7% do que recebe o branco.

Outro ponto abordado foi o do direito à liberdade de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana. Informou-se que hoje existe uma discriminação odiosa sobre os sacerdotes e sacerdotisas de religião de matriz africana, proibidos, por exemplo, de freqüentar os hospitais, proibidos de freqüentar os velórios.

Ressaltaram também que os direitos dos remanescentes das comunidades dos quilombos, das suas terras, estão sendo objeto do ataque feroz dos latifundiários. Mencionaram ainda a necessidade de se estabelecer um sistema de quotas nos meios de comunicação, para que a TV brasileira represente a nossa diversidade étnico-racial e não pareça televisão da Noruega ou de qualquer país escandinavo como é hoje.

Estiveram presentes à audiência os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Eduardo Suplicy e as Senhoras Senadoras Serys Slhessarenko e Fátima Cleide.

Compareceram os seguintes convidados:

- **Dojival Vieira** – Coordenador do Movimento Brasil Afirmativo, da Coordenação do Fórum SP da Igualdade Racial e Editor de Afropress – Agência Afroétnica de Notícias;

- **Frei Antonio Leandro da Silva** – Diretor Executivo da Educafro e Coordenador do Fórum SP da Igualdade Racial;

- **Ricardo Patah** – Presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e presidente nacional da UGT – União Geral dos Trabalhadores;

- **Marco Antonio Zito Alvarenga** – Presidente da CONAD – Comissão do Negro e Assuntos Antidiscriminatórios da OAB;

- **Inês da Silveira**, representando Maria Helena – Embaixada do Samba Paulistano;

- **Ivonete Carvalho** – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

Audiência Pública – Construção da cidadania à luz da legislação participativa

Crianças de escolas públicas do Entorno do DF dão início à construção da legislação participativa

Realizada, em 11 de outubro de 2007, para atender ao Requerimento nº 57, de 2007 – CDH, subscrito pelo Senador Paulo Paim, com vistas a discutir item do **ciclo de debates sobre as questões atinentes à construção da cidadania à luz da legislação participativa, tendo como centro as crianças**.

Essa reunião caracterizou-se pelo debate entre parlamentares e dezesseis alunos – entre crianças e adolescentes – das seguintes Escolas Públicas do Distrito Federal:

- Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 2 do Paranoá;
- Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 16 de Ceilândia;
- Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 5 do Gama;
- Escola Classe 425 de Samambaia.

Estudantes reclamam da falta de segurança nas escolas

No evento, as crianças e adolescentes debateram sobre educação, segurança, lazer e meio ambiente.

Foi relatado o assalto e espancamento de um aluno nas proximidades de sua escola, pedindo-se providências para proporcionar segurança nos estabelecimentos de ensino.

Segundo os alunos, diante do quadro que hoje se apresenta, restam a eles duas alternativas: assistirem de braços cruzados ou aproximarem-se dos jovens praticando ações contrárias, na tentativa de resgatá-los ou impedi-los de entrarem no mundo do crime.

Os alunos asseveraram a necessidade de que sejam protegidos. Ponderaram que as escolas devem ser protegidas para que sejam um ambiente seguro, agradável e um local para o aprendizado e o lazer.

Afirmou a extrema importância de se ter segurança no recinto escolar e em sua área externa, para diminuírem os casos de criminalidade e o descaso com os membros da escola.

Defenderam também a melhoria do ensino no que diz respeito às áreas de Educação Física e Informática. Quanto à primeira, apontaram que é vista nas escolas públicas como disciplina inferior às demais, como mero lazer e que, em geral, é ministrada sem recursos e estrutura adequada. Nesse sentido, apontaram necessidade de construção de quadras poliesportivas, pistas de atletismo e piscinas, bem como de se designar professores devidamente habilitados, mesmo para as séries iniciais do ensino fundamental.

Com relação à Informática, afirmaram que o fato de não constituir disciplina curricular obrigatória impede que os alunos possam acompanhar a evolução tecnológica e das áreas de comunicação. No que tange aos programas de inclusão digital atualmente existentes, disseram que não são suficientes para atender as necessidades dos alunos, o que constitui um fator de exclusão social.

Lembraram que a valorização do esporte e lazer é uma forma de evitar que jovens se voltem para a criminalidade; assim como o são: a construção de laboratórios de informática para lazer e pesquisa; a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais na prática desportiva por meio, por exemplo, da capacitação de professores de educação física; a abertura das escolas nos finais de semana a fim de proporcionar lazer aos alunos; entre outras.

Como justificativa de suas reivindicações, assinalaram que o esporte é uma das melhores alternativas para "resgate social". Porém, a população de baixa renda não tem acesso a esporte ou lazer, sendo que muitos jovens abandonam carreiras de atletas por não terem condições financeiras.

Também trouxeram à reunião suas preocupações sobre o meio ambiente. Defenderam a educação ambiental, pois é preciso conhecer todo o processo pelo qual passa nosso planeta, entender as relações entre a natureza e os seres humanos, conscientizar acerca das conseqüências de tudo o que se faz ao meio ambiente. Acreditam que

a educação ambiental presente nas escolas é um passo importante na direção a uma consciência crítica e ética de que somos todos da raça humana e habitamos a mesma morada, o planeta Terra, que precisa ser cuidado e respeitado.

Foi sugerida a colocação de câmeras no interior dos estabelecimentos de ensino e foram apresentadas várias propostas relativas à questão da segurança nas escolas.

Também disseram que a desestrutura familiar é uma das causas da criminalidade e que faltam limites e orientação nos lares por parte dos pais e responsáveis.

Lembraram que rixas pessoais e brigas de gangues freqüentemente levam a tragédias nas escolas, em muitos casos, vitimando inocentes. Assim, alunos e professores vivem com medo, o que dificulta o aprendizado e leva alunos do curso noturno a abandonarem os estudos.

Disseram acreditar que a presença constante de policiais militares nas escolas ou, onde isso não for possível, a construção de postos policiais nas proximidades das unidades escolares e, ainda, a contratação de vigilantes poderiam minimizar a sensação de insegurança.

Falaram também sobre a violência no trânsito, que poderá ser vencida por meio de programas governamentais educativos, assim como mediante a educação para o trânsito dentro das próprias escolas.

Trataram também da questão da cultura. Propuseram a criação da disciplina "História da Arte e da Cultura Brasileira" que deveria integrar, obrigatoriamente, o currículo da educação básica das escolas públicas brasileiras; a garantia de acesso de todas as crianças e adolescentes a movimentos artísticos e culturais típicos do Brasil; a preservação das tradições, ritmos, estilos musicais e danças, inclusive com utilização de mecanismos de controle sobre a influência de manifestações culturais próprias de outros países.

Assinalaram que a cultura brasileira é muito rica e pouco conhecida pelas crianças e pelos adolescentes, sendo, desse modo, necessário despertar sua valorização nos jovens.

Participaram da audiência os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessarenko e Eduardo Suplicy.

Compareceram os seguintes convidados:

- As crianças **Saron Rodrigues de Medeiros, Diego Pereira da Costa, Gleydson Bruno Viana Pinheiro, Caio Lopes** – Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 02 do Paranoá e o Diretor Gilberto Vieira Rios;

- As crianças **Beatriz Ramalho Gomes, Estephany Aimeê de França Pinheiro, Stephane Clemente Lemos, Joseany Antônia Moreira da Silva** – Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 05 do Gama e o Vice-Diretor Edgard Rogério de Siqueira Vasconcelos;

- As crianças **Washington Siqueira Brandão Filho, Déborah Evangelista Nobre, Lyliane Matos Sena, Lineker dos Santos Fernandes** – Centro de Ensino Fundamental (CEF) nº 16 de Ceilândia e o Diretor José Luiz de Oliveira Pereira;

- As crianças **Gean da Silva Ribeiro Martins, Natália Anastácia Fonseca Mota, Isabelle Matheus Ribeiro Lacerda, Ronywerisson Veras Dantas** – Escola Classe 425 de Samambaia, a Diretora Márcia Maria Viana Coimbra e a professora **Vânia Maria Valadão**;

- **Eva Ferras Fontes e Evangelos G. Maniatakis** – Mãos que Ajudam da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias;

- **João Gordo** – apresentador de televisão (MTV) e músico.

Audiência Pública – Reconhecimento das Centrais Sindicais e Imposto Sindical

Realizada, em 1º de novembro de 2007, para atender ao Requerimento – CDH, nº 69, de 2007, "com fundamento no disposto no art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno, para debater o reconhecimento das Centrais Sindicais e Imposto Sindical na forma discutido no projeto do Governo Federal (PL nº 1.990/2007) (na Câmara) para a qual

Parlamentares debatem acordo construído com centrais sindicais

serão convidadas, para reunião conjunta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal".

Audiência Pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e da Comissão de Assuntos Sociais.

Defenderam os presentes a regulamentação das centrais e a derrubada das emendas apresentadas ao PL nº 1.990/2007 (na Câmara). Disseram não ser possível aceitar que, depois de um acordo construído com as centrais, que a tramitação na Câmara dos Deputados, o acolhimento de uma Emenda que propõe uma alteração que não toca nos interesses das entidades patronais e que portanto, já não é uma proposta de reestruturação sindical. Se se quer discutir reestruturação sindical, há que se discutir para entidades empresariais e para entidades dos trabalhadores.

Estiveram presentes os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Edson Lobão, Lúcia Vânia, Aloísio Mercadante, Francisco Dornelles, Renato Casagrande e Valdir Raupp, também os Deputados Federais Paulo Pereira da Silva, Nelson Marquezelli, Augusto Carvalho, Roberto Santiago e Daniel Almeida.

Compareceram os seguintes convidados:

- **Luiz Antônio Medeiros –** Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, representando Carlos Roberto Lupi – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;

- **Augusto Carvalho** – Deputado Federal;

- **Raimundo Nonato dos Santos** – Diretor de Representação Internacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, representando José Augusto – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;

- **Denise Motta Dau** – Secretária Nacional de Organização Sindical/CUT, representando Artur Henrique da Silva Santos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

- **Pascoal Carneiro** – Diretor do Movimento Por Uma Central Classista e Democrática, representando João Batista Lemos – Presidente do Movimento por Uma Central Classista e Democrática Corrente Sindical Classista; Antônio Fernandes dos Santos Neto – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;

- **Francisco Canindé Pegado** – Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores – UGT, representando Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT;

- **Luciano Athayde Chaves** – Vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, representando Cláudio José Montesso – Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA;

- **Lúcia Rondon** – Consultora da Confederação Nacional da Indústria – CNI, representando Armando de Queiroz Monteiro Neto – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI;

- **Roberto Nogueira Ferreira** – Consultor da Confederação Nacional do Comércio, representando Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC;

- **José Calixto Ramos** – Presidente da Nova Central;

- **Hélio Stefani Gherardi** – Consultor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP.

Realizada, em 27 de novembro de 2007, para atender ao Requerimento – CDH, nº 74, de 2007, a audiência pública teve como finalidade **"tratar da grave denúncia ocorrida no interior do Pará, no município de Abaetetuba, na qual se constatou que uma mulher esteve presa juntamente com homens, em uma cela da carceragem da Polícia Civil do Estado do Pará, por cerca de um mês, sofrendo toda sorte de abuso à sua condição humana".**

Foi lembrado que o episódio do Pará, que envolveu uma adolescente, presa em celas masculinas com presença de homens ali detidos, não é fato isolado no Brasil e esse fato faz-nos chegar à conclusão de que caiu a máscara da hipocrisia da sociedade brasileira no que se refere ao sistema prisional: um sistema destinado aos pobres, aos negros e às prostitutas.

Assinalaram os presentes que o grave problema em nosso sistema prisional é o preconceito: em relação aos pobres e em relação às mulheres. Assim, ressalta-

ram que não podemos ficar no emocionalismo da resposta a cada crise e que deve ser aproveitado esse momento para buscar soluções definitivas para o País.

Reconheceu-se estarmos diante de um caso emblemático: um caso extremamente grave de violação dos direitos de uma mulher, que retrata o sistema kafkiano que é a burocracia do sistema de justiça criminal no País.

De acordo com os presentes, esse é um caso exemplar, porque começou num fato criminoso – a tentativa da jovem de furtar –, que gerou oito processos e, ao final, a moça foi posta em liberdade provisória. Configurou-se uma situação inusitada em que, durante todo o processo legal, não se constatou o fato de ela ser menor ou não.

Afirmaram não ser possível entender como é que ocorre violação de Direitos Humanos e de Direito das mulheres num Estado governado por mulher, que tem uma mulher como Secretária de Segurança, uma mulher na Presidência do Tribunal e uma mulher na direção da Defensoria. Sem falar que o caso passou, no Judiciário, por duas Juízas mulheres.

Avaliaram que esse não é um problema ou uma questão de gênero. É uma questão estrutural que precisa com muita urgência ser mudada.

Ponderou-se que a situação carcerária brasileira não é diferente da vigente no Estado do Pará e que, durante muitos anos, se investiu muito pouco na área de Segurança Pública e, principalmente, no sistema penal. Hoje, tem-se, com certeza, um déficit de vagas muito grande no sistema penal exatamente em decorrência da política que sempre se adotou e que se priorizou nesse País.

Afirmaram que investir em área de segurança nunca foi prioridade do Poder Público e, hoje, no Estado do Pará, somente na capital existe um presídio exclusivamente para atender aos presos do sexo feminino. Mas, certamente, a ausência de presídios específicos para prisioneiras não pode ser embaraço para que se mantenha a regularidade da lei, o cumprimento da norma, quando essas pessoas transgridem o ordenamento jurídico. Ainda assim, é inaceitável, admitir-se compartilhamento da mesma cela por pessoas de sexos opostos. E mais grave que isso é a situação de estabelecimentos próprios para recuperação de adolescentes.

Argumentou-se que o caso que se apresentou no Estado do Pará foi uma sucessão de erros e equívocos que ocorreram em toda a estrutura da Justiça – não só pelo fato

de envolver uma menor, mas, também, pelo fato de ser ela mantida numa cela que era compartilhada com homens. Infelizmente essa é a realidade brasileira.

Disseram acreditar que a justiça vai ser feita – a apuração está sendo realizada e os policiais envolvidos certamente serão punidos após o devido processo penal.

Falou-se da audiência realizada na Corte Interamericana de Direitos Humanos para apresentar as providências que estavam sendo tomadas do ponto de vista do sistema prisional feminino no Brasil, a partir de uma denúncia do sistema prisional do Estado de São Paulo, onde haviam sido assassinadas três mulheres. Nessa audiência, foi proposta a criação de um grupo interministerial para fazer a revisão do sistema prisional feminino no Brasil.

Reconheceu-se a necessidade de capacitação e treinamento para mudar a cultura que na sociedade autorizou tacitamente, durante anos, a violência contra as mulheres; autorizou a violência que acontece dentro de casa; encorajou a violência institucional, com as mulheres sendo tratadas como cidadãs de segunda categoria.

Estiveram presentes os senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Fátima Cleide, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Heráclito Fortes, Jaime Campos e Mário Couto e dos Deputados não-membros Augusto Botelho, Aldemir Santana, João Pedro e Valdir Raupp.

Estiveram presentes os seguintes convidados:

- **Raimundo Cezar Britto Aragão** – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal;

- **Paulo Vannuchi** – Secretário Especial da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

- **Nilcéia Freire** – Secretária Especial da Secretaria Especial de Política para as Mulheres;

- **Gilberto Valente Martins** – representando o Senhor Geraldo de Mendonça Rocha – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará;

- **Vera Lúcia Marques Tavares** – Secretária de Estado de Segurança Pública do Governo do Estado do Pará;

- **Raimundo Benassuly** – Delegado-Geral de Polícia do Estado do Pará, representando o Senhor Celso Irã Corvil Viana – Delegado titular da Delegacia de Polícia de Abaetetuba;

- **Flávia Verônica Monteiro Pereira** – Delegada de Polícia;

- **Ana Júlia Carepa** – Governadora do Estado do Pará;

- **Mary Cohen** – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA;

- **Carlos Roberto Mariath** – Coordenador do Departamento Penitenciário Nacional;

- **Maria Elisabete Pereira** – Diretora na Secretaria Especial de Política para as Mulheres; e

- **Sandoval Bittencourt de O. Neto** – Superintendente do Sistema Penitenciário.

Realizada, em 28 de novembro de 2007, para atender ao Requerimento CDH nº 43, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Magno Malta, aprovado em 21/06/07, para discutir sobre o **Sistema de Adoção de Crianças no Brasil**.

Senador Magno Malta ressalta a dificuldade que as pessoas enfrentam no processo de adoção

Nessa audiência, os presentes manifestaram preocupação com a institucionalização das crianças, sujeitas à medida por tempo indeterminado e sem acesso ao Judiciário. Informou-se que existem mais de 80.000 jovens nessa situação, 40% dos quais não têm nenhum contato com o sistema judicial. Assinalou-

se, ainda, que o tempo médio de institucionalização deles – no Estado de São Paulo, por exemplo – é de 5 anos, quase metade da infância, fase fundamental para a formação da personalidade do indivíduo.

Assinalaram que o abrigamento deve ser transitório e criticaram a precariedade das informações sobre os jovens albergados. Afirmaram a necessidade tanto de levantamento e divulgação desses dados quanto de campanhas de esclarecimento para promover a prática da adoção no Brasil e combater o preconceito existente sobre a adoção tardia. Foi mencionado o exemplo do programa desenvolvido em Niterói (RJ), com o apoio da Petrobras, para pesquisar a história de vida dos quase 300 jovens que vivem albergados naquele município.

Ressaltaram a importância da aprovação do projeto de lei sobre adoção, que tramita na Câmara, a fim de facilitar o processo e garantir às crianças o tratamento prioritário determinado na Constituição.

Lembrou-se que a Constituição garante – em todas as circunstâncias – tratamento prioritário a crianças e adolescentes. Enfatizaram a importância do direito à convivência familiar e afirmaram ser a adoção o meio mais adequado de garanti-lo. Reforçaram a inexistência de dados confiáveis sobre o imenso contingente de crianças e adolescentes abandonados.

Foi sugerida a fixação legal de prazo-limite, após o qual o responsável pelo abrigo deve ir ao juiz para informar a situação do jovem albergado, bem como o estabelecimento de um cadastro nacional de adoção, o acompanhamento das adoções feitas por estrangeiros em seus países de origem e o estabelecimento de prazos para a conclusão dos processos de adoção.

Foi questionado o fato de que não se permite a adoção de irmãos por famílias diferentes o que foi apontando como fator que pode dificultar o processo e provocar tempo maior de albergamento para todos.

Compareceram à audiência os seguintes Senadores: Paulo Paim, Patrícia Saboya, Magno Malta e Geraldo Mesquita Júnior e os Deputados Federais Solange Almeida e Chico D'angelo.

Estiveram presentes os seguintes convidados:

- **Edílson Teodoro Amaral** – Advogado;

- **Carlos José da Silva Fortes** – Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Divinópolis - MG;

- **Sávio Bitencourt** – Promotor de Justiça e Presidente da ANGAAD – Associação Nacional dos Grupos de Apoio a Adoção, representando Núbio de Oliveira Parreiras – Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal de Divinópolis – MG;

- **Denize F. Santos Lara** – Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora/MG, representando Neusa de Oliveira Lima – Membro do Conselho da Mulher Empreendedora;

- **Célia Regina Rocha** – Tesoureira do Conselho da Mulher Empreendedora;

- **José Messias** – artista e jurado de TV (programa do Raul Gil);

- **Rogéria Evangelista Soares** – mãe adotiva de filho com deficiência e

- **Sandra Amaral** – Vice-Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora.

Realizada, em 29 de novembro de 2007, para atender ao Requerimento – CDH nº 65, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 18-10-07, para tratar da **problemática inerente à demissão arbitrária de dirigentes sindicais**.

Os presentes expressaram insatisfação com o fato de que quando um dirigente é dispensado e entra com ação na justiça para tentar reverter aquela dispensa o máximo que a justiça consegue fazer é buscar os direitos financeiros que o trabalhador teria, e não a reintegração.

Foi dito das instituições de ensino privado que nelas está havendo um processo repressivo de intimidações toda vez que se tenta fazer uma organização sindical nos locais de trabalho.

Foi relatado que a demissão de toda a direção da Universidade Católica de Brasília – UCB revela a falta de uma legislação trabalhista num dos aspectos mais fundamentais nas organizações de trabalho, um atraso mais que secular de um direito humano fundamental que deveria garantir a liberdade de expressão e organização no espaço laboral. Cobraram o cumprimento das Convenções 87 e 98 da OIT. Fizeram um apelo para que se garanta a liberdade de sermos cidadãos também no exercício das profissões.

Relataram também que a Universidade Católica de Brasília, mesmo fundada pouco mais de três décadas adotou o sistema de demissão sumária dos professores que assumiram a direção dos seus docentes. Desta forma instalou-se na instituição um clima de permanente medo e terror de autoritarismo, de assédio moral, de perseguição, repressão.

Também foi relatado o caso dos metroviários, que se disseram vítimas de agressões à liberdade sindical sem precedentes, nos 25 anos de atuação da categoria no Brasil. Apontaram que o anos de 2007 foi, com certeza o ano mais

tenebroso do ponto de vista dos ataques às liberdades sindicais. Nem no início da ditadura militar quando da fundação do sindicato, em 81, sofreram tamanha repressão e tamanha perseguição por parte dos dirigentes.

Foi dito também que inúmeras são as atitudes que configuram condutas anti-sindicais, contrariando a liberdade de organização sindical. Apontaram que, não obstante o avanço trazido pela Constituição Federal, estabelecendo a liberdade de organização sindical, é preciso que haja uma legislação infraconstitucional que possa efetivamente atribuir eficácia ao combate a esse tipo de conduta.

Também foi lida na audiência a moção de apoio da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal as recomendações da OIT ao Estado Brasileiro sobre as demissões arbitrárias de dirigentes sindicais, reproduzida a seguir.

MOÇÃO DE APOIO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS – CDH, DO SENADO FEDERAL, ÀS RECOMENDAÇÕES DA OIT AO ESTADO BRASILEIRO, SOBRE AS DEMISSÕES ARBITRÁRIAS DE DIRIGENTES SINDICAIS

A Educação, atividade pública de fundamental importância nos Direitos Humanos, tem que primar nos seus objetivos universais de educar para a Paz, Democracia, Desenvolvimento e Justiça Social (Declaração de Viena, 1993).

Nas Instituições particulares de Educação Superior vêm ocorrendo constantemente desrespeitos aos Direitos Humanos que afastam os citados objetivos. Dessa forma, as Instituições particulares citadas na declaração do ANDES-SN à OIT, e que a mesma pede para que o Estado brasileiro verifique os casos e tome as devidas providências em conformidade com as Convenções de 98 e 87 da OIT, acusadas de desrespeitar o direito à livre associação sindical, carecem da

O Presidente da CDH vai a Plenário falar sobre a situação dos sindicalistas no Brasil

ação do Estado no sentido de se averiguar os casos denunciados, como primeiro e fundamental passo para se tomar as providências sugeridas pela OIT, ou seja, a reintegração dos docentes demitidos e a adequação da legislação correspondente.

Para realizar a efetiva investigação dos fatos, é que, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal – CDH, e os representantes da OAB, da OIT, Organização Internacional do Trabalho, MPT – Ministério Público do Trabalho, da ANDES-SN e parlamentares aqui presentes nesta Audiência Pública apresentam esta monção de apoio para que sejam realizadas, pelas devidas Instituições do Estado, as recomendações da OIT, e as recomendações encaminhadas nesta audiência pública:

1) Investigação das motivações que levaram às demissões denunciadas pelo ANDES/SN na representação à OIT;

2) a reintegração dos docentes dirigentes sindicais das Seções Sindicais do ANDES-SN aos seus locais de trabalho nas instituições da qual foram demitidos;

3) uma legislação que assegure o reconhecimento da organização no local de trabalho como componente da autonomia e liberdade sindical, assim como a necessidade de revogação do artigo 522, da CLT;

4) investigação dos fatos, *in loco*, através de um "júri" composto pelas entidades que presidiram essa audiência, junto às comunidades universitárias, para averiguar a real motivação da demissão de docentes, a política trabalhista e sindical nas citadas universidades, o respeito aos Direitos Humanos, mormente ao direito de livre associação sindical e de livre docência.

Estiveram presentes à reunião os senhores Senadores: Paulo Paim, Inácio Arruda e Geraldo Mesquita Júnior.

Comparecem os seguintes convidados:

- **Maria Aparecida Gugel** – Subprocuradora-Geral do Trabalho e Coordenadora da Câmara de Coordenação e revisão, em representação ao Senhor Otávio Brito Lopes – Procurador Geral do Trabalho;

- **Paulo Marcos Borges Rizzo** – Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES – SN;

- **Adriano Sandri** – Presidente da Associação dos docentes da Universidade Católica de Brasília;

- **Wagner Fajardo Pereira** – Presidente da Federação Nacional dos Metroviários;

- **Zilmara David de Alencar** – Coordenadora de Registro Sindical da Secretaria de Relações do Trabalho em representação ao Senhor Luiz Antonio de Medeiros Neto – Secretário de Relações do Trabalho – SRT;

- **Roberto de Figueiredo Caldas** – Conselheiro Federal da OAB e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB.

Prorrogação da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF)

Dr. Adib Jatene acrescentou que a carga tributária é mal distribuída

Realizada, em 5 de dezembro de 2007, para atender ao Requerimento – CDH nº 78, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senadora Ideli Salvatti, para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que prorroga os prazos previstos no caput *dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF).*

Foi dito durante a reunião que a CPMF é o melhor imposto que podemos ter, e, portanto, deve ser mantida. É um imposto justo porque os pobres não têm conta corrente, não transferem recursos, portanto não o pagarão. Os ricos irão

pagar mais, por transferirem habitualmente grande volume de recursos. Além disso, para recolher a CPMF não se gasta e não existe a possibilidade de evasão fiscal.

De acordo com os presentes, os recursos dessa contribuição financeira são imprescindíveis para a saúde pública e necessários para superar os graves problemas sanitários que o País enfrenta. Esses recursos seriam bem aproveitados, afirmaram, pois o Sistema Único de Saúde (SUS) é o melhor do mundo no seu gênero e é referência internacional. Por esse motivo, reiteraram o pedido para que todos os Senadores votem a favor da prorrogação da CPMF, a fim de melhorar a saúde no País.

Foi dito que o governo, ao não vincular recursos para saúde, paulatinamente, vai fazendo o setor perder verbas e que essa deficiência de recursos está colocando sob risco uma política pública que é das melhores do mundo. Disseram que, atualmente, o que o SUS paga já não é suficiente para o custeio dos hospitais. Por conseguinte, a rede pública, está funcionando em situação precária e acaba por desativar leitos hospitalares. A rede privada conveniada com o SUS, por seu turno, também está em situação extremamente complicada devido à insuficiência da remuneração de serviços prestados: quanto mais pacientes atendem, mais dívidas fazem.

Também foi abordado o problema dos hospitais cujas obras não são finalizadas e, na visão dos presentes, o Governo sabe que se a obra for completada o custo de manutenção será, por ano, duas a três vezes maior que o gasto para construir e equipar o hospital e assim, seria melhor não terminar nunca, pois o volume de recursos não permite fazer com que os novos serviços funcionem.

Disseram também que a CPMF é uma solução provisória, mas ainda indispensável enquanto não se realizar a almejada reforma tributária que equipare os recursos que o Governo arrecada com a riqueza da Nação.

Estiveram presentes os senhores Senadores: Ideli Salvatti Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi.

Compareceram os seguintes convidados:

- **Adib Jatene** – Diretor-Geral do Hospital do Coração de São Paulo – HCOR e
- **Zilda Arns** – Fundadora e Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

Realizada, em 12 de dezembro de 2007, para atender ao Requerimento nº 67, de 2007 – CAS e ao Requerimento nº 77, de 2007- CDH, para debater o tema da **III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal.**

Audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A audiência integrou o conjunto de eventos organizados por ocasião da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, que abordou a temática do trânsito como principal causa de deficiências entre os brasileiros.

Ao tratarem da política nacional de saúde para as pessoas com deficiência, foi mencionado, de início, a importância do programa nacional de órteses e próteses (cadeiras de rodas, muletas, aparelhos auditivos, lupas para deficiência visual, entre outras) do Ministério da Saúde, ação que integra também a Agenda Social, coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Afirmaram os presentes que a inclusão das pessoas com deficiência no processo de desenvolvimento do País decorre da garantia de condições básicas de educação e saúde, lembrando que a política nacional de saúde para esse grupo social objetiva reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional, proteger sua saúde, bem como prevenir agravos.

Foram destacadas três das nove principais diretrizes dessa política: a promoção da qualidade de vida, a prevenção da deficiência e a assistência integral à saúde.

Também apontaram a importância da restrição do uso de bebida alcoólica por condutores de veículos, como forma de prevenir acidentes e danos pessoais graves.

Foi destacado que a legislação brasileira sobre acessibilidade urbana é bastante completa e constitui referência mundial. Sua eficácia, contudo, ainda depende de muitos fatores.

Foi apontado que o Conade tem promovido campanhas e seminários destinados à conscientização e à disseminação de informações e, se, no âmbito do governo federal, várias ações positivas vêm sendo implementadas, alertou-se para o fato de que nos Estados e Municípios o quadro é diferente.

Relataram que quase sempre falta apoio, inclusive financeiro, dos governos estaduais e municipais aos respectivos conselhos constituídos para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Ao lado do financiamento das ações, disseram, é preciso intensificar a fiscalização pública no sentido de exigir-se o cumprimento da legislação.

Apontaram como de fundamental importância a realização de parcerias que envolvam, por exemplo, além dos conselhos tutelares e dos governos estaduais e municipais, o Ministério Público e conselhos profissionais, como o de engenharia e arquitetura, que poderiam agregar recursos materiais e humanos.

Também foi lembrada a necessidade da permanente capacitação tanto dos membros dos conselhos tutelares quanto dos profissionais que projetam e executam obras e adaptações com vistas à adoção do desenho universal.

Destacaram a necessidade de que o Brasil ratifique a Convenção da ONU (Convenção Internacional para os Direitos dos Portadores de Deficiências) com o propósito de assegurar maior legitimidade à luta pela garantia do direito de todos a condições condignas de acessibilidade.

Foi dito que há um empenho no governo federal no sentido de tratar a acessibilidade de forma integrada entre os Ministérios da Saúde, das Cidades, da Educação e do Trabalho e Emprego, explicando que o objetivo dessas ações é assegurar a essas pessoas o exercício de direitos fundamentais por meio da garantia das condições de acessibilidade e da equiparação de oportunidades.

Entre os parlamentares, estiveram presentes, além da presidente da sessão, Senadora Patrícia Saboya, os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Jayme Campos, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Lúcia Vânia, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma e o Deputado Federal Otávio Leite.

Transmitida em videoconferência por meio do sistema Interlegis para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e para as Assembléias Legislativas dos Estados do Amapá, da Bahia, do Ceará, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Piauí, do Paraná, do Rio de Janeiro, de Roraima, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Sergipe, de São Paulo e do Tocantins, a audiência teve a participação dos seguintes convidados:

- **Paulo Vannuchi** – Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, acompanhado da coordenadora-geral da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), Izabel de Loureiro Maior;

- **Luiz Carlos Bueno de Lima** – Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades;

- **Ângela Canabrava Buchmann** – Membro do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade);

- **Érika Pisaneschi** – Coordenadora da Área Técnica "Saúde da Pessoa com Deficiência" do Ministério da Saúde; e

- **Marcos Frota** – ator, militante da causa das pessoas com deficiência.

Capítulo III

Reuniões das Subcomissões

SUBCOMISSÃO DO IDOSO
REUNIÕES DELIBERATIVAS

No dia 12 de abril deste ano, mais uma conquista foi consolidada. Neste dia, foi instalada a Subcomissão Permanente do Idoso, sendo eleitos os senadores Leomar Quintanilha e Lúcia Vânia para presidente e vice-presidente, respectivamente. A votação ocorreu por unimidade com 5 votos favoráveis.

Logo após, foram aprovadas as seguintes proposições:

1) Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 178/03, que "modifica dispositivo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", do Senador Paulo Paim.

O projeto determina que é vedada a divulgação de nomes de crianças e adolescentes constantes de atos judiciais, policiais e administrativos, relacionados a crimes, contravenções ou atos infracionais.

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda aprovação da Comissão de Seguridade Social e Família.

Presidente da CDH abre trabalhos e instala subcomissão

Senadores Leomar Quintanilha e Lúcia Vânia foram eleitos Presidentes e Vice respectivamente da subcomissão

2) Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 156/06, que altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, para conceder indenização por dano moral aos portadores de deficiência física conhecida "Síndrome de Talidomida", do Senador Tião Viana.

O projeto concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida, no valor único igual a R$25.725,00 (vinte e cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais), multiplicado pelo número dos pontos indicadores da natureza e do grau da dependência resultante da deformidade física.

O projeto aguarda apreciação pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável.

3) Projeto de Lei da Câmara nº 83/06, que institui o Programa Disque Idoso, com a finalidade de atendimento a denúncias de maus-tratos e violência contra os idosos a partir de 60 (sessenta) anos, da Deputada Lúcia Braga.

Aprovado no Senado Federal, o projeto foi encaminhado para sanção presidencial.

4) Projeto de Lei do Senado nº 109/04, que "Acrescenta um inciso IV ao § 1º e um § 3º, ao artigo 241, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente", do Senador Marcelo Crivella.

O projeto visa tornar crime adquirir, receber, ainda que gratuitamente, ocultar ou ter em depósito, para proveito próprio ou alheio, fotografias, ou imagens de conteúdo pornográfico que envolva criança ou adolescente.

Na Câmara dos Deputados, o projeto aguarda a votação na Comissão de Seguridade Social e Família, já tendo recebido parecer favorável.

5) Projeto de Lei do Senado nº 30/07, que "Modifica o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, para incluir as pessoas portadoras de necessidades especiais entre as isentas do pagamento da taxa de licença à pesca amadora e dá outras providências", de autoria do Senador Cristovam Buarque.

O texto aprovado estende às pessoas com deficiência a gratuidade na obtenção da licença para prática de pesca amadora, que hoje já é dada aos aposentados e maiores de 60 anos.

Senadores e deputados defendem agenda para a Subcomissão do Idoso

O projeto aguarda aprovação da Câmara dos Deputados, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

6) Requerimento nº 15/07 – CDH, que "solicita Audiência com o Ministro da Saúde", de autoria do Senador Flávio Arns.

7) Requerimento nº 16/07 – CDH, para a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência no âmbito da CAS, com a finalidade de "tratar das demissões arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros de CIPA" do Senador Paulo Paim.

8) Requerimento nº 17/07 – CDH, para a realização de Audiência Pública conjunta com a CAS, com a finalidade de "tratar do tema da emenda nº3, constante do Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que cria a Receita Federal do Brasil", do Senador Paulo Paim e da Senadora Ideli Salvatti.

9) Requerimento nº 18/07 – CDH, para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de "apresentar as políticas de combate ao racismo e preconceito", convidada a Ministra Matilde Ribeiro da SEPIR, do Senador Paulo Paim

10) Requerimento Nº 19/07 – CDH, para a realização de Audiência Pública, com a finalidade de "discutir a regularização Fundiária de Territórios Quilombolas do Brasil", da Senadora Ideli Salvatti.

Organograma da Subcomissão do Idoso

Na segunda reunião da Subcomissão Permanente do Idoso, foi aprovado o organograma dos trabalhos desta subcomissão, com as sugestões arroladas a seguir. Logo abaixo seguem alguns requerimentos também aprovados por esta subcomissão.

- Criação de uma página na Internet com informações sobre as leis existentes em favor dos idosos, as decisões das reuniões da Subcomissão, opinião dos Senhores Senadores e um e-mail da Subcomissão para receber mensagens;

- Levantamento da legislação e dos projetos referentes ao idoso no ordenamento jurídico brasileiro e propor e avaliar ações coletivas que pos-

Organograma de trabalho e requerimentos relacionados à situação dos idosos no País foram aprovados

sam apressar a efetivação da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que criou a política nacional do idoso, e do Estatuto do Idoso, Lei nº 10741, de 1º de outubro de 2003;

- Publicar anualmente um livrete contendo uma síntese das audiências públicas realizadas na Subcomissão Permanente do Idoso com avaliação e recomendações para política estatal brasileira do idoso;

- As datas, horários, locais e lista de convidados das Audiências Públicas serão divulgados oportunamente, após a articulação com os demais membros da Subcomissão e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de se evitar a sobreposição de reuniões.

1) REQUERIMENTO Nº 01 DE 2007 – CDH/IDO

Requerimento de autoria do Senador Flávio Arns para a realização de um "ciclo de Audiências Públicas com especialistas de diversos ministérios com a finalidade de debater as políticas públicas existentes, a ações e programas públicos de cada ministério, qual o orçamento para estas rubricas e como as entidades de atendimento aos idosos, bem como os Conselhos Municipais e Estaduais do Idoso têm acesso a esta política".

2) REQUERIMENTO Nº 02 DE 2007 – CDH/IDO

Requerimento de autoria do Senador Leomar Quintanilha para a realização da "SEMANA DO IDOSO, na qual haverá a visita de grupos e Associações de Idosos ao Senado, atrações culturais e debates, conforme minuta de programação anexa (pendente de aprovação no Plenário do Senado Federal de requerimento de igual teor).

3) REQUERIMENTO Nº 03 DE 2007 – CDH/IDO

Requerimento de autoria do Senador Leomar Quintanilha para a realização de um "ciclo de Audiências Públicas a serem realizadas nos Estados, com os Senadores membros da Subcomissão do Idoso e dois Servidores da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para secretariar a reunião, com objetivo de colher subsídios, colocar em discussão as questões do envelhecimento humano e a Política Nacional do Idoso, sua aplicação e os problemas locais envolvendo idosos. Para os debates deverão ser convidadas lideranças locais dos Idosos, autoridades, entidades ligadas às questões dos idosos e profissionais liberais".

SUBCOMISSÃO DO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

REUNIÕES DELIBERATIVAS

INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

22
03
07

A instalação da Subcomissão Temporária do Combate ao Trabalho Escravo foi um grande e importante passo para o crescimento da valorização da dignidade humana. Para conduzir os trabalhos foram eleitos os Senadores José Nery e Inácio Arruda para presidente e vice-presidente, respectivamente.

Na segunda reunião, foi definido o organograma dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo. Inicialmente as atividades da Subcomissão serão norteadas pelos requerimentos aprovados extrapauta, enumerados a seguir:

1) REQUERIMENTO Nº 01, DE 2007 – TE

Nos termos do art. 58, parágrafo 2º, inciso II da Constituição Federal e do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de visitas desta Subcomissão nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, que respectivamente são as Unidades da federação com maior incidência de trabalho escravo.

Requeiro ainda que durante as referidas visitas sejam realizadas Audiências Públicas com a participação das autoridades locais, órgãos federais responsáveis pelo combate ao trabalho escravo na região e organizações sociais.

2) REQUERIMENTO Nº 02, DE 2007 – TE

Nos termos do art. 58, parágrafo 2º, inciso II da Constituição Federal e artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas no período de 12 a 14 de junho do corrente ano com o objetivo de fundamentar o trabalho desta Subcomissão.

Requeiro ainda que sejam convidadas para as referidas audiências as autoridades federais responsáveis pelo cumprimento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e as entidades nacionais da sociedade civil que desenvolvem trabalhos nessa área.

3) REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007 – TE

Nos termos do art. 58, parágrafo 2º, inciso II da Constituição Federal e do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de

reuniões no Estado de São Paulo, para efetuar diligências com o intuito de averiguar as condições de trabalho dos trabalhadores nas fazendas e usinas produtoras de álcool e seus derivados.

Com os seguintes convidados:

1) Autoridades federais responsáveis pela fiscalização das condições de trabalho no Estado de São Paulo;

2) Representantes dos trabalhadores nas fazendas e nas indústrias de álcool e seus derivados do Estado de São Paulo;

3) Representação dos donos das fazendas e usinas produtoras de álcool e derivados naquele Estado.

4) REQUERIMENTO Nº 04, DE 2007 – TE

Requeiro nos termos do art. 90, incisos XI e XII que essa Subcomissão oficialize pedido de audiência junto ao Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arlindo Chinaglia, para que seja debatida a necessidade de inclusão imediata na pauta daquela Casa do Projeto de Emenda Constitucional nº 438 de 2001, de autoria do ex-senador Ademir Andrade (Pará), conhecida como PEC do Trabalho Escravo, a qual já foi aprovada pelo Senado Federal em dois turnos e em primeiro turno pela Câmara dos Deputados.

SUBCOMISSÃO DO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência Pública – Plano Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo

Realizada, em 9 de agosto de 2007, para atender ao Requerimento nº 2 de 2007 – TE, aprovado em 18-04-2007, com a finalidade de **Discutir o cumprimento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo pelas autoridades federais responsáveis, bem como as ações realizadas pelas entidades nacionais da sociedade civil que desenvolvem trabalhos nessa área.**

Em audiência pública realizada pela Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, foram discutidos dois assuntos iniciais. O primeiro referente ao cumprimento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo pelas autoridades federais responsáveis. E o segundo ponto referente às ações realizadas pelas entidades nacionais da sociedade civil que desenvolvem trabalhos nessa área, nos termos do Requerimento nº 02 de 2007 – TE, aprovado em 18-04-2007.

Estiveram presentes os seguintes convidados:

- **Carlos Roberto Lupi –** Ministro do Trabalho e Emprego;
- **Luis Antônio Camargo de Melo** – Subprocurador-Geral do Trabalho e Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo;
- **Cláudio José Montesso** – Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – (ANAMATRA);
- **Patrícia Audi –** Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho – (OIT);
- **Leonardo Sakamoto** – Coordenador da ONG Repórter Brasil;
- **Frei Xavier Marie Plassat** – Comissão Pastoral da Terra (CPT); e
- **Rosa Maria Campos Jorge,** Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Audiência Pública – Relatório de Fiscalização do Grupo Móvel junto à empresa PAGRISA.

26
09
07

Realizada, em 26 de setembro de 2007, com a finalidade de **discutir o Relatório de Fiscalização do Grupo Móvel junto à empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A – PAGRISA**.

A Subcomissão aprovou requerimento de voto de louvor ao Grupo Especial de Fiscalização Móvel, a ser apresentado no Plenário do Senado Federal. Também foi requerido que o relatório apresentado pelo Ministro do trabalho e Emprego, Carlos Lupi, seja encaminhado à Comissão Temporária Externa, criada com o objetivo de visitar as instalações da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A – PAGRISA.

Estiveram presentes os senhores Senadores José Nery, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Patrícia Saboya, Cristovam Buarque e Sibá Machado.

Compareceram os seguintes convidados:

- **Carlos Roberto Lupi –** Ministro do Trabalho e Emprego – MTE;
- **Dr. Sebastião Caixeta** – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT;
- **Dr. Cláudio Monteiro** – Presidente da ANAMATRA;
- **Marco Apolo** – Presidente do Movimento Nacional de Direitos Humanos;
- **Erlan José Peixoto do Prado** – Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – MPT;
- **Ana Rios** – Representante da OAB – Nacional

Capítulo IV
Considerações Finais

No curto período de sua existência, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal parece ter conquistado a confiança da sociedade civil e do Estado por conta do seu trabalho responsável e conseqüente, legitimando-se como espaço ativo de participação e luta popular.

Em 2007, ela foi palco de momentos históricos, inesquecíveis e emocionantes nas várias reuniões que promoveu para ampliar a mobilização em defesa dos direitos humanos em geral e, particularmente, dos direitos dos grupos mais vulneráveis. Uma mobilização que julgamos valiosa para difundir o conhecimento em torno dos principais temas da área e fortalecer os laços entre os militantes da causa.

As audiências públicas realizadas trouxeram aos nossos olhos uma realidade absolutamente indigna e dolorosa: milhões de meninos e meninas que perambulam pelas ruas das metrópoles, sem qualquer assistência; legiões de desempregados que se vêem forçados a viver ao relento; centenas de milhares de idosos que morrem aos poucos, à míngua sem assistência médica; crianças e mais crianças trabalhadoras que se encontram alijadas da rede formal de ensino; um número imenso de meninas de tenra idade que se tornam vítimas de violência sexual e prostituição; uma quantidade gigantesca de mulheres que saem para trabalhar e deixam seus filhos trancados em casa por falta de creches; uma quantidade assustadora de cidadãos discriminados e marginalizados por conta de sua etnia, cor, raça, orientação sexual, idade, condição física ou sexo.

Essas reuniões ainda se debruçaram sobre episódios especialmente degradantes, muitas vezes apagados da memória pela superveniência de outras tragédias: o bárbaro assassinato do menino João Hélio nas ruas da Cidade Maravilhosa; a omissão de socorro que provocou a morte de liderança indígena em Pernambuco; o atentado contra a vida de estudantes africanos na Universidade de Brasília; o adiamento de uma audiência da justiça trabalhista no Paraná porque o reclamante (um agricultor desempregado) estava de chinelo; a chacina perpetrada contra a família de uma líder comunitária em Salvador; o trancafiamento criminoso de uma adolescente no Pará, colocada numa cela com dezenas de homens e por eles seviciada durante quase um mês; o caso escabroso de um brasileiro de apenas 6 meses de idade no Espírito Santo, que sempre viveu atrás das grandes e morreu em conseqüência de uma reles infecção de ouvido.

Esses casos mostram a distância abissal que existe entre a teoria e a prática de respeito aos direitos humanos no Brasil. Eles revelam que a existência pura e simples das

normas protetoras não impede a violação, às vezes reiterada, dos direitos. Fosse assim, o País não teria mais com o que se preocupar, o que está longe de ser verdade. Na seara dos direitos humanos, já não é mais de leis que o País necessita, mas da fiel observância dos diplomas existentes.

Normalmente alheias à problemática dos direitos humanos, entretanto, as pessoas mais beneficiadas pelo processo de globalização econômica – que valoriza o capital em detrimento da pessoa – responsabilizam e estigmatizam o pobre pela própria pobreza, além de associá-lo ao que há de mais negativo: epidemias, destruição ambiental, vícios, tráfico de drogas, exploração do trabalho infantil, violência urbana e criminalidade. Isoladas por sistemas privados de segurança, elas cobram dos legisladores penas aumentadas para os criminosos comuns e exacerbam a intolerância contra os "diferentes".

Reverter esse quadro desolador torna-se, então, um imperativo para que possamos construir uma Nação verdadeiramente democrática, inclusiva e solidária. E isso só nos parece possível com o desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos, de sorte a afirmar não só a defesa, mas também a promoção dos direitos já consagrados.

Essa tarefa requer o estabelecimento de um novo paradigma de desenvolvimento, pautado no ser humano e na solidariedade, e não no capital e na troca. Requer, ainda, a mobilização e a participação de todos: Estados, sociedade civil e indivíduos isoladamente considerados.

Embora já tenha percorrido um longo caminho no sentido de entronizar os direitos humanos como paradigma ético contemporâneo, o Estado brasileiro ainda tem muito a fazer, em todos os seus Poderes, sobretudo para conter a violação dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Falta ao Judiciário, por exemplo, incutir na mentalidade de seus membros a idéia da indivisibilidade dos direitos humanos, para que busquem na sua prática cotidiana o valor da igualdade material e realmente distribuam justiça.

Falta ao Legislativo priorizar a canalização de verbas orçamentárias para a defesa dos direitos humanos, mesmo dentro da escassez normal de recursos. Afinal de contas, de que vale aprovar os textos internacionais ratificados, elaborar normas

internas sintonizadas com a proteção dos direitos humanos e fiscalizar com rigor os atos do Executivo, se não se garantem os meios para implementar esses direitos?

Falta ao Executivo, por seu turno, implementar políticas públicas voltadas a combater o abandono das crianças e dos idosos, as condições desumanas de encarceramento, o desemprego estrutural, a degradação dos salários, o desmanche dos direitos trabalhistas e sociais, o desmantelamento dos sistemas de seguridade, a precarização das condições de trabalho, a feminização e infantilização da mão-de-obra, a baixa qualidade do ensino, a gritante falta de creches, a debilitação das condições de saúde, a multiplicação dos bolsões de miséria, a fome e a desnutrição crônica, além do preconceito e da discriminação.

Trata-se, é bem verdade, de medidas trabalhosas, que reclamam a atenção e o envolvimento de todos, no sentido de reconhecer o respeito devido à dignidade humana e vivenciar a solidariedade. Sem isso, entretanto, não haverá justiça, nem democracia, nem paz.

Brasília, dezembro de 2007

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa